

DEZEMBRO/2008 ■ FEVEREIRO/2009 Nº99 R\$ 8,00

# Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Renato Rabelo:  
A crise capitalista e  
a alternativa do socialismo

## O DESAFIO DE CONTER O DECLÍNIO DO IMPÉRIO



**BARACK OBAMA,  
PRESIDENTE DOS EUA**



ISSN 1415788-8  
99

9 771415 788005

# Chico Mendes

## 20 anos de saudade e perseverança



"Se descesse um enviado dos céus e me garantisse que minha morte iria fortalecer nossa luta até que valeria a pena. Mas a experiência nos ensina o contrário. Então eu quero viver. Ato público e enterro numeroso não salvarão a Amazônia. Quero Viver".

Chico Mendes - dias antes do seu assassinato.

Chico Mendes foi assassinado no dia 22 de dezembro de 1988.

Aos 44 anos, tinha mulher, filhos, muitos amigos e a floresta como razão para viver.

Ele tinha um ideal de felicidade plantado na valorização da vida.

Mas ainda existem pessoas que não aprenderam a fazer sem destruir.

E elas atacaram Chico.

Foi mais uma dessas violências que vão matando o mundo lentamente, embora cada vez mais rápido.

Vinte anos depois, onde quer que se respire o ar da natureza, dá pra sentir um sopro de esperança que faz cada vez mais gente acreditar na salvação das florestas dando vida nova à Terra.

Sopro de Chico que vai varrendo o mundo lentamente, mas cada vez mais rápido.

O Governo do Acre se orgulha de tomar parte na luta em favor das idéias de Chico Mendes, junto com pessoas e organizações não-governamentais e governamentais do Brasil, de outros países e internacionais.

E com o povo acreano, trabalha pela sustentabilidade e por justiça social na Amazônia.



# Obama e o declínio do hegemonismo unipolar dos EUA

O significado da eleição de Barack Obama, como o 44º presidente dos Estados Unidos da América, e os limites de seu governo requerem uma leitura multilateral. Nem o olhar míope de que nada se moveu, nem miragens. Não é sensato mirar uma águia e enxergar uma pomba. No entanto, é relevante saber a idade da águia, de que força ainda dispõe em suas garras e as contradições que se acumulam em seu ninho.

Ao derrotar a parte mais reacionária do *establishment* estadunidense e romper o crivo racista incrustado naquela sociedade, ao provocar uma ebulição de idéias e aspirações mudancistas em contraponto ao ciclo de obscurantismo, retrocessos e guerras do período George W. Bush, a eleição de Obama representa um episódio positivo. Vitória para qual foi decisivo o conjunto de efeitos da grande crise capitalista que sacode o mundo e que tem como epicentro os Estados Unidos. É relevante que a maioria do eleitorado tenha dito **não** ao legado retrógrado e macabro da era Bush. Rompeu-se o amplo respaldo social à política de guerra do imperialismo. Respaldo construído pelo poderoso complexo midiático e cultural.

Obviamente, ao se sublinhar o conteúdo positivo da vitória de Obama, não se deve extrapolar para o campo das ilusões. Primeiro, é patente que – por via desse atual processo eleitoral estadunidense regido por um bipartidarismo oligárquico e excludente – jamais se mudará a essência imperialista dos EUA. Segundo, para além das respeitáveis esperanças de quem votou no democrata, o líder de um império é eleito ou entronado ou coroado para com os poderes militares, políticos, econômicos e diplomáticos disponíveis defender os interesses desse império.

Se a eleição de Obama representou a derrota da parte pior do status quo estadunidense, se movimentou os trabalhadores e em especial a juventude em prol de aspirações democráticas, simultaneamente, restabeleceu legitimidade e prestígio interno e externo à Casa Branca. George W. Bush por onde ia era “caçado” por multidões que protestavam contra seu governo tirano e belicista. Na campanha eleitoral, na Alemanha, duzentas mil pessoas se reuniram para ouvir e aplaudir Obama. Ao imperialismo é importante o “imperador” em viagem pelos seus domínios ser recebido com aplausos em vez de apupos.

Até quando Obama será aplaudido nos EUA e no mundo é que o se verá. Vai depender do grau de frustração ante as expectativas que sua campanha angariou. Paz ou guerra? Unilateralismo a ferro e fogo ou gestos de respeito aos organismos multilaterais? Reforma financeira ou o mercado especulativo seguirá seu reinado?

A montagem do gabinete Obama obedeceu ao objetivo de amalgamar a divisão atual daquele país, fraturado pelos efeitos da crise e pelo legado desastroso do período Bush. Seu governo poderá ser uma espécie de “governo de salvação nacional”, com um líder carismático à frente. A missão de Obama é conter o declínio da supremacia dos EUA e tentar prolongar seu domínio e sua hegemonia sobre o resto do mundo. A bandeira que congrega o Partido Democrata e o Partido Republicano é a defesa resoluta dos oligopólios e do domínio ianque sobre o planeta.

Ao anunciar os titulares de seu gabinete para a Segurança Nacional e para a Política Externa, Obama resolveu deixar tudo bem claro: “Nosso poderio econômico tem de ser capaz de manter nossa força militar, nossa influência diplomática e nossa liderança global.” E acrescentou ao enaltecer o currículo dos escolhidos, entre eles, o do Secretário de Defesa, Robert Gates, que aplicou com denodo a política externa dos republicanos: “partilham o meu pragmatismo sobre o uso do poder e os meus objetivos sobre o papel dos Estados Unidos como líderes do mundo.”

Todavia, com os efeitos dialeticamente opostos da presente crise capitalista – destruição, ameaças e renovação e oportunidades – nem a atual geopolítica mundial, nem os Estados Unidos serão os mesmos. Se a resultante será progressista ou não, dependerá em grande medida da união e da ação de governos, povos, partidos e movimentos comprometidos com a paz, a democracia, a soberania e o progresso social.

Princípios



Imagem que simboliza o fim da era Bush

# Índice

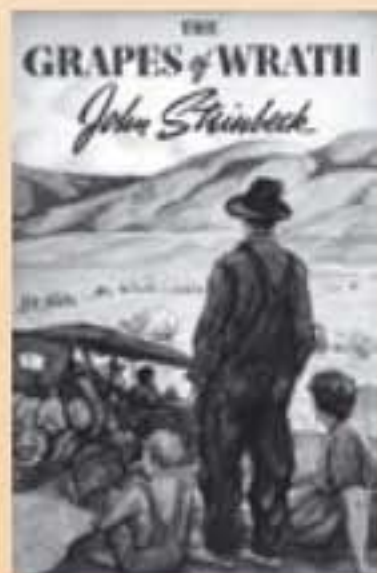
## CAPA

Múltiplas Américas,  
um Só Obama  
Cristina Soreanu Pecequilo..... **6**



Obama: Até onde vão  
as mudanças?  
Entrevista com  
Luis Fernandes..... **11**

Partido Comunista dos EUA e  
a eleição de Obama  
Entrevista com  
Libero Della Piana..... **17**



Crítica do  
antiamericanismo  
Bernardo Joffily..... **22**

A descoberta dos EUA,  
fruto da expansão  
mundial do capitalismo  
Pedro de Oliveira..... **27**



Estados Unidos da América: origens do “capitalismo  
bandido”  
Sérgio Barroso..... **31**



Formação do Gigante Norte-Americano  
Frederico Mazzucchelli..... **38**



Socialismo é a alternativa  
10º Encontro Internacional dos Partidos Comunistas e Operários  
Priscila Lobregatte

### Documentos:

“Proclamação de São Paulo – O socialismo é a alternativa”  
“Declaração em solidariedade aos povos da América Latina e Caribe”;  
e “Mensagem do Presidente da República para o 10º Encontro  
Internacional dos Partidos



**EUA: terra em transe** 50  
José Carlos Ruy.....



**O triângulo imperial norte-americano e os gastos militares** 55  
John Bellamy Foster,  
Hannah Holleman e  
Robert W. McChesney.....

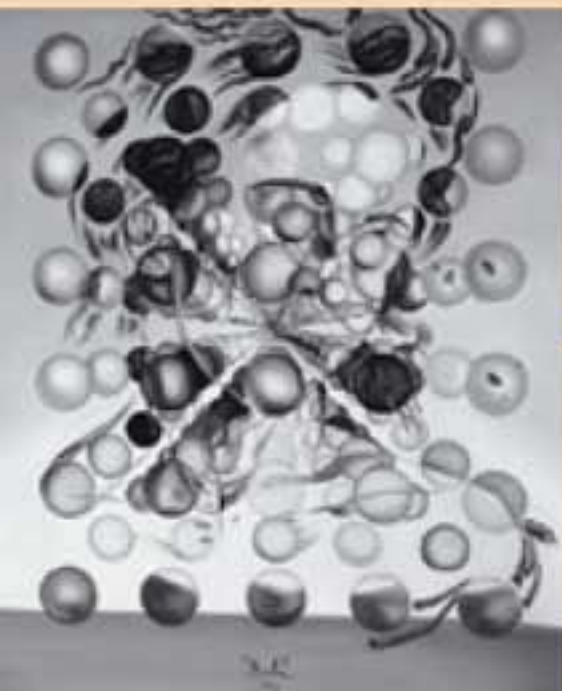


**Pragmatismo e visões de mundo nos Estados Unidos da América** 61  
Fábio Palácio.....



**TEORIA**

**Renascimento civilizacional só é possível com o socialismo** 67  
Renato Rabelo.....



**BRASIL**

**Tempos de crise, necessidade de transformações** 70  
Dilermando Toni.....



**No centro da Engrenagem** 76  
Mariana Joffily.....

**Princípios número 100 vem aí**

Informamos que, excepcionalmente, a presente edição irá circular no trimestre que segue: dezembro-janeiro-fevereiro. Em março de 2009 lançaremos a edição comemorativa do número 100.

# Múltiplas Américas,

*“Mais do que encerrar o legado Bush, Obama terá o desafio de imprimir o seu, não só como o primeiro presidente negro dos EUA, mas como aquele que os levará ao século XXI”*

POR CRISTINA SOREANU PECQUELO

**H**istórica, transformadora, inédita: muitos são os adjetivos utilizados para explicar a eleição presidencial dos Estados Unidos em 2008, quando Barack Obama, do partido democrata, sagrou-se vitorioso frente a seu oponente republicano John McCain, em uma campanha sustentada em slogans de mudança e renovação. À luz de oito anos de Era Bush neoconservadora, de um pesado legado interno e externo, a chegada de Obama a Washington deu-se antes mesmo de sua posse em Janeiro de 2009. Na madrugada de Chicago de 4 para 5 de Novembro de 2008, recém-eleito, ele se dirigiu a seus eleitores como presidente, antecipando, em tempos de crise, sua posse, ainda que não oficial, mas virtual, da Casa Branca.

Sem a vantagem do tempo e da trégua até Janeiro, Obama iniciou a rápida montagem de seu gabinete, amparado por mais de 66 milhões de votos populares, 53%, traduzidos em 365 votos no Colégio Eleitoral, diante de 47% de votos republicanos, 173 no Colégio, quase 59 milhões de eleitores. Além disso, os democratas ampliaram a maioria conquistada em 2006 para o Senado e a Câmara. Em 2008, em resultados não finalizados devido a problemas de recontagem de votos e novas eleições, de 435 cadeiras na Câmara os democratas possuem 256 contra 175 republica-



*De cores, crenças e raças e que gera, a partir de sua diversidade, a sua força. Mas são estes os EUA que emergem com a vitória de Obama?*

nas e, no Senado, 56 contra 40, mais 2 independentes que tradicionalmente votam com os democratas Joe Lieberman (nas eleições apoiou McCain e para 2009 permanece indefinido como aliado ou opositor) e Bernie Sanders. Mesmo possuindo a maioria que lhes garante a aprovação de legislação nas duas casas se mantiverem o partido unido, os democratas não atingiram, sozinhos, 60 cadeiras no Senado que po-

# um Só Obama



deriam bloquear os *filibusters* republicanos (obstruções em forma de discursos que permitem à oposição certo controle das votações). No âmbito dos governos estaduais, mais vitórias, permitindo a solidificação da maioria (29 contra 21 republicanos).

A América parece ter votado pela mudança, apostando em sua capacidade de reinvenção e seu excepcionalismo. Como bem disse Obama em seu primeiro discurso como presidente eleito, “Somos, e sempre seremos, os Estados Unidos da América”. Com o novo presidente e sua equipe, o país real che-

ga a Washington como reflexo de sua multiplicidade de cores, crenças e raças e que gera, a partir de sua diversidade, a sua força. Mas são estes os EUA que emergem com a vitória de Obama?

## América Vermelha, América Azul

Tradicionalmente, as linhas de fratura norte-americana são as da América Vermelha e as da América Azul. Separadas por valores, por perfil étnico e religioso, pelo rural e o urbano e pelo antigo e o moderno,

ambas as linhas representam Estados e populações com diferentes expectativas e níveis de desenvolvimento. Os democratas conquistaram maciçamente os votos da América Azul progressista, o eleitorado branco jovem e de meia idade, urbano e universitário, associado às linhas mais liberais e seculares e às minorias negra e hispânica. Obama avançou em alguns estados “de batalha” (*battleground*) como Flórida, Indiana e Pensilvânia (nos quais a participação de Hillary Clinton foi essencial para a migração dos eleitores brancos, homens indecisos de classe média e média baixa) que possuíam uma tendência pró-republicana, assim como em localidades como Carolina do Norte, ligadas à visão vermelha. McCain, por sua vez, centralizou sua vitória nos estados do Sul e em redutos do partido republicano no meio-oeste, somado ao Alaska de sua vice Sarah Palin.

Obama ganhou com margem significativa de votos. Embora alguns definam a conquista como um *landslide*, uma avalanche de votos (“uma lavada”), é preciso matizar este otimismo. Pode-se indicar que Obama conquistou um *landslide* parcial por consolidar o poder democrata e energizar suas bases e pela penetração em fronteiras significativas da América Vermelha e dos *Battleground States*, associado à ampliação das conquistas legislativas. Porém, um importante alerta não pode ser ignorado: as mesmas forças neoconservadoras que sustentaram a presidência W. Bush em seus dois mandatos, garantindo-lhe a conturbada vitória de 2000 e a reeleição de 2004, mantêm-se ativas e isso se refletiu na preservação de seus espaços tradicionais e no surgimento de lideranças jovens como Sarah Palin e Mike Huckabee, azarão à corrida presidencial e que conquistou votos importantes nas primárias do partido deixando para trás favoritos como Mitt Romney e Rudy Giuliani.

Tais forças, em diversas profundidades de conservadorismo, ainda se manifestaram nos plebiscitos (*ballot measures*) que foram realizados simultâneos às eleições. Medidas como a preservação irrestrita dos direitos de aborto e da ação afirmativa foram aprovadas por pequena margem, somada às pesquisas com células-tronco, mas visões sociais progressistas como casamento de pessoas do mesmo sexo (e o direito à adoção de crianças por casais homossexuais) não passaram pelo crivo do eleitor. A derrota mais significativa foi na Califórnia, origem dos movimentos de

direitos civis e sociais, com 62% do eleitorado rejeitando o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Foram estas correntes que, ao longo de toda a administração democrata de Bill Clinton, exerceram pressões no Executivo de forma direta e indireta. As pressões emanaram da mídia, de grupos de interesse e *think tanks*, gerando documentos como o *Project for the New American Century* (PNAC), base da futura Doutrina Preventiva inspirada no anterior *Defense Planning Guidance*, diretrizes valorativas simbolizadas no Ato Patriota e retrocessos na luta por direitos sociais e civis na presidência Bush, sendo o maior símbolo deste esforço o processo de impeachment contra Clinton.

O “Obama 2008” deve ficar atento para não repetir o “Bush 2004”: considerar que sua vitória foi incondicional e de mandato amplo, a despeito disto se refletir quantitativamente, buscando uma avaliação mais qualitativa dos conflitos subjacentes. Estes conflitos possuem dinâmicas entre e intrapartidárias. A primeira destas é entre liberais e conservadores pela hegemonia da política doméstica, representada pelo embate entre os partidos majoritários democrata e republicano. Trata-se de uma divisão conhecida que opõe, respectivamente, os defensores do grande e do pequeno governo, do aumento ou corte de impostos, dos direitos sociais e civis às restrições e menores avanços, da secularização e da religião e valores. Estas grandes linhas ideológicas trazem em si importantes diferenças que nos levam à segunda dinâmica, a do conflito intrapartidário.

Internamente, os desacordos entre moderados e radicais são constantes, o que, inclusive, é um fator que dificulta a solução da primeira dinâmica à medida que os partidos não conseguem sustentar frentes unidas. Não se reproduz um consenso bipartidário no topo, o que levou à eliminação do centro moderado que combinava correntes democratas e republicanas, e acentuam-se as oscilações.

Do lado democrata, isto pode ser percebido no encolhimento do partido de 1994 a 2006 devido aos avanços neoconservadores, polarizando suas visões entre os “clintonistas”, definidos como democratas de centro, e os liberais. Nas primárias de 2006-2008 isto se refletiu nas candidaturas Hillary Clinton e Barack Obama. Até admitir sua derrota e subir ao palanque de Obama, a campanha de Hillary não deixou nada a desejar aos estrategistas republicanos em su-

Acusado pelos adversários de ser “muito liberal”, Obama tem caminhado ao centro, o que agora lhe rende acusações dos “muito liberais” de ser “muito conservador”





APP

Eleitor observa fotos de John McCain e Barack Obama na exposição "Caubóis e Presidentes", na Califórnia

as críticas à inexperiência e ao caráter dos discursos de seu oponente (a mudança à la carte). Este racha posteriormente demandou grandes compromissos entre ambos para enfrentar a campanha nacional e até mesmo, pode-se supor, concessões aos Clinton como se percebe no futuro gabinete com Hillary à frente do Departamento do Estado e Jim Jones no Conselho de Segurança Nacional. Timothy Geithner, Larry Summers e Paul Volcker, como nomes-chave na recuperação da economia, e Bill Richardson no Departamento de Comércio surgem como elementos de continuidade não só da Era Clinton, mas de governos anteriores, incluindo a permanência de Robert Gates à frente do Departamento de Defesa, trazido por W. Bush.

Muitas destas indicações são questionadas pela ala mais liberal que sustentou a campanha Obama desde o início, colocando em dúvida o seu compromisso prévio com a mudança e seu perfil de *outsider*. Acusado pelos adversários de ser "muito liberal", Obama tem caminhado ao centro, o que agora lhe rende acusações dos "muito liberais" de ser "muito conservador". No caso do *staff* da Defesa, para compensar este desequilíbrio, Susan Rice, da nova geração de estrategistas democratas foi indicada como Embaixadora das Nações Unidas, acompanhada de Janet Napolitano no Departamento de Segurança

Doméstica e Eric Holder como Procurador-Geral à frente da Justiça. Seja no que se refere a esta equipe, como à econômica, contudo, outro elemento que chama a atenção além da continuidade é a força dos nomes, mas não necessariamente a certeza de coesão.

Similar polarização reflete-se no campo republicano, agravada pelas derrotas de 2006 e 2008. Em 2008, diversos nomes da linha conservadora como Collin Powell, Zbigniew Brzezinski, Richard Lugar tiveram suas figuras associadas à candidatura Obama, com alguns o apoiando abertamente. Tal linha demonstrou-se especialmente insatisfeita com os rumos da presidência Bush filho e da campanha de McCain, ele mesmo antes ligado a uma postura mais moderada e independente, mas que abriu-mão de sua identidade histórica ao escolher Palin como opção tática para reforçar sua votação entre os neoconservadores.

No imediato cenário pós-eleitoral, esta corrente radical de Palin, e seu relativo sucesso nas bases, tem se movimentado para garantir sua influência, chocando-se com os moderados. Como indicado, além de Palin, outro nome que ganhou peso foi o de Mike Huckabee. Da interação Palin-Huckabee e dos demais neoconservadores antes ligados a Bush a dinâmica da ala mais à direita republicana tende a se de-

finir. Para o governo Obama, e o partido democrata, esta é uma equação sensível, uma vez que delimita o papel e perfil de sua futura oposição. Como evitar o radicalismo da direita e o da esquerda?

O desafio é reverter a natureza polarizadora adquirida pela política. Cabe a Obama repetir os *checks and balances* deixados de lado pela população, colocando no domínio do Executivo e do Legislativo o mesmo partido e caminhar ao centro. Não se pode alienar os extremos, nem os da América Vermelha ou os da Azul, promovendo o consenso bipartidário e o cumprimento da Constituição, visando a tolerância, respeito e equidade.

### A Triade

Frente a essas tendências, é preciso equilibrar forças de reforma, inércia e resistência. A visão de reestruturação da economia, fator responsável pela eleição do candidato democrata, passa não somente por um ajuste dos mercados financeiros e de crédito, mas também por uma reavaliação da natureza abrangente do capitalismo norte-americano, em termos sociais e produtivos. Muito se fala de um *New Deal* para o *New Deal*, atualizando o pensamento de Franklin Roosevelt e as lições keynesianas, englobando a renovação da matriz produtiva e indústrias hoje dilapidadas como a automobilística e siderúrgica, ao lado do setor agrícola.

A geração de 2.5 milhões de empregos depende da superação desta vulnerabilidade competitiva a partir de dois temas ressaltados por Obama na campanha: o investimento em energia renovável e a reinvenção do governo. O primeiro representa a interligação entre problemas domésticos e externos, invocando a temática ambiental, fundamental para os democratas, e a diminuição da dependência dos Estados não-aliados produtores de petróleo, como Rússia, Irã e Venezuela, e mesmo de aliados, como a Arábia Saudita (que implica a reestruturação sócio-econômica). O segundo relaciona-se a novas políticas fiscais, de investimento, crédito, incentivo à produção e regulação, educação e assistência social, com impactos também na agenda externa.

Embora mais de 60% dos norte-americanos apoiem o internacionalismo, a América que votou em Obama se encontra dividida. Enquanto o mundo espera um EUA mais cooperativo, que reconheça as forças do equilíbrio de poder mundial com tendências multipolares, a coalizão tende a um internacionalismo moderado e de pendor isolacionista na economia e, paradoxalmente, intervencionista em assuntos como meio ambiente, direitos e ajuda humanitária. Não há sinalização de uma disposição

clara em atualizar e democratizar a ordem internacional, seus regimes e organismos políticos e econômicos como ONU, OMC e G-8. Chamou a atenção o relativo silêncio do recém-eleito Obama frente às reuniões do G-20 no Brasil e nos EUA em Novembro de 2008 e das ações européias, japonesas e chinesas com planos anti-recessão.

Ainda assim, o discurso da renovação da liderança se manteve. Em sua indicação, todos os membros do novo gabinete externo ressaltaram o multilateralismo como vetor de ação. Joe Biden, vice de Obama, mencionou o crescente papel dos aliados tradicionais e dos países emergentes (citando nominalmente China, Índia, Brasil e Rússia).

Se já são grandes os elementos de inércia e resistência para mudar a agenda interna, maiores o são para a externa, pois dependem de um forte consenso interno e do reconhecimento, por parte dos EUA, de seu relativo declínio, e ascensão de seus pares capitalistas industriais ao Norte e ao Sul. Não se deve esperar que qualquer presidente busque uma redução da projeção de poder da hegemonia, continuando seu reposicionamento na Eurásia e na América do Sul (vide a reativação da Quarta Frota), ou amplas concessões. Certamente espera-se um diferenciado estilo tático frente ao unilateralismo e prevenção, mas a medida da ruptura modernizadora talvez não seja tão profunda quanto o desejado pelo mundo ou o necessário para o país. Os dilemas estruturais são acompanhados pela Guerra Global contra o Terrorismo (GWT), destacando-se a Guerra do Iraque e a promessa, hoje pressionada pela realidade, de retirada de tropas, reavaliando a postura militar no Afeganistão e Paquistão.

Em discursos, Obama busca em analogias com FDR, Eisenhower, Kennedy e Clinton, as bases da nova governança para Washington e o mundo, buscando eliminar acusações de inexperiência, o que se reflete em seu gabinete de nomes conhecidos. Obama e sua coalizão podem ir além, respondendo às necessidades e possibilidades das múltiplas Américas, terminando a disputa hegemônica doméstica polarizadora. Mais do que encerrar o legado Bush, Obama terá o desafio de imprimir o seu, não só como o primeiro presidente negro dos EUA, mas como aquele que os levará ao século XXI. Afinal, grandes presidentes se fazem no cargo, não somente pelas lembranças históricas, mas, principalmente, pela construção de futuros.

*Cristina Soreanu Pecequillo é professora de Relações Internacionais da Unesp, pesquisadora do NERINT/UFRGS. Autora de A Política Externa dos EUA (Ed. UFRGS, 2ª ed., 2005)*

Entrevista com Luís Fernandes

# Obama: Até onde vão as mudanças?

POR CAROLINA RUY E FÁBIO PALÁCIO

O professor Luis Fernandes, presidente da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), avalia, nesta entrevista, a eleição de Obama. Ele aponta os limites e as potencialidades de seu governo, em especial,

os obstáculos estruturais às mudanças prometidas ou suscitadas. Analisa, ainda, a crise capitalista que sacode os Estados Unidos e o mundo



**Princípios:** *Qual o significado político da vitória de Barack Obama nas eleições presidenciais norte-americanas?*

**Luis:** Eu destacaria dois aspectos. O primeiro e mais imediato é que a eleição de Obama representa uma derrota da política do governo Bush. Não se trata apenas da vitória eleitoral de um candidato da oposição. Esta foi uma eleição em que o Partido Democrata conquistou ampla maioria no Congresso, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Então o primeiro aspecto a sublinhar é, evidentemente, o desgaste, a insatisfação interna da sociedade estadunidense com as políticas do governo Bush.

O segundo aspecto, de sentido mais amplo, reside no fato de termos assistido nos EUA à eleição de um presidente mulato nos nossos padrões e negro nos padrões estadunidenses. Desse ponto de vista, essa eleição representa a superação de uma fronteira simbólica. A sociedade norte-americana sempre foi profundamente impregnada de racismo não apenas em um sentido estrutural e cultural, como o que existe no Brasil. Os EUA foram marcados por um racismo explícito. Lá havia proibição de acesso a funções públicas e a direitos sociais em função da cor da pele. Bastava ter um avô negro para ser classificado como negro, e sofrer com isso toda sorte de discriminações. Em alguns lugares do sul dos EUA a negação do direito ao voto só foi vencida pelos movimentos em prol dos direitos civis nos anos 1960. Nesse contexto de racismo explícito – que predominou até uma época bem recente, numa sociedade com forte segmentação racial e onde a auto-identificação pela raça é extremamente forte – a eleição de Barack Obama para presidente tem um simbolismo muito grande. Na minha avaliação, o significado mais amplo dessa eleição é que a barreira do racismo foi ultrapassada.

**Princípios:** *Alguns analistas têm dito que a eleição de Obama coloca a política norte-americana numa era “pós-racial”. Poderíamos afirmar semelhante coisa?*

**Luis:** Eu não chegaria a tanto. Nos EUA as políticas de inclusão social sempre contemplaram ações afirmativas de corte racial. Não sei se isso mudará com a eleição de Obama – pelo menos não a ponto de inaugurar uma “nova era”. O que muda é que o discurso feito pelo candidato Barack Obama não ressaltou seus atributos raciais. Ele colocou-se como candidato de uma plataforma acima da segmentação racial. Desse ponto de vista, sua candidatura simbolizou uma ação política que se apresentou como pós-

segmentação racial, nos termos da luta pelos direitos civis dos anos 1960. Mas eu não afirmaria com todas as letras que foi inaugurada uma “nova era”. Essa segmentação tem raízes profundas na sociedade americana e elas continuarão existindo.

**Princípios:** *Quais as potencialidades e os limites da proposta de mudança empunhada por Barack Obama, e aprovada nas urnas pelos norte-americanos?*

**Luis:** Como todo candidato de oposição, Obama fez um discurso de mudança – embora sem explicitar muito claramente que mudança seria essa. Ele tentou canalizar todo o sentimento de insatisfação existente na sociedade americana, o que é natural em um candidato de oposição. Obama procurou não delimitar claramente seu programa de mudança para não criar divergências entre os insatisfeitos. Mas agora teremos oportunidade de conferir de fato que agenda de mudança ele vai empreender.

Há muitas coisas que ele não pode mudar. Em primeiro lugar, ele não pode mudar o quadro de decadência da hegemonia americana no sistema internacional. Ao vencer as eleições ele se depara com um quadro de enfraquecimento estrutural do poderio dos EUA no mundo. O quadro é de realinhamento de forças no sistema internacional, e de construção de pólos econômicos mais dinâmicos que a economia estadunidense. Esta, por sua vez, vem patinando e acaba de entrar numa crise de grandes proporções.

A política externa do governo Bush estava orientada pela tentativa de preservação dos EUA como única superpotência mundial, num movimento deliberado visando a conter os pólos que concorrem contra essa configuração unipolar do sistema internacional pós-guerra fria. Essa estratégia foi derrotada. O que se verificou foi uma decadência estrutural das posições de poder dos EUA no sistema internacional.

Esse é um grande desafio para o governo Obama. No primeiro momento, a tendência é de ele sinalizar para o fortalecimento da presença dos EUA nas instituições multilaterais. Será uma tentativa de reconstrução de pontes de diálogo com essas instituições, tentando moldá-las aos interesses prioritários dos EUA.

O problema é que essa agenda já havia sido empreendida no governo “Bush pai” no início dos anos 1990. E o tempo revelou que os EUA encontraram dificuldades crescentes para estabelecer junto a essas instituições multilaterais uma coesão com base em seus próprios posicionamentos e interesses.

No próprio governo Clinton, antes da eleição de George W. Bush, isso já era sentido fortemente. Resta

saber se esse renascimento, pelo menos no discurso – da disposição para o diálogo e o multilateralismo, que deverá marcar os primeiros meses do governo Obama – terá condições de se consolidar. Se a administração Obama equivaler à trajetória do governo Clinton nos anos 1990, ela tenderá a se enfraquecer e dissipar, em função das dificuldades de exercício da liderança americana nos organismos multilaterais.

Uma outra questão diz respeito a como Obama enfrentará a atual crise econômica e financeira que

abala o mundo, e que tem seu epicentro nos EUA. Os mecanismos de propagação da crise estão diretamente enraizados nos movimentos de liberalização financeira empreendidos nos anos 1990, e com maior força no governo Clinton. A questão é se haverá, da parte do governo Obama, um movimento sério de reconversão dessa agenda e de restabelecimento dos controles sobre o capital monetário e financeiro internacionais. Algumas mudanças já foram sinalizadas em seu discurso: adoção de uma política fiscal menos condescendente com os interesses dos grupos econômicos mais abas-

tados da sociedade americana; recomposição de programas sociais em áreas importantes, como a saúde (um tema importante da campanha de Obama) etc. Mas essas ações pontuais, se não forem combinadas com uma política visando ao relançamento do Estado na promoção de ações anticíclicas, podem ser insuficientes para colocar a economia americana e mundial em novo ciclo de crescimento econômico. Sinceramente, tenho muita dúvida de que a administração Obama venha a empreender uma reversão

mais abrangente das políticas de liberalização financeira empreendidas no governo Clinton.

**Princípios:** *Que fatores políticos e econômicos resultaram nessa ebulição que tomou conta da sociedade norte-americana e resultou na eleição de Obama?*

**Luis:** Os setores mais esclarecidos da sociedade estadunidense ressentiram-se enormemente da ace-

lerada desmoralização da liderança americana no mundo sob o governo Bush. De referência de “mundo livre” nos anos 1990 os EUA transformaram-se em exemplo quase que de chacota por conta da agressividade de sua política externa, do fortalecimento de posições extremamente conservadoras internas, incluindo a oposição a princípios básicos do pensamento e desenvolvimento científicos – como no caso das restrições às pesquisas com células-tronco. Uma agenda fundamentalista de sentido reacionário passou a ter muita visibilidade na base de apoio ao governo Bush. Isso provocou retrocessos até mesmo em áreas que guardam as heranças mais positivas da sociedade americana, como os direitos civis. Tudo isso sofreu um retrocesso brutal nos oito anos de administração Bush. Para a juventude esse fator

pesou muito. E uma das características da eleição de Barack Obama foi a forte participação da juventude estadunidense na campanha eleitoral.

O segundo ponto decisivo foi a própria crise econômica e financeira. Os EUA encontram-se em meio a uma crise sem precedentes – pelo menos desde o crash de 1929. A atual recessão é claramente fruto de ações irresponsáveis na política econômica do governo Bush. Talvez o resultado da eleição fosse outro se essa crise não tivesse irrompido antes das



*O terrorismo da Ku-Klux-Klan contra os negros, na década de 1920, é a mais emblemática demonstração do racismo estadunidense*

eleições. Vale lembrar que, apesar de todo o desgaste do governo Bush, a diferença final no voto popular foi relativamente restrita: apenas 5%. Sem o impacto da crise, talvez Obama nem fosse eleito presidente, ou fosse eleito sem o triunfo do Partido Democrata no Congresso.

Na base de tudo isso há também o fracasso da tentativa de relançar a economia dos EUA num ciclo sustentável de crescimento, como anunciava o governo Bush. Maior exemplo disso são os déficits fiscal e comercial tolhendo a capacidade de investimento do Estado, bem como o enfraquecimento do dólar nos mercados monetários e financeiros internacionais. Há claramente uma agenda econômica que não cumpriu as expectativas suscitadas por ela mesma no início do governo Bush.

**Princípios:** *Outra situação que o novo presidente dos EUA terá de enfrentar diz respeito ao meio-ambiente. Obama declarou que quer iniciar a redução da emissão de gases nocivos de modo que em 2050 essa redução chegue a 80%. Esse será um dos temas mais importantes de seu governo, já que o Protocolo de Kyoto expira em 2012 e as negociações para estender essas metas estão emperradas. Pode-se esperar, de fato, alguma mudança de posição dos EUA na área ambiental?*

**Luis:** O governo Obama certamente demonstrará maior sensibilidade para com as questões ambientais. Essa é uma agenda forte do Partido Democrata. Isso pode se expressar em uma predisposição maior para a realização de investimentos em áreas de fronteira tecnológica, buscando alternativas energéticas ao petróleo. O novo presidente pode investir pesadamente no desenvolvimento do etanol e de biocombustíveis de maneira geral. Mas tenho minhas dúvidas se isso chegará a representar alguma mudança de postura nas negociações dos EUA em relação ao Protocolo de Kyoto. Vale lembrar que esse acordo não foi ratificado justamente pelo governo Clinton. Ele assinou o Protocolo e não ratificou. Isso, já no governo democrata. As pressões contra o Protocolo são poderosíssimas dentro dos EUA. Por isso, sou muito cético em relação a uma mudança substancial da posição do governo dos EUA em relação ao Protocolo de Kyoto. O que não quer dizer que ele não possa proclamar metas próprias de redução de emissão de gases poluentes, mas sem a força da responsabilidade internacional inscrita no Protocolo. Aí passam a ser metas unilaterais dos EUA, ao passo que Kyoto está baseado no “princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, o que implica no claro

reconhecimento das responsabilidades históricas dos países centrais pelo aquecimento global e na aceitação de políticas diferenciadas para países ricos e em desenvolvimento. Tenho minhas dúvidas se Obama aceitará situar a questão nesses termos. Acredito que não, embora o discurso sobre temas ambientais seja mais aberto ao uso de alternativas tecnológicas na área de etanol e biocombustíveis.

Mesmo assim, também tenho muitas dúvidas a respeito da eliminação de barreiras para a entrada do etanol brasileiro. A tendência dos governos democratas é de associar a bandeira do meio-ambiente a barreiras não-tarifárias para defender os interesses das empresas americanas na relação com outros países. Portanto, essa agenda pode ser ponte para crescentes restrições em relação ao próprio etanol brasileiro na economia americana.

**Princípios:** *Você frisou bastante que Barack Obama terá dificuldades e encontrará limites para aprofundar um programa de mudanças profundas. De que natureza são essas dificuldades? Há algo de mais estrutural no Estado ou na sociedade americana impedindo que essa sociedade trilhe um rumo muito diferente daquele que ela tem seguido nas últimas décadas?*

**Luis:** Há, de fato, muitas dificuldades, e elas são de variadas ordens. Em primeiro lugar o sistema político-eleitoral dos EUA é extremamente oligárquico. Trata-se de um sistema baseado em voto distrital, fortemente controlado por interesses econômicos na eleição de deputados e senadores. Ele serve, na prática, de bloqueio a uma representação plural da sociedade americana no Congresso. É um sistema bipartidário imposto por uma lógica oligárquica que preside a organização do sistema político via voto distrital. Com isso, há uma forte interação do mundo político americano com os grandes interesses econômicos, que têm uma influência gigantesca no processo eleitoral. Isso leva a um conjunto de limites que, na linguagem política americana, se traduzem nas comissões e políticas bipartidárias, que são uma espécie de consenso básico formado entre o Partido Republicano e o Partido Democrata.

A diferença entre ambos está em que o Partido Democrata é mais propenso a políticas redistributivas, investimentos públicos e ações afirmativas, enquanto o Partido Republicano defende com mais ênfase o livre mercado e a desregulamentação, sendo a favor de uma retração da intervenção do Estado na economia.

Mas esse sistema político não contempla como

alternativa uma ruptura com o imperialismo. Ele está condicionado e contido nos marcos dos interesses básicos que conformam a agenda mundial dos EUA. Ambos os partidos terão visões distintas sobre como melhor encaminhar esses interesses no mundo. Mas a representação desses interesses é comum e está escrita na própria estrutura do sistema político eleitoral norte-americano. Esse é um limite.

Outro limite diz respeito aos interesses nacionais americanos, definidos, por ambos os partidos, como algo indissociável da projeção dos interesses das empresas americanas no mundo. Essa realidade condiciona e limita o alcance das mudanças que um governo como o de Obama pode empreender.

No entanto, isso não quer dizer que as mudanças não sejam importantes. Ter uma agenda menos agressiva, menos belicista é relevante e faz diferença para o mundo. Procuro frisar que a implementação dessas mudanças sofre fortes constrangimentos. E o constrangimento mais amplo e estrutural é o enfraquecimento do poder americano no mundo.

Esse consenso bipartidário não tende a aceitar passivamente o enfraquecimento da liderança americana no mundo. Ele tende a reagir a isso e a promover e defender políticas que procurarão reconfigurar essa hegemonia. Só que as bases dessa hegemonia estão cada vez mais erodidas. A meu ver, esse é um dilema que o governo Obama vai enfrentar; um dilema situado no ponto de confluência entre sua eleição e a crise econômica mundial.

**Princípios: Quais seriam as raízes da atual crise?**

*Luis:* Em primeiro lugar, o capitalismo é feito de crises cíclicas. Desse ponto de vista, a origem desta crise não é distinta da origem das anteriores. É uma crise de superprodução e super-acumulação relativas, conforme nos ensina a contribuição fundamental de Karl Marx ao pensamento econômico. A crise é expressão do antagonismo, intrínseco ao capitalismo, entre a natureza social da produção e a natureza privada da propriedade, gerando necessariamente tendências cíclicas na esfera econômica.

Essa é a origem da crise atual. Só que as crises do capitalismo, embora tenham uma raiz comum, se expressam por caminhos distintos conforme suas condições particulares. E o que caracteriza a atual – e esse é um ponto fundamental – é que ela irrompe nos mecanismos de reconfiguração da hegemonia americana montados nos últimos 20 anos.

Desde os anos 1970, a partir do momento em que rompeu unilateralmente com os acordos monetários de Bretton Woods, o governo estadunidense passou

a promover ativamente políticas de desregulação dos sistemas monetários e financeiros globais, de forma a poder explorar o predomínio do dólar nas operações realizadas nesses mercados. Aliás, a dívida da década de 1980 na América Latina foi uma expressão disso. O Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, endividou-se pesadamente. A mudança na política monetária norte-americana, a partir da eleição de Ronald Reagan, com a elevação brutal das taxas de juros, tomou a dívida externa impagável e introduziu, na América Latina e nos países em desenvolvimento de maneira geral, uma profunda crise na década de 1980.

O que se destaca na atual crise é o fato de ela ter-se desenrolado a partir dos mecanismos de especulação montados sobre a instabilidade do sistema monetário e financeiro internacional, fruto das políticas de liberalização financeira dos anos 1970 e 1980. Mercados de derivativos, mercados futuros, novos atores institucionais etc adquiriram nova centralidade nos processos de acumulação, num processo que se convencionou chamar de financeirização. Esse processo gerou, justamente, um aumento na instabilidade dos mercados e espelhou o movimento de relançamento da hegemonia americana, que passou a explorar unilateralmente a força de sua moeda nesses mercados em benefício próprio, abandonando o papel estabilizador que havia assumido nos acordos monetários de Bretton Woods, via conversibilidade dólar-ouro. Da instabilidade do sistema monetário e financeiro internacional é que surgiu esse gigantesco processo de financeirização e esses mercados de derivativos extremamente alavancados, cujos enormes valores transacionados deixaram de guardar qualquer relação com operações reais de crescimento e comércio.

É como um cassino. Só que a base da riqueza – e aí está a chave da leitura marxista – continua sendo o excedente produzido pelo trabalho. E a crise atual está implicada na natureza fictícia da renda gerada nesses mecanismos de especulação. Com base nisso, a crise instalou-se de maneira profunda, e já começa a penetrar fortemente na economia real.

Em síntese, a crise decorre precisamente dos mecanismos e políticas de reconfiguração da hegemonia americana dos anos 1970 e 1980, que se apresentaram nos anos 1990 sob o rótulo de agenda neoliberal, como a única alternativa possível para o desenvolvimento do mundo. Hoje essa política desmorona como referência de ordenamento e será esse um ponto importante a ser enfrentado pelo novo governo de Barack Obama. Além da natureza cíclica da crise, o quadro atual aprofunda sobremaneira a crise da hegemonia americana no sistema internacional, reforçando os li-

mites estruturais da ação do governo Obama.

**Princípios:** *Em um mundo que tem revelado um conjunto de tendências – como a tendência à multipolaridade – que impactos podem ser acarretados pela crise? Tende ela a frear ou a catalisar essas tendências?*

**Luis:** Se a minha leitura sobre a crise está correta – isto é, se é uma crise que irrompe nos mecanismos de reconfiguração da hegemonia americana –, então, me parece óbvio que ela enfraquece as condições de exercício dessa hegemonia. Trata-se, por conseguinte, de uma crise que reforça as tendências à multipolaridade no sistema internacional.

A rigor esse é um processo que se encaixa perfeitamente na chave teórica apresentada por Lênin sobre o imperialismo, que é o conceito do desenvolvimento desigual. Ao contrário do que às vezes se pensa, esse conceito de desenvolvimento desigual não remete a uma crescente polarização entre países centrais e periféricos. Para Lênin, o desenvolvimento desigual expressava justamente a tendência inexorável à decadência da potência imperialista dominante, dada a natureza crescentemente parasitária da sua exportação de capital. Isso tem tudo a ver com o que estamos discutindo sobre a crise atual. Trata-se de um desenvolvimento desigual que desconcentra o poder do sistema internacional justamente por enfraquecer a potência central do sistema. Claro, quando Lênin escrevia isso, há qua-

se um século, a referência era a decadência do imperialismo inglês. Hoje, temos um processo análogo em curso, com centro na decadência da hegemonia americana.

Isso não quer dizer que haja uma tendência à homogeneidade no sistema internacional. Não significa que o poder vá se dispersar e que todos os países poderão se desenvolver. O que há é a constituição de pólos de poder em ascensão. Estamos assistindo ao surgimento de novas potências, de novos pólos de poder no mundo que, na linguagem midiática, se convencionou chamar Brics (Brasil, Rússia, Índia e China). Temos a China constituindo-se como pólo, a Índia constituindo-se como pólo, o Brasil que, de certa maneira, é um pólo com liderança regional e a Rússia, que se recompõe após o colapso da União Soviética.

Na minha avaliação, temos hoje no mundo uma situação singular. Talvez o único precedente em relação a isso seja a situação do final do século XIX, início do século XX, período que registrou a ascensão dos próprios EUA, de Japão, Alemanha e, em menor medida, Rússia também. Foi um momento de reformatação do poder no sistema internacional. Naquela época, como hoje, a ascensão de novos pólos abre inúmeras oportunidades para os países em desenvolvimento.

*Carolina Ruy é Secretária de redação de Princípios e Fabio Palácio é jornalista e mestre em Comunicação e Semiótica (PUC-SP)*



*Como em um cassino a atual crise está implicada na natureza fictícia da renda gerada nos mecanismos de especulação. Las Vegas (EUA).*



## Entrevista com Libero Della Piana



O Partido Comunista dos Estados Unidos da América (Communist Party of the United States of America em inglês, ou CPUSA) é um partido político marxista-leninista dos Estados Unidos. Na foto de novembro de 1999 (em Seattle) manifestantes seguram faixa com os dizeres: "Pessoas e natureza antes que os lucros"

# O Partido Comunista dos EUA e a eleição de Obama

POR PEDRO DE OLIVEIRA

**P**residente do Partido Comunista no estado de Nova York (EUA), Libero Della Piana destaca aspectos da campanha que levaram Obama à presidência dos Estados Unidos. A principal atividade do Partido Comunista nesta eleição foi atuar

junto aos sindicatos e junto ao Partido das Famílias Trabalhadoras

**Princípios: Qual a opinião do Partido Comunista sobre a eleição de Barack Obama como 44º presidente dos EUA?**

*Della Piana:* Acreditamos que ele tenha dado apenas a partida a um processo. É um começo em muitos aspectos: trata-se do primeiro presidente negro em um país estruturado com base na escravidão. Ele trabalhará na Casa Branca, em Washington, que foi construída por negros. É um enorme impacto cultural para nosso país e isso também reflete uma transformação na consciência do povo norte-americano.

Nesta campanha procuramos lutar contra o racismo, e a despeito do que a mídia divulgou – que os trabalhadores brancos não votariam em Obama –, milhões e milhões de trabalhadores brancos votaram nele porque acreditaram que ele representa uma mudança e isso significa uma ruptura com os oito anos de Bush e sua política.

A nosso ver, outro fator histórico, sem precedentes, foi a participação do movimento sindical. Não há precedentes de ter havido campanha eleitoral no seio do movimento sindical. Quinhentas mil pessoas estiveram engajadas como voluntárias nesta última campanha eleitoral. E pela primeira vez na história, todos os sindicatos, ou a maioria deles, apoiaram um candidato. Para mim, isso se deve ao grande espírito de unidade e também de ação política independente do movimento sindical.

É importante lembrar que Obama não é um candidato da “máquina” partidária do Partido Democrata. Ele foi um candidato que, lastreado em grande ousadia, organizou um movimento sustentado, em sua maioria, por gente jovem. Isso também é algo novo. E a questão toda foi o papel desempenhado pela internet, tanto no levantamento de fundos quanto na organização da campanha.

Nunca na história dos EUA – talvez nem na história do mundo – tantas pessoas participaram dessa maneira. Obama levantou 300 milhões de dólares com contribuições menores que 200 dólares, e isso mostra ter havido um tipo diferente de relação do eleitor com essa candidatura.

Os Estados Unidos são um país onde as pessoas não votam. Temos um histórico de baixo índice de comparecimento eleitoral. Então, também é um lado do nível de atividade e conscientização, que foi trazido à discussão no próprio movimento de massas.

O programa do nosso partido registrou, nos últimos 30 anos, muitas derrotas frente às forças autoritárias. Setores que representavam o sul do país e o

Partido Republicano – a começar por Ronald Reagan –, engrossaram a corrente autoritária que culminou em George W. Bush, que aliviou os tributos dos ricos, restringiu direitos civis e suspendeu a instituição do habeas corpus, que é o fundamento da teoria da jurisprudência ocidental.

**Princípios: E passaram a violar as correspondências...**

*Della Piana:* Sim... documentos foram violados... E o governo americano instituiu a tortura como política oficial, a extradição de indivíduos, deportação de milhares sem maiores considerações e, claro, desencadeou as ilegais e desumanas guerras do Iraque e do Afeganistão. Realmente nos parece que o resultado eleitoral aponta para novas oportunidades, um novo potencial.

Portanto, não se deve dizer que Obama, sozinho, possa fazer alguma coisa. Uma única pessoa não tem condições de promover mudança social. Milhões de pessoas podem, em qualquer país, realizar a mudança social.

O que é excitante é que as expectativas são grandes, e existe uma dinâmica para esse processo que coloca certa pressão. Os monopólios, as forças mal-intencionadas colocarão pressão. O candidato deles pode ter perdido, mas eles não desistirão, eles vão ver o que dá para fazer no sentido de abalar essa vitória.

Portanto, estamos diante de grandes desafios. A escalada do Afeganistão – da qual Obama falou – por exemplo. Há muitos desafios sobre diferentes aspectos da política, mas também há oportunidades.

Durante três décadas os EUA viveram grandes retrocessos. Vivenciamos ainda um pequeno declínio do movimento das classes trabalhadoras, dos movimentos populares, e acreditamos que agora existe um potencial de reanimação, por causa da crise, em função da campanha e da vitória de Obama e por causa de um novo momento no movimento sindical. Entramos num período em que temos chance de maiores vitórias e menos retrocessos, em que os movimentos podem ser mais ofensivos.

Agora o perigo não é superestimar a importância da eleição de Obama, e sim subestimá-la. Supor ainda estamos na fase de defensiva e de tentar recuperar o espaço perdido. Mas, de fato, temos de estar conscientes das oportunidades de obtermos vitórias concretas nesse novo período antimonopólio, em vez de apenas tentar impedir o crescimento do poder dos setores autoritários da globalização.

Cada vez mais adentramos a um período de enfrentar o poder, de enfraquecer os monopólios como

um todo. E essa é a base para a transformação de nosso país em uma sociedade socialista. Obviamente, ainda não estamos nessa etapa, mas, para nós, é uma nova oportunidade, uma nova onda de lutas.

**Princípios: Como a crise financeira impactou a vitória do Partido Democrata?**

*Della Piana:* Definitivamente a crise teve seu papel. Nunca saberemos se Obama sairia vitorioso se essa crise não tivesse acontecido, ou se este fenômeno tivesse ocorrido num momento diferente... A crise na economia foi o assunto número um e os eleitores acreditavam que os republicanos e John McCain não poderiam enfrentá-la.

Penso que a crise cumpriu este papel, mas não tenho certeza. Percebo que, depois da crise, aconteceram críticas sobre ambos os partidos e há um sentimento generalizado de que nenhum dos dois grandes partidos apresentou soluções.

Alguns dados revelam o que as pessoas diziam: "Estamos no mesmo barco que Obama..." E não acreditavam que ele pudesse realmente consertar tudo. Até ele próprio disse que: "Nós temos essa difícil tarefa." Será "difícil" cumprir muitas das bandeiras que foram prometidas. A agenda, e muitas outras coisas, serão contingenciadas pela crise.

Isso restringe a capacidade de implementar um programa de qualquer tipo e, a meu ver, também desanima muita gente. Os trabalhadores americanos relacionam as guerras, a guerra do Iraque, diretamente à crise. E Obama disse repetidamente: "Como vamos fazer? O que precisamos fazer se temos essas guerras que consomem bilhões todos os dias?". Vamos ver onde isso tudo vai dar...

**Princípios: É possível para a futura administração de Obama aplicar o programa de campanha?**

*Della Piana:* A meu ver, Obama é muito esperto e está rodeado por gente que tem consciência da necessidade de fazer algo de concreto no começo da administração, a fim de obter a confiança das pessoas.

Ao mesmo tempo, como você disse, ele conquistou a liderança do povo por um mandato ou por uma presidência. Então, pelo meu entendimento, nós veremos algo de mais concreto e expressivo, como a criação de empregos, e teremos maior liberdade para que os trabalhadores se organizem.

O sentimento de cerca de 46 milhões de trabalhadores revelou: "Nós gostaríamos de participar em um sindicato, se tivéssemos essa chance". Há uma lei que tornará muito mais fácil se filiar a um sindicato, pois ela pune os grandes patrões que restringem a atividade sindical. E Obama está para assiná-la. A meu ver, será uma das coisas a que assistiremos nos cem primeiros dias. Isso é resultado da força e da organização das classes trabalhadoras.

**Princípios: Como o Partido Comunista dos EUA participou dessa eleição?**



Princípios entrevista Libero Della Piana no Encontro Internacional dos Partidos Comunistas

*Della Piana:* Nossa principal atividade foi atuar junto aos sindicatos, as verdadeiras bases de mobilização. E devido à dinâmica dos políticos americanos – muito antidemocráticos – e de todo o sistema eleitoral americano, foi preciso haver um engajamento dos trabalhadores. Por exemplo, em Nova Iorque, por conta desses particularismos eleitorais, cada estado tem sua própria eleição, não há uma eleição federal unificada. De fato

cada estado tem seu próprio sistema. Em Nova Iorque está em vigor uma lei que permite aos partidos endossar o candidato de um partido maior. Então é uma confusão. No rodapé da cédula pode-se votar no candidato local, mas no alto dela pode-se dar apoio para um candidato majoritário de outro partido, caso a pessoa não tenha candidato a senador ou presidente.

Por isso, o Partido das Famílias Trabalhadoras foi o partido político, além dos sindicatos e organizações comunitárias, onde participamos. Ainda não temos uma contagem, mas parece que centenas de milhares de pessoas votaram em Obama sob a sigla do Partido das Famílias Trabalhadoras e não a do Partido Democrata.

Portanto, existe uma forma de apoiar um candi-

dato do povo e também apresentar uma terceira via.

Em cada estado operamos de forma diferenciada, dependendo da situação. Também trabalhamos em bases onde percebíamos que havia uma alternativa progressista. Nas eleições primárias, e também na eleição geral, apoiamos alguns candidatos dos trabalhadores.

Pelo nosso entendimento, para ter independência política nos EUA, nesse sistema, não vale a pena lançar um candidato que obterá 1 ou 2%, toda vez que concorrer. Conseguiremos independência política fazendo valer os direitos das pessoas e, para mim, essa é a melhor forma eleitoral de todos os tempos.

Estamos empenhados em um movimento por uma espécie de Reforma eleitoral que restrinja o poder econômico dos candidatos e altere o colégio eleitoral em funcionamento desde 2000. Nestas eleições todo o mundo descobriu que não temos eleições diretas para presidente nos EUA. Nas eleições passadas, quem venceu no voto popular não foi George W. Bush. Ele teve muito menos votos que Al Gore, que ganhou no voto popular. Mas ele levou a presidência. O mundo todo perguntou: “O que significa isso?” Mesmo em Nova Iorque muita gente não sabe como isso funciona. A pessoa diz: “Estou votando em Al Gore”, e não percebe que está votando num eleitor que irá a uma convenção para votar em Al Gore onde vence o voto majoritário. O vencedor leva tudo. Então, 51% dos eleitores em Nova Iorque serão todos os eleitores de Nova Iorque. Esse sistema é uma representação desproporcional.

Todas essas questões devem ser debatidas numa reforma. Teremos de transpor as barreiras para a votação. Ela ocorre em um dia útil, quando milhões de pessoas não vão votar simplesmente porque elas trabalham! Neste ano 31 estados tiveram votação antecipada. Pode-se ir e votar em qualquer momento durante três períodos.

Mas em Nova Iorque não temos isso. E, na realidade, tivemos menos gente votando desta vez do que em 2004. Todas essas coisas desgastam a democracia, desgastam a participação.

O Partido Democrata é um grande “guarda-chuva”, onde as forças sociais de mudança – as classes trabalhadoras organizadas, os racialmente oprimidos, os movimentos femininos – estão todas lá, em algum lugar no nosso trabalho, e nós não podemos abandoná-las.

**Princípios:** *A crise colocou o capitalismo “em xeque”. Como o povo americano e os trabalhadores vislumbram a alternativa socialista?*

*Della Piana:* A palavra “socialismo” virou “a ca-

sa da mãe Joana” nesse período porque o *Wall Street Journal*, os ideólogos e os jornalistas alardeavam: “Isso é socialismo!”. Um milionário comprou uma página inteira do *New York Times* e colocou uma foto de Paulson ao lado de uma foice e um martelo!

As pessoas, agora, estão falando sobre o socialismo. Temos um país onde o anticomunismo é muito profundo. Nosso partido foi fundado 90 anos atrás e em nosso aniversário, os cavaleiros da libertação, John Reed, entre outros, foram esquecidos.

Portanto, não é como em tantos países onde a tradição socialista é muito mais presente.

Em todas essas discussões, mesmo que equivocadas, não se trata de socialismo – o Estado não está fechando empresas, mas ajudando as instituições financeiras para beneficiá-las, para ajudá-las, não para enfraquecê-las.

As pessoas estão discutindo isso. Um líder sindical em Ohio disse: “Eles chamam a isso de socialismo para controlar nossas indústrias”. As pessoas dizem: “E daí? Não importa o nome que se dê...”. Eles chamam de “socialismo do Obama”. E ele disse: “Eu dividi meus brinquedos quando criança, e eles me chamam de socialista!”. Ele não ataca o comunismo, ele não ataca o socialismo. Ele diferencia as coisas. Ele afirmou: “todos nós dividimos os brinquedos”.

A esquerda nos EUA ainda é pequena, mas com o uso da internet e de novas tecnologias, tentamos divulgar informes e a mídia apresentou muito interesse no partido. Por conta da crise as pessoas dizem: “Vamos ver o que o Partido Comunista tem a dizer”.

**Princípios:** *Nós lemos sobre muitos exemplos de pessoas progressistas que entraram em contato com o PCUSA recentemente buscando a opinião dos comunistas americanos sobre a crise. É verdade?*

*Della Piana:* Certamente. Tivemos um grande aumento no número de e-mails e telefonemas; pessoas querendo saber sobre o partido. Cada vez mais as idéias são postas à mesa. Somos um partido pequeno com grandes idéias e o desafio para nós neste período é difícil. Esperamos que o povo americano perceba que há alternativas.

**Princípios:** *Como a atual crise financeira afetou a vida dos trabalhadores e das pessoas comuns nos EUA?*

*Della Piana:* Em primeiro lugar, já havia recessão econômica mesmo antes da crise. A vida da maioria dos trabalhadores americanos, já estava em grande dificuldade há muitos anos. Mas, Nova Iorque é a

casa de Wall Street. Tivemos um enorme impacto; imediatamente, perdemos centenas de milhares de empregos de outubro de 2007 até outubro de 2008. O fechamento de algumas instituições financeiras afetou Nova Iorque diretamente. Há corretores, secretárias, trabalhadores que dependem dessa indústria. Cerca de 20% da entrada de impostos do estado de Nova Iorque vêm de Wall Street. Cada vez que o mercado (de ações) cai 600 pontos lá se vai um hospital, lá se vai uma escola e nós temos 16 bilhões em taxas propostas para o orçamento.

Portanto, a luta agora é contra esses cortes e os resultados da crise financeira no estado, em perseguir os monopólios e os ricos em vez dos trabalhadores, fechando hospitais e quartéis de bombeiros. Para os trabalhadores, isso torna a crise pior tirando o dinheiro dos seus bolsos.

Um dos esquemas imposto pelo capitalismo foi privatizar as aposentadorias dos servidores públicos – trabalhadores como motoristas de ônibus, professores, funcionários do serviço social – no estado de Nova Iorque. Foram bilhões de dólares. Esse dinheiro foi tomado e jogado no mercado de ações. Da noite para o dia, as aposentadorias de centenas de milhares de nossos trabalhadores na cidade foram cortadas. Foi realmente devastador. Mas o capitalismo precisava dessas parcelas do seguro social. Se ele não as tivesse seria um desastre. Ele estaria liquidado. Ele precisa de cada centavo.

**Princípios:** *Existe uma diferença entre a luta ideológica de hoje em dia e aquela que havia antes da crise?*

**Della Piana:** É difícil dizer. São as duas coisas, a crise e a eleição. As eleições foram um divisor de águas para a luta ideológica também. Há seis meses eles usavam o termo TINA (do inglês There Is No Alternative), não há alternativa, acabou. E agora eles dizem: “Durante 40 anos acreditei que estava certo. E eu estava errado”. Ideólogos de economia e mercado andam dizendo: “Opa, acho que eu estava errado!”. Isso é um tremendo contra-senso. Mas também traz conscientização para as massas.

Sobre a questão do racismo no movimento trabalhista, não é tradição haver racismo no movimento trabalhista. Mas, ele às vezes é rachado por questões de raça, às vezes por falta de lideranças. No entanto, esse movimento é sempre um reflexo da diversidade nacional, racial, linguística da classe trabalhadora.

O racismo em nosso país é a maior ferramenta do capitalismo. A ferramenta número um para dividir os trabalhadores. O racismo faz os capitalistas mais ricos. Concretamente, não abstratamente, diretamente: uma pessoa me paga 10 centavos e para ele 15 centavos. Isso, ideologicamente falando, é difícil.

**Princípios:** *Obama escolheu muitos dos colaboradores do anterior governo Clinton para as relações internacionais.*

*Na sua opinião, o Departamento de Estado seguirá a mesma política da administração de Bill Clinton, ou será diferente?*

**Della Piana:** É uma questão primordial. Muito dependerá da mobilização popular. De movimentos pacifistas, outros movimentos, e de como eles se posicionarão nos primeiros tempos da administração. E depende também um pouco de como as coisas evoluirão.

**Princípios:** *O que pode acontecer com os latinos e outros imigrantes, depois dessas eleições?*

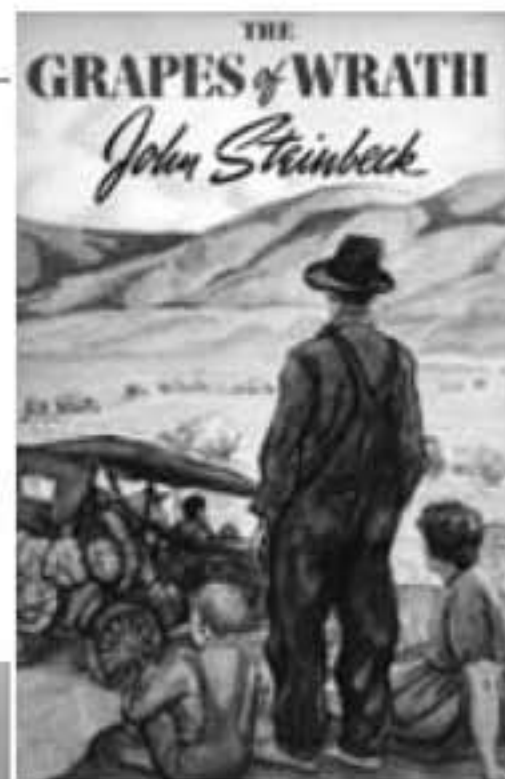
**Della Piana:** Mais uma mentira – que os latinos não votariam em Barack – foi desmascarada. Os latinos votaram em Obama. Diversas comunidades de imigrantes, asiáticos, votaram nele. Nos últimos dois anos tivemos grandes demonstrações dessa tendência. Os filhos desses imigrantes ainda podem vir a se tornar uma força política. A meu ver, latinos, asiáticos, negros, imigrantes são uma grande força política. Um dos problemas que terão de enfrentar é a questão da democracia, as políticas étnicas estão de volta à baila.

*Pedro de Oliveira é jornalista e membro da comissão editorial de Princípios*



*A figura do Obama virou moda nas ruas dos EUA*

# Crítica do antiamericanismo



É rica a cultura norte americana (da esquerda para a direita: Edward Hopper (auto retrato), Bob Dylan, o livro "As Vinhas de Ira" de John Steinbeck, Louis Armstrong e Billie Holiday)

BERNARDO JOFFILY

O percurso revolucionário dos jovens dos EUA padeceu das limitações próprias da direção democrático-burguesa, o que deixou marcas na construção deste país. Entretanto, o antiamericanismo chapado não só contraria o humanismo comunista como contraria os interesses da revolução



**A**s idéias aqui esboçadas têm tudo a ver com a eleição de Barack Obama em 4 de novembro de 2008, mas evitam vaticínios categóricos sobre o que serão os próximos anos da trajetória americana (1). Limitam-se a defender, com base no passado e no presente, o conceito de os Estados Unidos da América não serem uma entidade monolítica, chapada nem estática, mas uma sociedade complexa, com história, classes e luta de classes, contradições sociais e políticas.



São, portanto, uma crítica do anti-americanismo, no sentido que empresta aos EUA uma natureza perversa intrínseca e irremediável. É um elogio do anti-imperialismo de classe, que leva em conta os conflitos no interior da sociedade americana e busca neles aliados, ainda que temporários e pouco confiáveis, visando a enfrentar com êxito o atual domínio planetário do grande capital financeiro *made in USA*.

O aiatolá iraniano Rouhollah Mousavi Khomeini (1902-1987), que cunhou para os Estados Unidos o apelido "Grande Satã", pode ser tomado como um caso exemplar da primeira atitude. E ele tem seguidores, de diferentes credos, latitudes e meridianos, desde pensadores da velha Europa que alimentam um multissecular contencioso com o Novo Mundo até os perpetradores do 11 de Setembro de 2001.

Do ponto de vista da teoria luta de classes, o ponto de vista do "Grande Satã" é uma aproximação tosca da realidade. Versão especular da tese do "choque de civilizações" de Samuel P. Huntington (aliás, um amigo do general Garrastazu Médici, a quem visitou no Brasil em 1972; haja civilização!), comete um du-

plo erro: teórico, por não enxergar as contradições internas que são a alma das coisas; e estratégico, por presentear ao inimigo reservas que por sua natureza podem ter um papel decisivo no seu isolamento e derrota. Ao mesmo tempo, sua difusão na atualidade possui lá os seus motivos.

### Seis décadas de reacionarismo

Os EUA concluirão em 20 de janeiro de 2009 oito anos sob a administração de George Walker Bush, o chefe de Estado mais à direita que já governou uma grande potência desde o suicídio de Adolf Hitler, em 1945. Ele deixa a Casa Branca com o país encalacrado na pior crise do capitalismo já vista pelas gerações atuais e em duas guerras de agressão sem perspectivas de vitória, no Iraque e no Afeganistão.

A era Bush culminou e exasperou três décadas de predomínio da ultradireita, iniciadas com a eleição de Ronald Reagan em 1980 (predomínio não quebrado, mas confirmado durante a administração do *new democrat* Bill Clinton, em 1993-2000).

De um ponto de vista ainda mais amplo, o imperialismo americano tem sido, no período pós-União Soviética, como durante a Guerra Fria, a maior das potências econômicas, políticas, militares e culturais do capital financeiro, o principal bastião do sistema planetário burguês. Já se vão mais de seis décadas de reacionarismo exacerbado americano, 62 anos a contar do discurso de Winston Churchill em Fulton em 1946 que costuma ser tomado como o marco zero da Guerra Fria.

Não admira, portanto, que o censo comum enxergue esse estado de coisas como permanente.

### Quando os EUA davam exemplo

No entanto, nem sempre foi assim.

Ainda que custe a crer, era bem outra a imagem dos Estados Unidos que tinha o jovem estudante mineiro José Joaquim da Maia em 1786, quando entregou a Thomas Jefferson e ao presidente George Washington a seguinte carta: "Sou brasileiro e sabeis que minha desgraçada pátria geme em um espantoso cativeiro, que se torna cada dia menos suportável, desde a época de vossa gloriosa independência, pois que os bárbaros portugueses nada pouparam para nos tornar desgraçados, com o temor de que seguíssemos os vossos passos; (...) estamos dispostos a seguir o marcante exemplo que acabais de nos dar (...) quebrar nossas cadeias e fazer reviver nossa liberdade que está completamente morta e oprimida pela força, que é o único direito que os europeus possuem sobre a América (...) Isto posto, senhor, é a vossa na-

ção que acreditamos ser a mais indicada para nos dar socorro, não só porque ela nos deu o exemplo, mas também porque a natureza nos fez habitantes do mesmo continente e, assim, de alguma maneira, compatriotas”.

Assim como era bem outra a visão dos revolucionários nordestinos da Confederação do Equador em 1924, quando procuraram apoio e armas nos Estados Unidos. Ou dos manifestantes de 1942 que, em várias cidades, exigiam o ingresso do Brasil na guerra contra o nazi-fascismo, impulsionados por organizações como UNE e Partido Comunista, portando bandeiras dos EUA e retratos de Franklin Roosevelt.

### Uma carta de Marx a Abraham Lincoln

A formação da sociedade estadunidense está marcada por duas notáveis revoluções: a *Guerra de Independência*, ou *Revolução Americana*, no século XVIII; e a Guerra Civil antiescravista no século XIX.

A primeira, em 1775-1783, gerou o primeiro Estado independente das Américas e a primeira república democrático-burguesa no sentido moderno do termo. Então, o movimento operário não passava de um recém-nascido, porém, revolucionários como os franceses Gilbert du Motier de La Fayette (1757-1834) e o futuro socialista utópico Claude de Saint Simon (1760-1825), então com 17 anos, atravessaram o atlântico para combater nas filas revolucionárias.

Vladimir Lênin classificou a *Revolução Americana* como “a guerra do povo americano contra os bandidos ingleses que o oprimiam e mantinham na América a escravidão colonial”. Marx escreveu: ela “soou como um toque de rebate para a burguesia européia”.

Já a Guerra Civil, em 1861-1865, ao custo de 617 mil mortos (numero só superado nas Américas pela Guerra do Paraguai, poucos anos depois), teve como principal realização a derrota e desmantelamento do sistema escravista no sul do país, mas foi além. Promulgou, sob pressão das massas, a Lei do *Homestead* (1862), que garantia a cada cidadão americano o direito a um lote de terra, pela quantia simbólica de 10 dólares.

O movimento operário já era então uma força real, organizada e consciente. Batalhões operários (gráficos, construção civil) participaram do combate aos escravistas, elegendo seus comandantes. Entre estes havia não poucos socialistas, como o prussiano Joseph Weydemeyer (1818-1866), amigo de Karl Marx e Friedrich Engels, emigrado para os EUA em 1851 e fundador em 1852 da *American Workers Lea-*

*gue* (Liga dos Trabalhadores Americanos), primeira organização marxista no Novo Mundo.

Já no decurso da Guerra Civil o movimento operário americano multiplicou rapidamente suas organizações sindicais. Vencido o conflito, conquistou em vários estados as primeiras leis da jornada de trabalho de oito horas. Em 1866, em Baltimore, fundou a *National Labour Union* (União Nacional do Trabalho), primeira central sindical do país, tendo à frente, William S. Sylvis.

Do outro lado do Atlântico, a atitude do jovem movimento operário europeu diante da Guerra Civil pode ser avaliada por esta mensagem escrita por Karl Marx, em nome da Associação Internacional dos Trabalhadores, entregue ao embaixador dos EUA em Londres em 28 de janeiro de 1865, saudando a reeleição de Abraham Lincoln como presidente dos EUA:

“Senhor, “Felicitamos o povo Americano pela sua reeleição por uma larga maioria. Se a palavra-de-ordem reservada à sua primeira eleição foi resistência ao Poder dos Escravistas [Slave Power], o grito de guerra triunfante da reeleição é *Morte à Escravatura*.”

“Desde o começo da titânica contenda americana, os operários da Europa sentiram instintivamente que a bandeira das estrelas carregava o destino da sua classe. A luta por territórios que desencadeou a dura epopéia não foi para decidir se o solo virgem de regiões imensas seria desposado pelo trabalho do emigrante ou prostituído pelo passo do capataz de escravos?”

“Quando uma oligarquia de 300 mil proprietários de escravos ousou inscrever, pela primeira vez nos anais do mundo, “escravatura” na bandeira da revolta armada, quando nos mesmíssimos lugares onde há quase um século pela primeira vez tinha brotado a idéia de uma grande República Democrática, de onde saiu a primeira *Declaração dos Direitos do Homem* e onde se deu o primeiro impulso à Revolução Européia do século XVIII; quando, nesses precisos lugares, a contra-revolução, com sistemática pertinácia, se vangloriou de prescindir das ‘idéias vigentes no tempo da formação da velha Constituição’ e sustentou que ‘a escravatura é uma instituição beneficente’, na verdade a única solução para o grande problema da ‘relação do capital com o trabalho’, e cinicamente proclamou a propriedade sobre o homem como ‘a pedra angular do novo edifício’ – então, as classes operárias da Europa compreenderam imediatamente, antes mesmo da fanática tomada de partido das classes superiores em favor da aristocracia confederada ter dado o seu funesto aviso, que a rebelião dos proprietários de escravos tocara o rebote para uma santa cruzada geral da propriedade contra o trabalho e que, para os homens do trabalho, junto com suas



esperanças para o futuro, até as suas conquistas passadas estavam em causa nesse tremendo conflito do outro lado do Atlântico. Por conseguinte, suportaram pacientemente, por toda parte, as privações que lhes eram impostas pela crise do algodão, opuseram-se entusiasticamente à intervenção pró-escravatura – pregada por seus superiores – e, na maior parte das regiões da Europa, contribuíram com a sua quota de sangue para a boa causa.

“Enquanto os operários, as verdadeiras forças políticas do Norte, permitiram que a escravatura corrompesse a sua própria república, enquanto, perante o negro – dominado e vendido sem o seu consentimento –, se gabaram da elevada prerrogativa do trabalhador de pele branca de se vender a si próprio e escolher o seu próprio amo, foram incapazes de atingir a verdadeira liberdade do trabalho ou de apoiar os seus irmãos europeus na sua luta pela emancipação; mas esta barreira ao progresso foi varrida pelo mar vermelho da Guerra Civil.

O ponto de inflexão pode ser situado na Guerra Hispano-Americana de 1898. Iniciada com sentido de apoio à Guerra de Independência de Cuba, liderada pelo revolucionário José Martí (1853-1895), concluiu-se em 1903 com a Emenda Platt, que impôs aos cubanos o enclave militar de Guantánamo

*“Os operários da Europa estão certos de que, assim como a Guerra da Independência Americana iniciou uma nova era de ascensão para a classe média, também a Guerra Americana Contra a Escravatura o fará para as classes operárias. Consideram uma garantia da época que está para vir que tenha cabido a Abraham Lincoln, honesto filho da classe operária, guiar o seu país na luta incomparável pela salvação de uma raça agrilhoadada e pela reconstrução de um mundo social!”.*

### O nascimento do imperialismo americano

É certo que este percurso revolucionário dos jovens EUA sempre padeceu das limitações e contradições próprias de sua direção democrático-burguesa. É certo igualmente que pertence a um passado que já se distancia (embora tenha deixado marcas que sobrevivem na sociedade americana, como a eleição de juízes e até xerifes pelo voto popular).

O ponto de inflexão pode ser situado na Guerra Hispano-Americana de 1898. Iniciada com sentido de apoio à Guerra de Independência de Cuba, liderada pelo revolucionário José Martí (1853-1895), con-

cluiu-se em 1903 com a Emenda Platt, que impôs aos cubanos o enclave militar de Guantánamo, até hoje existente e usado no século XXI como campo “fora-da-lei” de prisioneiros da guerra global.

Simbolicamente, data daí a conformação dos Estados Unidos enquanto potência imperialista. Desde a virada para o século XX, são os monopólios do capital financeiro que dominam a economia, a sociedade

e o aparelho de Estado dos EUA, impondo seus interesses seja na política interna, seja internacionalmente. Porém, a emergência do imperialismo americano não representa o fim das contradições e lutas econômicas, sociais e políticas no interior dos EUA. Dois exemplos merecem menção.

A Grande Depressão dos anos 1930, que no Velho Mundo desaguou na ascensão da extrema-direita nazifascista, nos EUA conduziu a outra alternativa: levou ao *New Deal* de Franklin D. Roosevelt, que contrariou certos interesses dos monopólios e atendeu a certas necessidades imediatas das massas

trabalhadoras, por certo que dentro dos estritos limites do capitalismo. O dirigente comunista Joseph Stalin fez interessantes observações a respeito numa entrevista de 1934 para o escritor britânico H. G. Wells.

O segundo exemplo ocorre nos anos 1960: é o auge dos movimentos pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietnã. Acontece já nos marcos da Guerra Fria, após a caça às bruxas direitista representada pelo macarthismo. Não chega a tomar e nem sequer a se aproximar das alavancas de comando do poder; é impulsionado por forças oposicionistas e contestatórias. No entanto, joga um papel estratégico, particularmente na derrota da guerra de agressão imperialista contra o Vietnã.

### O notável exemplo vietnamita

A luta do povo vietnamita, conduzido pelo Partido dos Trabalhadores (hoje Partido Comunista) do Vietnã e seu líder histórico, Ho Chi Minh (1890-1969), é um exemplo notável de determinação antiimperialista a toda prova, aliada a uma tenaz recusa de princípios ao antiamericanismo.

Após enfrentar e vencer o colonialismo Francês na guerra de libertação de 1945-1954, os vietnamitas, e seus vizinhos laosianos e cambojanos, imediatamente se depararam com a agressão do neocolonialismo americano. Obrigados a retomar a guerrilha, a partir de 1959, travaram uma “guerra de todo o povo” que se prolongou por 16 anos. Por fim, em 30 de abril de 1975, expulsaram definitivamente os agressores. Pela primeira vez o imperialismo americano, apesar de seu poderio militar sem precedentes, mordida, explícita e assumidamente, o pó da derrota.

A força principal que decidiu a vitória foi a “guerra de todo o povo”, no Norte e no Sul, à custa de sacrifícios inauditos. A guerra custou mais de 5 milhões de vidas vietnamitas, sendo 4 milhões de civis, afora 58 mil soldados americanos mortos e 303 mil feridos. Porém, desde o primeiro até o último dia de combate a guerrilha encarou o povo trabalhador e as forças amantes da paz dos EUA como seus aliados estratégicos.

À medida que o conflito revela sua verdadeira face e cobra um preço cada vez mais alto, a conduta de princípios dos vietnamitas começa a render frutos. Enormes manifestações de protesto sacodem os EUA, com destaque para o papel da juventude. Milhares rasgam os papéis de alistamento militar ou fogem para o Canadá; nos campos de batalha, multiplicam-se os gestos de insubordinação. Por fim, a Casa Branca, na administração do raivoso anticomunista Richard Nixon, não tem escolha senão recuar para uma linha de “vietnamização da guerra” (recorrendo a tropas titeres sul-vietnamitas), que antecedeu a derrota final.

Assim que se consumou a proeza vietnamita, o general Vo Nguyen Giap, herói da resistência ao colonialismo Francês e ao neocolonialismo americano, hoje com 97 anos, assim descreveu a linha de Ho Chi Minh neste particular:

“O presidente Ho sempre foi um nobre símbolo de genuíno patriotismo combinado com profundo

internacionalismo proletário. Desde os primeiros anos de sua trajetória em busca do caminho da salvação nacional, ele chegou à importante conclusão de que a classe operária e o povo trabalhador de todos os países são amigos, enquanto o imperialismo em toda parte é o inimigo.

“Ele [...] ensinou os povos das colônias a diferenciar entre os governantes coloniais imperialistas e o povo trabalhador do ‘país mãe’, considerando os primeiros como inimigos e os povos progressistas como amigos. O presidente Ho usou a imagem do ‘elefante e suas duas presas’ para ensinar o princípio da unidade internacional entre o povo trabalhador do ‘país mãe’ e os povos das colônias contra seu inimigo comum, o imperialismo. Esta importante estratégia tinha origem não só no humanismo comunista do proletariado, mas também nos interesses da revolução proletária no mundo inteiro, bem como nos interesses de cada nação”.

Em 1989, quando a vitória sobre os agressores americanos já pertencia à história, o mesmo Giap comentaria para um jornalista ocidental:

“Fomos nós que vencemos a guerra, e foram os americanos os derrotados, mas devemos ser mais precisos quanto a isso. Em que constituiu a vitória? O povo vietnamita nunca desejou a guerra; ele desejava a paz. E os americanos, queriam a guerra? Não, também eles queriam a paz. Então, a vitória foi daquelas pessoas, no Vietnã e nos EUA, que desejavam a paz. Portanto, quem foram os derrotados? Aqueles partidários da agressão a qualquer preço. Eis por que ainda hoje somos amigos do povo da França e nunca sentimos a menor inimizade pelo povo dos EUA”.

Os vietnamitas têm razão. O antiamericanismo chapado confunde aliados e inimigos. Não só contraria o humanismo comunista como contraria os interesses da revolução.

*Bernardo Joffly é jornalista e editor do Portal Vermelho*

### Notas:

- (1) Entre os cacoetes antiamericanistas que discuto está a resistência em usar o gentílico “americano” para os naturais dos Estados Unidos da América; argumenta-se que americanos somos todos os que habitamos desde a Groenlândia até a Terra do Fogo, e propõe-se a alternativa “estadunidense”. Prefiro “americano” por um simples e bom motivo: é o termo usado por eles próprios, e pela esmagadora maioria dos humanos de todo o mundo, inclusive os brasileiros. O critério proposto pelos adeptos do “estadunidense” nos levaria a tolices como impugnar o topônimo “Ásia”, por se tratar de uma deusa grega, ou “África”, por derivar do nome de uma província do Império Romano.

<http://www.marxists.org/portugues/marx/1864/11/29.htm>

*O presidente Ho e a revolução nacional-libertadora*, Vo Nguyen Giap, 1975

<http://www.pbs.org/wgbh/peoplescentury/episodes/guerrillawars/giaptranscript.html>

# A descoberta dos EUA, fruto da expansão mundial do capitalismo

*A descoberta e a colonização das Américas fazem parte do processo de expansão mundial do capitalismo, a primeira formação econômica e social da história que desenvolveu esta capacidade, a partir do mercantilismo*

**Pluribus unum** é o lema nacional dos Estados Unidos da América. Traduzido do latim, significa "De muitos, um". Refere-se à integração das treze colônias



PEDRO DE OLIVEIRA

Como bem retrata em seu livro *Formação do império Americano*, o professor Luiz Alberto Moniz Bandeira desenvolve esta tese e alinha os principais banqueiros fiorentinos financiadores dos navegantes que se lançaram ao mar a serviço de Portugal e Espanha. Entre eles se destacam Bartholomeu Marchioni, Girolamo Frescobaldi, Lucas Geraldi, Giovanni Battista Rovalesca, Filippo Gualterotti e Girolamo Sernigi. Banqueiros e mercadores alemães também dispuseram de recursos para empreendimentos parecidos. Capitais financeiros da casa comercial de Jacob Fugger, de Augsburg (Alemanha) contribuíram para as expedições de Pedro Álvares Cabral, em 1500, quando ocorreu o descobrimento do Brasil, bem como a frota de Cristóvão de Haro, ao Rio da Prata, em 1514.

A presença européia na América é bem anterior ao século XV. Provas existem da presença de vikings no Canadá quase cinco séculos antes de Cristóvão Colombo. Portugueses e espanhóis – donos do Atlântico – a princípio dividiram o Novo Mundo entre si. Holandeses, franceses e ingleses contestaram a validade do Tratado de Tordesilhas e praticaram a pirataria oficial como corsários. Por muitos anos o saque

de riquezas dos galeões espanhóis foi mais tentador do que o esforço sistemático da colonização.

O historiador gaúcho Leandro Karnal relata estes fatos sobre o nascimento dos Estados Unidos e descreve como a Inglaterra encarregou John Cabot de explorar a América do Norte. A América cada vez mais passa a ser vista como um lugar de muitos recursos e de possibilidades econômicas. Navegadores, como Verrazano, a serviço da França, Ponce de Leon, a serviço da Espanha, e muitos outros já tinham pisado o território que viria a ser chamado de Estados Unidos. Hernando de Soto, por exemplo, batizou o Mississipi de Rio do Espírito Santo...

A rainha Elizabeth I concedeu permissão a Walter Raleigh para que iniciasse a colonização da América, que estabeleceu em 1584, 1585 e 1587 expedições à terra que batizou de Virgínia, em homenagem à Rainha virgem Elizabeth. O projeto montado no final do século XVI em pouco se diferenciava do ibérico. Sir Walter era muito parecido com os donatários nobres das capitanias hereditárias instaladas no Brasil. Sua aventura, entretanto, fracassou, como a maioria esmagadora das capitanias brasileiras, das quais apenas as de Pernambuco e de São Vicente se desenvolveram.

## O papel das Companhias na colonização

No início do século XVII o impulso colonizador renasceu na Inglaterra, já sob a dinastia de Stuart. O monarca delegou agora esta tarefa não a nobres, mas a Companhias como a de Londres e a de Plymouth. Esta última recebeu as terras e o monopólio do comércio entre a região da Flórida e o rio Potomac, restando à Companhia de Londres as terras atuais do cabo Fear e Nova Iorque. Separando as duas concessões havia uma região “neutra” para evitar conflitos de jurisdição. Nesta área os holandeses aproveitaram para fundar suas colônias, das quais a mais famosa deu origem à cidade de Nova Iorque. Os holandeses compraram a ilha de Manhattan pelo equivalente a 24 dólares em contas e bugigangas dos índios canar-sees – região que passou a se chamar Nova Amsterdã. O processo de êxodo rural na Inglaterra acentuava-se no decorrer do século XVII e inundava cidades inglesas de homens expulsos do campo. A idéia de uma terra fértil e abundante, um mundo imenso e a possibilidade de enriquecer era um poderoso imã sobre as massas. A própria Companhia de Londres declarara em 1624 que seu objetivo era: “a remoção de pessoas necessitadas, material combustível para perigosas insurreições e assim deixar ficar maior fatura para sustentar os que ficam no país”.

Poucos podiam pagar a passagem para a América. Este fator, combinado à necessidade de mão-de-obra, fez surgir uma nova forma de servidão nas colônias: a servidão temporária (*indentured servant*). A América também serviu de refúgio para a perseguição religiosa na Inglaterra. Num dos navios que transportaram estes peregrinos para a América, o *Mayflower*, foi firmado um pacto, chamado de “*Mayflower Compact*”, lembrado como o marco fundador da idéia de liberdade. Os “pais peregrinos” são tomados como fundadores dos Estados Unidos. Não são pais de toda a Nação, mas os da parte “WASP” (*White Anglo-Saxon Protestant*). O navio aportou bem acima de onde hoje é o estado de Massachusetts. O clima era frio e o mar congelava. O primeiro ano dos colonos custou a vida de metade deles. Pouco antes de a nova estação fria chegar, em 1621, os sobreviventes decidiram comemorar a sobrevivência numa festa de Ação de Graças (*Thanksgiving*), com um cardápio reforçado com uma ave nativa, o peru e com tortas de abóbora.

A população das colônias cresceu rápido, passando de 2.500 pessoas em 1620 (sem contar os índios) para três milhões, um século depois. Nesse grande contingente, embrião do que seria depois os Estados Unidos, misturaram-se inúmeros tipos de colonos,

aventureiros, órfãos, membros de seitas religiosas, negros e africanos, degredados, comerciantes e nobres, segundo Leandro Karnal. Já o escritor John Steinbeck resume desta forma a construção de seu país: “Os Estados Unidos não existiam. Quatro séculos de trabalho, de derramamento de sangue, de solidão e medo criaram esta terra. Construimos a América e o processo nos tornou americanos – uma nova raça, enraizada em todas as raças, manchada e tingida de todas as cores, uma aparente anarquia étnica. Então, num tempo pequeníssimo, tomamos nos mais semelhantes do que éramos diferentes – uma nova sociedade; não grandiosa, mas propensa, por nossas próprias faltas, à grandeza, e pluribus unum” (1).

## Colônias tradicionais X colônias de “povoamento”

“Destino manifesto?”, uma vocação dada por Deus a eles, norte-americanos (2), um caminho claro de êxito em função de serem um “povo escolhido”? A riqueza deles decorreria de dois modelos históricos: as colônias de povoamento e as de exploração. Estas, entre várias explicações simplistas e de caráter idealista dominam as análises do período histórico da formação dos Estados Unidos. As colônias de exploração seriam as ibéricas. As áreas colonizadas por Portugal e Espanha existiriam apenas para enriquecer as metrópoles. O oposto das colônias de povoamento, para onde as pessoas iriam para morar definitivamente. A atitude não era predatória, mas preocupada com o desenvolvimento local.

Num esquema extremamente simplificado, os livros didáticos apresentam as diferenças entre o tipo de colonização desenvolvido na América Ibérica e o que foi implementado na América do Norte. Nas colônias tradicionais, predominava o latifúndio, como unidade de exploração, e o trabalho escravo. Esta forma de organização da produção era dominante na América espanhola, Brasil, Caribe (Haiti francês, Jamaica inglesa, Cuba espanhola, Antilhas holandesas etc) e no sul das Treze Colônias inglesas (EUA).

Ao contrário, predominavam as pequenas e médias fazendas familiares nas chamadas colônias de “povoamento”, ao Norte e centro-norte das Treze Colônias Inglesas (EUA) e no Canadá. O trabalho era compulsório nas colônias tradicionais, ou de exploração, com base no escravismo e suas diversas formas de trabalho servil, enquanto nas colônias de “povoamento” o trabalho era livre ou à base da servidão temporária. Como objetivos econômicos, estas duas formas de colonização se diferenciavam por estarem voltadas para a produção de metais preciosos

e de produtos de exportação para a Metrópole – no caso das colônias tradicionais – e direcionadas especialmente para o mercado interno – no caso das colônias de “povoamento”.

Leandro Karnal, entretanto, faz uma análise crítica dessas idéias: “Uma das mais tradicionais ‘verdades didáticas’ (...) descreve colônias de exploração e colônias de ‘povoamento’. As colônias de exploração, é claro, seriam as ibéricas. Como diz o nome, áreas colonizadas por Portugal e Espanha existiriam apenas para enriquecer as metrópoles. Neste tipo de colônia, as pessoas saíam da Europa apenas para enriquecer e voltar para o país de origem. (...) O oposto das colônias de exploração seriam as de ‘povoamento’. Para essas, as pessoas iriam não para enriquecer e voltar, mas para morar na nova terra. Logo, sua atitude não seria predatória, mas preocupada com o desenvolvimento local. Isso explicaria o grande desenvolvimento das áreas anglo-saxônicas, como os EUA e o Canadá. (...) Vamos aos fatos. (...) A colonização ibérica foi, em quase todos os sentidos, mais organizada, planejada e metódica do que a anglo-saxônica. (...) Na verdade, só podemos falar em projeto colonial nas áreas portuguesa e espanhola. Só nelas houve preocupação constante e sistemática quanto às questões da América. (...) Portugal e Espanha mandavam para a América, na época da conquista, alguns de seus membros mais ilustres e preparados. (...) Nem de longe podemos afirmar que semelhante fenômeno tenha ocorrido na fase de conquista da América inglesa. (...) A solidez das cidades coloniais espanholas, seus traçados urbanos e suas pesadas construções não são harmônicas com um projeto de exploração imediata. As pessoas que falam destes ‘ideais’ de enriquecimento fácil parecem imaginar que um espanhol cobiçoso embarcava num avião em Sevilha e, horas depois, desembarcava na América. (...) A idéia tradicional de um grupo seleto de colonos ingleses altamente instruídos e com capitais abundantes é uma generalização incorreta.”

O livro do Karnal também procura desmistificar outra tese de que houve um legado “desleixo” ibérico, que teria resultado no subdesenvolvimento da América Latina. Ele enfatiza que uma diferença fundamental foi o fato do Estado inglês, na época, ser muito fraco e desorganizado, ao contrário dos Estados português e espanhol. Aqui, a colonização foi um empreendimento de Estado; lá, foi um refúgio

para o excesso de população que poderia desestabilizar uma sociedade que vivia grandes contradições sociais, que se traduziam em ideologias religiosas as mais diferentes, e que faziam oposição feroz umas às outras. Quer dizer: a colonização dos EUA foi resultado do atraso político, e não do avanço. Atraso político que permitiu uma maior liberdade aos colonos, na medida em que o Estado inglês não tinha condição de exercer controle sobre eles.

### As concepções idealistas na definição do “sucesso” dos EUA

Vianna Moog, por sua vez, rechaça a idéia de raça como elemento definidor para o sucesso ou não de uma civilização. Outros fatores podem ser considerados: questões geográficas e culturais. Os rios americanos ajudaram muito o processo de colonização, ao contrário da costa brasileira, pródiga em serras e cachoeiras... No plano cultural a diferença é entre o ideário católico e o protestante. O católico, em termos simplificados, suposta-

A maioria dos colonos ingleses era de protestantes calvinistas. Valorizavam o trabalho e a acumulação de capital. Para eles, o estudo era uma forma de aperfeiçoar a capacidade de produzir

mente desprezava o lucro e os juros, enquanto os protestantes valorizavam a poupança e o dinheiro, sinal externo “da graça divina”. Enquanto Richard Morse, pesquisador norte-americano, acha que o subdesenvolvimento latino americano é uma opção cultural, o mundo ibérico não ficou como está hoje por incompetência ou acidente, mas por escolhas políticas. Protestantismo e capitalismo estão associados profundamente, conforme analisou Max Weber, muito citado por Moog.

A falta de um projeto colonial efetivo aproximou os Estados Unidos de sua independência. As treze colônias nascem sem a tutela direta do Estado. Por ter sido “fraca”, a colonização inglesa deu origem à primeira independência vitoriosa da América. Quando a Coroa Britânica tentou implantar um modelo sistemático de pacto colonial, o resultado foi um desastre. A Inglaterra do século XV enfrentava o mais longo conflito da história: a Guerra dos Cem anos (1337-1453). Lutando contra um inimigo comum, a França, os ingleses começavam a pensar em que os unia. Porém, mal terminada essa Guerra a ilha se envolve numa guerra civil violentíssima; a Guerra das Duas Rosas (1455-1485). A família York (rosa branca) e a família Lancaster (rosa vermelha)

entraram em confronto por mais de três décadas. Os ingleses estavam desenvolvendo a “modernidade política”, que seria uma ação política independente da teologia e da moral. A ação dos Príncipes modernos não procura levar em conta se o que fazem é moralmente correto. Os príncipes modernos agem porque tal ação é eficaz para atingir seus objetivos, dentre os quais o maior é conseguir o poder absoluto.

A maioria dos colonos ingleses era de protestantes calvinistas. Valorizavam o trabalho e a acumulação de capital. Para eles, o estudo era uma forma de aperfeiçoar a capacidade de produzir. Por isso criaram muitas escolas e universidades. Como resultado, no século XVIII, a proporção de adultos que sabiam ler, escrever e fazer contas superava a de muitos países europeus. As Treze Colônias também tinham liberdade para importar livros da Europa e para ter suas próprias gráficas, que publicavam jornais e livros. No Brasil, a maioria dos colonos era analfabeta. Somente os filhos das famílias ricas podiam estudar. Portugal proibia cursos superiores no Brasil. Para fazer faculdade, era preciso ir morar na Europa. Na América espanhola, as universidades puderam existir. Entretanto, a maioria delas servia apenas para formar padres. No Brasil também era proibido ter imprensa. Nada podia ser publicado aqui. Os livros importados da Europa eram fiscalizados. Se contivessem idéias religiosas ou políticas contrárias à Igreja Católica e ao absolutismo, não podiam entrar.

É preciso registrar, por fim, a tradição historiográfica norte-americana, e a de seus admiradores, que sempre enfatizam a existência, lá, de uma certa liberdade de circulação de idéias e da existência de escolas, principalmente universidades. Isso precisa ser visto com cautela. Primeiro: a existência de um estado

“fraco” tomava a censura oficial também “fraca”.

Segundo: é preciso relativizar a “liberdade de circulação de idéias”, que não existia em nenhum lugar no Ocidente, na época. Basta lembrar a perseguição às bruxas e aos membros de religiões diferentes, que ocorreu intensamente no próprio território das Treze Colônias. Em Boston, por exemplo. Além disso, as universidades e demais escolas foram criadas para o ensino religioso, quase sempre muito atrasado. Se há um mérito nisso é o de disseminar a alfabetização, mesmo que tenha sido para ler a Bíblia... Terceiro: As universidades pioneiras, em território americano, surgiram no México e no Peru, no século XVI, muito antes do surgimento das universidades americanas. Isto é, a questão não é essencialmente terem existido escolas ou imprensa: a questão fundamental está nas transformações sociais que permitiram, à margem de um estado fraco, o surgimento de um sistema de compra e venda de mercadorias (e da força de trabalho) que, aos poucos, foi se tornando dominante e se impondo como hegemônico.

*Pedro de Oliveira é jornalista e membro da Comissão Editorial de Princípios*

### Bibliografia

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano*.
- KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos, das origens ao século XXI*.
- MOOG, Vianna. *Em busca de Lincoln*.
- MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*.
- SCHIMIDT, Mário. *Nova História Crítica*.
- STEINBECK, John. *As Vinhas da Ira*.

### Notas:

- (1) Assim, John Steinbeck sintetizou a história dos Estados Unidos. Ele morreu há exatos 40 anos, em 20 de dezembro de 1968. Recebeu o Prêmio Nobel em Literatura em 1962. *As Vinhas da Ira* (1939), considerado sua obra-prima, conta a exploração a que são submetidos os trabalhadores itinerantes e sazonais, através da história da família Joad, que migra para a Califórnia, atraída pela ilusória fartura da região. Essa trágica odisséia recebeu o prêmio Pulitzer. É preciso dizer que sua ambiguidade política gerava inimizades e críticas políticas. Os comunistas, na época, condenaram veementemente suas posições e em sua viagem à Itália, Steinbeck foi recebido com uma dura “Carta Aberta a John Steinbeck”, escrita por intelectuais de esquerda e que o considerava um traidor. De fato, Steinbeck apoiou guerras imperialistas como a Guerra do Vietnã. Só mudou de opinião depois de visitar o Vietnã do Sul, vendo de perto a barbárie provocada pelo exército americano.
- (2) Tradicionalmente, os nascidos nos Estados Unidos são denominados norte-americanos. Debates com origens mais nacionalistas do que gramaticais estipulam estadunidense como adjetivo ou como substantivo; afinal, também são norte-americanos os cidadãos do México e do Canadá. Porém canadenses e mexicanos não utilizam as palavras americano ou norte-americano para sua nacionalidade, sendo pouco provável uma confusão.

# Estados Unidos da América: origens do “capitalismo bandido”



Jamestown  
– Ilha de Jamestown,  
Virginia, onde foi instalada a  
primeira colônia inglesa

SÉRGIO BARROSO

“Homens astutos e experimentados de Wall Street tinham visto Jay Gould [barão da ferrovia, “inescrupuloso manipulador da Bolsa de Valores”] ser enterrado em segurança com uma estaca sangrenta cravada em seu coração, em 1872. Para surpresa, apenas dois anos depois ele andava outra vez sobre a terra, quando assumiu repentinamente o controle da Union Pacific, uma das maiores ferrovias americanas” (Charles Morris, 2006) [1].

**R**iquezas, mitos e ineditismos fartos: a história dos EUA, além de tudo, é “da reza um terço”, como diz nossa rica sabedoria popular, referindo-se à grande parte das coisas desconhecidas. No caso das raízes

classistas dos donos do império do Norte, a coisa é mais teratológica do que se diz ou inventa.

## Bloqueio do feudalismo

Mirando longinquamente – depois das tentativas dos espanhóis –, ingleses e franceses possuíam as primeiras colônias permanentes no Novo Mundo ou na América, no início do século XVII. Jamestown, a primeira inglesa (1607), localizou-se na região da Virgínia, numa homenagem à Elizabeth I, a “Rainha Virgem”. Tratava-se do movimento (conflitivo) de expansão dos novos impérios europeus emergentes.

A base material da sociedade colonizada da América do Norte pela Grã-Bretanha teve no Norte-Nordeste sua matriz industrializante. Ali, as estruturas feudais não se articularam; a rarefação da população indígena – e seu extermínio fácil; a remoção de obstáculos ao acesso à vastidão das terras; a impossibilita-

de para mineração de metais preciosos e a imigração de artesãos e camponeses europeus fugidios das tormentas políticas e religiosas, principalmente, deram substância a uma formação econômico-social impulsionada pela pequena propriedade independente.

Aclara Barbosa de Oliveira [2]: a colonização dos EUA produziu uma estrutura social profundamente heterogênea: no Norte, condições semelhantes às da Europa, quer dizer, tornavam-se “inadequadas ao projeto do capital comercial”, em si, ou à fixação da grande exploração agrária de artigos de exportação – caminho fácil à emergência do capital industrial; no Sul, o predomínio da exploração latifundiária escravista.

Na medida em que a estrutura produtiva nortista colonial se baseava fundamentalmente da pequena propriedade agrícola e no artesanato, desenvolviam-se o capital comercial e usurário nas cidades possuidoras de governo próprio e aldeias. Como que à revelia das travas reacionárias do grande latifúndio escravocrata sulista.

### Independência: escravocratas em guerra

A condução ideológica da guerra da independência das treze colônias britânicas nos Estados Unidos (1776-1783) traz a marca indelével de seus colonizadores esbravejando serem os promotores da liberdade no mundo; eles mesmos “filhos nobres da liberdade”, defensores do protestantismo: Grã-Bretanha, “senhora das nações, o grande sustentáculo da liberdade, o flagelo da opressão e da tirania” (Losurdo, 2006) [3].

A imposição do imposto sobre o chá (1773) coloca o país contra Grã-Bretanha de maneira definitiva e se considera ali o momento simbólico deflagrador da Revolução Americana. Em 1775 as treze colônias de posse dos britânicos (Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New Hampshire, Nova Jersey, Nova Iorque, Pensilvânia, Delaware, Virgínia, Maryland, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia) reúnem-se no Primeiro Congresso Continental, ponto de partida da luta armada, iniciado sob a forma de guerra de guerrilhas. Em 4 de julho de 1776 os chamados “Pais Fundadores” (Thomas Jefferson, John Adams, Benjamin Franklin, Robert Livingston

e Robert Sherman) da moderna nação norte-americana declaram o fim do domínio britânico sobre os territórios da América [4].

Um duplo paradoxo brotava da luta pela independência colonial. De um lado, os campeões da liberdade britânicos eram déspotas e escravocratas e os maiores traficantes de escravos do planeta; de outro, no interior da grande rebelião americana, os “mais barulhentos advogados da liberdade eram os mais duros e mais selvagens patrões de escravos”; “caçadores de negros”. E – a exemplo – se John Miller, líder do iluminismo escocês, denunciava que os mesmos refinados e falantes indivíduos defensores da liberdade política não tinham escrúpulos em reduzir uma grande quantidade dos seus semelhantes – a condições de serem privados não apenas de propriedade, mas também de quase todos os direitos –, era gravíssima a acusação (e a opção) do economista ícone da economia política

clássica, Adam Smith, cuja obra clássica *A riqueza das nações* data de 1776: “O despotismo acusado na Coroa [britânica] é preferível à liberdade reivindicada pelos proprietários de escravos e que beneficia uma restrita classe de fazendeiros e patrões absolutos” (apud: Losurdo, idem, p. 23).

Enfim, guerra de piratas, em última instância, onde a violência do reinado colonizador de George III impediu qualquer iniciativa legislativa para impedir ou mesmo limitar a crueldade do tráfico negro. Era em que, nos trinta e dois anos, dos trinta e seis primeiros anos de existência dos Estados Unidos, todos os seus presidentes são escravocratas de Virgínia, estado que chegou a concentrar 40% dos escravos do país. Coisa “normal”, pois conforme o brilhante filósofo liberal, John Locke, legitimador da escravidão, na conversão ao cristianismo e ao Evangelho as “pessoas casadas não devem abandonar o cônjuge nem o servo toma-se emancipado de seu dono” [5].

A derrota do mercenarismo do reinado britânico foi assinada no Tratado de Paris, em 1783, após as vitórias militares nas batalhas de Trenton e Princeton. De acordo com o historiador David MacCullough, o apoio financeiro da França e da Holanda, além de militar, do exército e da marinha franceses, foram decisivos no resultado final da guerra. Porém, em última análise – afirma McCoullough – foi Ge-

Dos trinta e seis primeiros anos de existência dos Estados Unidos, todos os seus presidentes são escravocratas de Virgínia, estado que chegou a concentrar 40% dos escravos do país



orge Washington e seu exército que venceram a guerra da independência dos Estados Unidos [6]. Redigida por Thomas Jefferson, sua famosa Declaração – diz sugestivamente Raphael – fora aprovada por 13 estados, não por homens isolados de “traje formal e peruca”, tendo os delegados da maioria dos estados obedecido a instruções específicas de seus eleitores [7].

A idéia do fim da escravidão foi um fracasso absoluto. E – atenção –, anteriormente à promulgação de sua Constituição, em 1786-1787, uma grande revolta de camponeses pobres e endividados, liderada por Daniel Shays, coronel reformado do Exército Continental, leva o mesmo Washington (então reformado) a apelar por uma Carta “liberal e enérgica”; queixa-se contra “uma visão demasiado benevolente da natureza humana”, defendendo a necessidade de um “claro predomínio dos ricos e dos grandes proprietários de terra” [8].

### Predestinação divina e amor ao dinheiro

A progressiva grandiloquência da América tem por base o acicate da ideologização do protestantismo. Não à toa, um dos primeiros livros didáticos para crianças (*The American Revolution Written in the Style of Ancient History*, 1793) descrevia a Independência, ou a Revolução Americana, imitando a linguagem da Bíblia e dando a cada um dos personagens principais um nome bíblico. De fato, a propensão ao messianismo nacional até hoje impregnado no país renovou a larga tradição judaica capturada pelo fundamentalismo bíblico dos puritanos, imigrantes à América, terra prometida.

Como bem afirma Moniz Bandeira (2005), “o povo americano, do mesmo modo que os israelitas, passou a considerar-se o mediador, o vínculo entre Deus e os homens. Essa aliança bíblica entre Deus e os israelitas foi que inspirou o contrato firmado entre si pelos peregrinos a bordo do Mayflower, em 21 de novembro de 1620, para criar um organismo civil, que faria ‘leis justas e igualitárias’” [9].



*Indústrias rudimentares em Jamestown*

Em 1820, a “American Academy of Languages and Belles Lettres” premiou com quatrocentos dólares e uma medalha de ouro puro a Salma Hale, por ter escrito a melhor história dos EUA para ser distribuída nas escolas. Hale assim explicara os objetivos de seu livro: “Exibir, sob uma luz forte, os princípios de liberdade política e religiosa que nossos ancestrais professaram e pelos quais lutaram e venceram; (...) e produzir, não tanto por reflexões morais quanto pelo caráter de narrativa, impressões virtuosas e patrióticas na mente do leitor” [10].

Ray Raphael ilustra bem esse cenário ao dizer que livros como o de Hale possuía formato de apenas 15 cm, ou menos, tamanho suficiente para caber num avental ou no bolso de um casaco. Reimpressos maciçamente e a preços baratíssimos, dirigiam-se a alunos jovens e cidadãos de uma jovem nação: cumpriam um duplo dever: construir o caráter e construir a nação; “(...) precisavam louvar o rompimento com a Grã-Bretanha, mas não podiam pregar as virtudes da rebelião a crianças que tinham de obedecer aos mais velhos” (ibidem, 280-281).

Noutro viés, Shepard Clough (1958) considerava que, desde as raízes fundacionais, em nenhum outro lugar embalado pela “cultura ocidental” a idéia do desenvolvimento econômico teve tanta força como nos Estados Unidos. Para ele, a colonização britânica desde os primórdios criou uma situação onde a luta pela sobrevivência física era tão vigorosa quanto o conceito de crescimento econômico “foi literalmente imposto aos colonizadores”. Anos depois – entusiasma-se o autor –, a maioria daqueles que chegaram à América seguiu em grande medida essa conduta: “Não é, pois, de admirar que se tenham feito exortações sobre a parcimônia e o trabalho por líderes americanos, desde o capitão John Smith até Dwight

D. Eisehower, que as máximas do 'Pobre Ricardo' tenham tido proeminência no pensar norte-americano, que a história dos êxitos de Horatio Alger, John D. Rockefeller e Henry Ford tenha arrebatado a imaginação do povo americano, e que o trabalho árduo, incluindo o manual, tenha sido encarado com simpatia" [11].

Para além, isso é uma forma de adocicar o assunto. O estudo profundo do francês Joseph Patouillet (*O imperialismo americano*, 1902), que detalha as aspirações burguesas e a "ideologia" da época, já identificara com nitidez a questão central:

"A diplomacia dos Estados Unidos é feita de seus interesses eventuais; o móvel de seus atos é o amor à especulação, o ódio da concorrência [la haine de la concurrence], a pretensão de dominação do comércio universal" (apud: Bandeira, p.54; ).

Exatamente neste "espírito diplomático" é que nasce a Doutrina Monroe (1823), elaborada pelo presidente James Monroe, declaração ao Congresso, nunca votada ou transformada em lei – e centro da política externa norte-americana por décadas. Segundo assinala essa doutrina, os Estados Unidos não tinham nenhum interesse sobre colônias de países europeus na América; contudo, se buscassem os europeus ampliar os domínios na América, isto colocaria em risco a paz e a segurança do próprio país.

### Cadáveres e *Das Kapital*

Se a partir de 1840 o avanço capitalista nos EUA é amplificado com o desenrolar da industrialização, somente com o desfecho da sangrenta Guerra Civil americana (1861-1865) é que se pode assegurar a passagem à hegemonia plena do capital industrial. Ainda que por volta de 1861 os Estados Unidos já tinham se constituído num "gigante econômico": mesmo distante da Europa, de ter seu desenvolvimento marcadamente interno – não no comércio exterior –, bem como de possuir um interior do país acidentado, características que, em parte, obscurecessem o fato maior.

Como é sabido, Marx e Engels emprestaram vibrante apoio ao sentido progressista da Guerra Civil nos Estados Unidos. É fato que, à época da I Inter-

nacional, dirigida de Marx, os sindicatos haviam se tornado pontos importantes de concentração dos trabalhadores dos EUA; durante os anos da Guerra Civil Norte-Americana, os sindicatos apoiaram a luta dos Estados do Norte contra os escravistas.

Ainda em fins de 1859, John Brown, abolicionista e revolucionário, tomou de assalto um arsenal federal na Virgínia. Derrotado e preso, foi condenado à morte por traição, não sem sentenciar: "Estou convencido de que somente o sangue apagará o grande crime deste país pecador". A morte de Brown revol-

tou e mobilizou massas em cidades do Norte. Marx, desde a execução, acompanhou de perto o desenrolar dos acontecimentos nos EUA. Antes da Guerra Civil, numa carta a Engels escreveu: "Segundo penso, os maiores acontecimentos da época atual no mundo são, de um lado, o movimento dos escravos na América, que começou com a morte de John Brown; de outro, o movimento dos servos na Rússia" [12].

Mas os quatro anos de guerra foram "esgotantes e terrivelmente sangrentos", onde a União (o Norte) perdeu em torno de 360 mil homens e a Confederação (O Sul) cerca de 258 mil. Desses – sublinha Paul Kennedy –, um terço morreu em combate, o restante em função das doenças nele adquiridas. Foram aproximadamente 620 mil cadáveres, número espantosamente superior àquele da soma dos norte-americanos mortos nas duas Grandes Guerras Mundiais e na guerra da Coreia [13].

Com o povoamento do Oeste, a construção das ferrovias e com a unificação econômica do país, resultante da Guerra Civil, o mercado interno americano conheceu enorme crescimento; e um país unificado com acesso a dois oceanos e sem rival junto a suas fronteiras. Expansionismo que passa, depois, a ser guiado pela idéias de Alfred T. Mahan (Naval War College): o poder marítimo seria o vértice da supremacia das nações na história da época.

Em 1867, comprando o Alasca, os EUA adotam as teses de Mahan. Seguem-se, entre o fim do século XIX e início do século XX: 1898: anexação do Havaí, Guam, Filipinas, Porto Rico; 1899: domínio sobre Samoa; 1901: imposição de protetorado sobre Cuba; 1903: construção do Canal do Panamá; 1905: imposição de semiprotetorado sobre São Domingos.

Se a partir de 1840 o avanço capitalista nos EUA é amplificado com o desenrolar da industrialização, somente com o desfecho da sangrenta Guerra Civil americana (1861-1865) é que se pode assegurar a passagem à hegemonia plena do capital industrial

## “Robber barons” (barões ladrões)

A chamada I Grande Depressão (1873-96) é expressão de fenômenos da transição à fase dos monopólios e à formação da grande burguesia norte-americana. O padrão tecnológico da era concorrencial (ferrovias, vapor, têxtil e carvão) vai se alterando pari passu à concentração bancária e à centralização de capitais.

Foi dessa maneira que os grandolas da indústria e das ferrovias se transmutaram em banqueiros, e estes passaram a comprar (ou controlar) indústrias. Segundo o grande economista liberal, John Hobson:

“Foi assim que construtores de trustes, como os Srs. Rockefeller, Rogers, Havenemeyer e dirigentes de estradas de ferro, como Harriman, Gould, Drew, ou Vanderbilt, se tomaram banqueiros ou diretores de companhia de seguros, enquanto banqueiros, como J. P. Morgan, organizavam combinações na indústria de aço e navegação e participavam em diversas diretorias de companhias ferroviárias e industriais” [14].

Repletas de técnicas e recursos exuberantes, e cruel exploração (escravocrata e burguesa) das massas populares, as condições históricas que estruturaram a formação da burguesia nos Estados Unidos são igualmente recheadas de vigarices, malandragens e roubalheira. Sua gananciosa liderança empresarial foi justamente alcunhada de “os barões ladrões”.

A famosa expressão nada tem de preconceituosa ou muito menos se origina no esquerdismo anticapitalista. Foram os fazendeiros do Kansas que, em 1808, pela primeira vez a assacaram contra os “reis” dos monopólios das ferrovias, do ferro e da carne de porco, daquele país. Generalizou-se.

Pior ainda: vários deles não são só ladrões de casa-ca. Cornelius Vanderbilt, por exemplo, que começou a fazer fortuna na navegação a vapor e transformou-se num magnata da ferrovia, com longa experiência em mercados financeiros, era um sujeito grosseiro e violento: “violiar empregadas fazia parte de sua rotina habitual, e uma vez mandou a mulher para um asilo de loucos quando ela protestou contra uma mudança de residência”. Seu adversário e comparsa Daniel Drew, rico investidor da área de disputa com Vanderbilt, era homem vil e resmungão, um inimigo cruel e

aliado traiçoeiro, enganador de seus próprios acionistas (Morris, idem, p. 73).

Jay Gould, o “corsário ferroviário”, também acostumado à variadíssima pilantragem com títulos públicos, tinha como grande sócio e leal amigo “Gentleman Jim” Fisk, um muito inteligente “patife barulhento e elegante” (Morris, p. 75). O mesmo Daniel Drew afirmava que Gould tinha “o toque da morte” (Morris, p. 34).

John D. Rockefeller (“Big Bill”), cuja fortuna vem inicialmente do petróleo, descendente de só-



*Esta ilustração, em que J. Rockefeller tem a casa branca nas mãos, demonstra o controle das grandes companhias sobre o governo.*

lidas famílias de fazendeiros, era “um personagem malandro”, foi fazendeiro, curandeiro viajante, mágico e falso médico; “uma vez chegou a ser acusado de estupro. E estranhamente gostava de se fingir de mudo” (Morris, p. 30).

Andrew Carnegie, escocês de origem pobre – “talento espetacular e inteligência extraordinária” -, e rapidamente rico empresário de materiais ferroviários e petróleo, costuma ser “desnecessariamente cruel com seus colaboradores mais leais”; “manipulava seus subordinados sem a menor vergonha” (Morris, p. 29).

Provavelmente, um grande burguês bem mais sóbrio, o banqueiro John Pierpont Morgan (filho de Junius Morgan, igualmente banqueiro especializado no empréstimo de curto prazo, à época “desconto de notas”) terminou por se tornar uma lenda no poder financeiro nos Estados Unidos por mais de 40 anos; “impôs sua própria vontade férrea sobre a economia americana” (Morris, 41).

Segundo pensa atualmente esse banqueiro e escritor Charles Morris, Carnigie, Rockefeller, Gould e Morgan chegariam ao topo em qualquer época ou como líderes militares ou chanceleres de reis. Sendo que, nos Estados Unidos após a Guerra Civil [15], os negócios adquiriram uma “sensação de excitação e propósito que antes os homens associavam às grandes conquis-

tas e aos grandes feitos do Estado” (ibidem).

Certamente. Mas é impossível separá-los de uma longa história de crueldade e bandidagem!

*Sérgio Barroso é doutorando em economia e membro da Comissão Editorial de Princípios*

### Notas

- [1] Em: MORRIS, C. R. *Os magnatas. Como Andrew Carnigie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan inventaram a supereconomia americana*, Porto Alegre, LP&M, 2006, p.143, 2ª edição. Morris é advogado, ex-banqueiro, hoje empresário de software para finanças, autor de vários livros de economia. “Capitalismo bandido” intitula o Capítulo 3 de seu indispensável livro.
- [2] Ver: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*, São Paulo, Unesp/Unicamp, 2003, pp. 201-3. Tem relevância o que diz a seguir o autor: o pequeno produtor americano bancava o preço da passagem enquanto o imigrante se submetia a uma servidão temporária; e, na realidade, “como a produção era comandada por pequenos proprietários, a condição de servo mais se assemelha àquela de aprendiz de ofício”, não se ignorando “o tratamento desumano” imposto aqueles trabalhadores. (p. 204).
- [3] Ver: LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*, pp. 20-21, São Paulo, Idéias & Letras, 2006.
- [4] PECEQUILO, Cristina, em *A política externa dos Estados. Continuidade ou mudança?*, p. 34. Porto Alegre, UFRGS, 2003. Com razão, a autora considera na periodização dos anos 1776-1865 a formação e consolidação entre os séculos XVII e XIX, ciclo este estruturador do ponto de vista tanto econômico quanto político (p.31).
- [5] In: Losurdo, idem, pp. 24 e 55. Segundo ainda o marxista italiano, entre 1788 e 1848, nas primeiras dezesseis eleições presidenciais, todas, exceto quatro delas, elegeram proprietários de escravos para a Casa Branca! (p. 24).
- [6] Ver: MACCLOUGH, D. *1776. A história dos homens que lutaram pela independência dos Estados Unidos*, p.p. 326-327, Rio de Janeiro, Zahar, 2006. Prossegue ele: “O Exército Continental – e não o controle do rio Hudson ou o domínio de Nova York ou Filadélfia – foi a chave da vitória. E foi Washington que manteve unido o exército, dando-lhe ‘ânimo’ por todo o mais desesperado dos tempos” (p. 326).
- [7] Em: RAPHAEL, Ray. *Mitos sobre a fundação dos Estados Unidos. A verdadeira história da Independência Norte-americana*, p. 279, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- [8] Apud: LOSURDO, Domenico, *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*, pp. 96-97, Rio de Janeiro/São Paulo, UFRJ/Unesp, 2004.
- [9] Diz adiante Luiz Alberto Moniz Bandeira: tais peregrinos viam a si próprio como exceções ao que consideravam traição dos europeus ao cristianismo; eram “crentes de suas vantagens e qualidades e vantagens peculiares (...) um papel que outros povos não podiam desempenhar” (*Formação do império americano – da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*, p. 26, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005).
- [10] Em: RAPHAEL, Ray, idem, p. 281.
- [11] Ver: CLOUGH, S. *O Sistema Americano - as bases econômicas de sua civilização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1958, pp. 8-9.
- [12] Ver: BUONICORE, Augusto. “Marx e a Guerra Civil americana”, parte I, Vermelho, 06-04-2007. A propósito, Marx assim abre sua famosa carta a Abraham Lincoln: “Senhor: Felicitamos o povo americano pela sua reeleição por uma larga maioria. Se a palavra-de-ordem reservada da sua primeira eleição foi resistência ao Poder dos Escravistas (Slave Power), o grito de guerra triunfante da sua reeleição é Morte à Escravatura”. Ver: MARX, Karl. “A Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América”, in: Marx e Engels. *Obras Escolhidas*, Tomo II, p. 18, Lisboa/Moscou, Avante! 1983.
- [13] Em: KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências. Transformação e conflito militar de 1500 a 2000*, p. 111, Rio de Janeiro, Campus, 1989. Para Kennedy, uma das destacadas causas da vitória do Norte foi, no enfrentamento militar, a enorme diferença da população: o Norte tinha uma população branca da ordem de 20 milhões de pessoas, o Sul apenas 6 milhões: “Tendo em vista o desequilíbrio de tamanho e população não havia como ele [o Sul] pudesse vencer” (idem, p.p. 177 e 179).
- [14] Ver: HOBSON, John. *A evolução do capitalismo moderno*, pp. 189-90, São Paulo, Abril Cultural 1983.
- [15] O crescimento econômico dos EUA pós-Guerra Civil durou cerca de 40 anos e, em marchas e contramarchas, “foi o maior da história, pelo menos até o crescimento espetacular demonstrado no fim do século XX pelos “tigres” econômicos do Leste asiático” – assinala Morris (p. 25).



Vencer no esporte pode exigir uma verdadeira corrida.  
Mas não precisa ser sempre com obstáculos.

O Ministério do Esporte, com o programa Bolsa-Atleta, comemora uma nova fase em 2008. Pela primeira vez, todos os atletas que se inscreveram no programa e foram qualificados receberão o benefício. Serão 3.313 contemplados contra 925 do ano de 2005, quando o Bolsa-Atleta foi implantado, representando uma evolução de mais de 358%. Com isso, o total de bolsistas atendidos passará de 7.000. As ações e programas do Ministério do Esporte têm contribuído para o aumento dos investimentos em todo o país, estimulando a prática esportiva e de lazer, melhorando a qualidade de vida da população e criando oportunidades de inclusão social.



Acesse o site [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br) e conheça esse e outros programas do Ministério do Esporte que podem beneficiar toda a população, inclusive você.

# A Formação do Gigante Norte-Americano

FREDERICO MAZZUCHELLI

*A expansão da economia estadunidense entre 1860 e 1910 abarcou todos os setores de atividade e os imperativos da Primeira Guerra Mundial determinaram que, pela primeira vez na história, os EUA organizassem uma “economia de comando”. Assim, tornou-se credor internacional e Nova Iorque emergiu como o principal centro financeiro mundial*

## A expansão a partir da Guerra de Secessão

**A**o findar a Guerra de Secessão, o processo de industrialização da economia americana se aprofundou de maneira impressionante. O que chama a atenção é a velocidade das transformações. Em menos de 50 anos, o gigantesco salto econômico dos EUA transformou o país, ainda em grande medida agrário de Abraham Lincoln, na potência industrial de Theodore Roosevelt.

A experiência norte-americana, em verdade, configura um processo único, que não encontra paralelo na história. Em 1913 o PIB dos EUA já era mais de 25% superior à soma do PIB da Inglaterra e da Alemanha (em 1870 o PIB americano equivalia ao da Inglaterra). A população norte-americana, graças ao enorme fluxo migratório (23 milhões de imigrantes entre 1880 e 1920), saltou de 39 milhões em 1870 para 97 milhões em 1913. A participação norte-ame-

ricana na produção industrial mundial, passou de 23% em 1870 para 36% em 1913.

Papel de destaque na revolução econômica assistida pelos EUA após a derrota dos Estados Confederados coube, sem dúvida, à vertiginosa expansão de sua rede ferroviária. A ferrovia (e com ela o telégrafo) incorporou as vastas regiões do espaço continental norte-americano aos mercados local e internacional, permitiu a mobilidade da força de trabalho, reduziu os custos do transporte, exerceu impactos dinâmicos notórios sobre as indústrias metal-mecânica, mineral (carvão) e de construção civil, inaugurou novas modalidades de gestão empresarial, impôs a mobilização de somas gigantescas de capital e construiu as bases para o nascimento do *modern capitalism*.

A concessão de terras pelo Estado (*grants of land*) e a ação dos bancos de investimento foram vitais para a viabilização da expansão ferroviária. A bem da verdade, o próprio surgimento e a indisputada preeminência dos bancos de investimento na estrutura financeira dos EUA na aurora do século XX

Mulberry Street, em Manhattan, em 1900





Em 1910 mais de um milhão de habitantes já viviam em cada uma das três grandes cidades americanas – Nova Iorque, Filadélfia e Chicago

(J.P. Morgan é seu caso mais conspícuo) se explicam pelos requerimentos financeiros impostos pela construção ferroviária.

A interpenetração entre os negócios bancários e industriais nos EUA teve também na construção ferroviária o seu ponto germinal. Magnatas das finanças passaram a delas participar, assim como proprietários de ferrovias tornaram-se banqueiros. Foi também no âmbito da expansão ferroviária que entraram em cena os primeiros *robber barons* da história americana, que se assistiu à multiplicação de práticas financeiras fraudulentas, e que surgiram as primeiras reações ao poder dos monopólios.

Dessa forma, o processo de industrialização e de acumulação de capitais já em curso nos EUA, mesmo antes da Guerra de Secessão, encontrou na ferrovia o veículo que iria revolucionar e aprofundar sua tendência imanente à expansão. Mas as transformações da estrutura econômica dos EUA não se resumiram à ferrovia. A vigorosa expansão da economia americana entre 1860 e 1910 abarcou todos os setores de ativi-

de. Este foi um processo amplo, em que as *mudanças qualitativas* se fizeram acompanhar, ao mesmo tempo, por expressivas *mudanças quantitativas*. Ao longo desse período as transformações tecnológicas foram notáveis e se irradiaram pela agricultura e pelo conjunto da indústria, redundando na adoção de novos processos, na introdução de novos produtos e na elevação geral da produtividade. A avalanche da revolução tecnológica abarcou todos os setores da economia.

No processamento dos produtos agrícolas, na refrigeração, nas embalagens metálicas, na destilação, na standardização dos têxteis e vestuário, na produção siderúrgica, no tratamento do cobre e do alumínio, na contínua sofisticação das máquinas-ferramentas, na engenharia de construção e no aprimoramento das máquinas a vapor – entre tantos exemplos –, a avalanche da mudança tecnológica abarcou todos os setores da economia. Ao mesmo tempo, a emergente indústria do petróleo, a utilização crescente da eletricidade para fins industriais e residenciais, os avanços da química e os primeiros

passos da indústria automobilística na virada do século indicavam que as transformações econômicas, tecnológicas e sociais estavam ainda longe de ser esgotadas. Na mesma linha, o avanço da urbanização (em 1910 mais de um milhão de habitantes já viviam em cada uma das três grandes cidades americanas – Nova Iorque, Filadélfia e Chicago) abria inúmeras possibilidades para a produção em massa de bens de consumo e para a indústria da construção (a *Brooklyn Bridge* é de 1883).

Ao contrário da Inglaterra, que prontamente se direcionou para os mercados externos, foi com base na exploração das potencialidades de seu gigantesco mercado interno que os EUA se firmaram como a principal potência industrial. É certo que as exportações norte-americanas inevitavelmente cresceram a partir de 1870. O coeficiente de abertura da economia americana, contudo, era sensivelmente inferior ao da Alemanha e da Inglaterra – em 1913 as exportações representavam 6,1% do PIB nos EUA, contra 17,5% na Alemanha e 20,9% na Inglaterra. As exportações americanas, em verdade, cresceram como um desdobramento do crescimento *endógeno* do capitalismo dos EUA, e não porque para se firmar e se expandir o capitalismo norte-americano necessitasse se voltar aos mercados externos. A sua dinâmica, após a Guerra de Secessão, centrou-se, de maneira marcante, nas possibilidades e na expansão de seu mercado interno.

A progressiva expansão das exportações alterou a estrutura do balanço de pagamentos norte-americano. Entre 1896 e 1914 o crescimento das exportações redundou na obtenção de elevados superávits comerciais e em saldos positivos nas transações correntes. O país – mesmo sendo ainda devedor líquido por conta dos estoques acumulados de dívida – transformou-se em exportador de capitais.

Para além das especificidades setoriais, uma marca característica da expansão do capitalismo nos EUA (sobretudo a partir de 1880) foi o elevado grau de concentração e centralização, que redundou no domínio dos mercados por algumas grandes corporações. As ondas de fusões horizontais (1879-1893) e verticais (1898-1904) evidenciam a impressionante velocidade alcançada pela centralização do comando capitalista em tão curto espaço de tempo. Neste processo, a chamada “classe financeira” desempenhou um papel crucial, pelo simples fato de os requisitos financeiros indispensáveis ao avanço da concentração e da centralização muitas vezes terem ultrapassado a acumulação interna de lucros das empresas.

Produzir em massa, distribuir em massa, auferir ganhos progressivos de escala e aumentar o *market share* eram imperativos maiores que se impunham

a todos os ramos de atividade. As grandes corporações que daí surgiram, quer na indústria ou no comércio, estabeleceram novos e elevados padrões de organização empresarial, de escala de operações, de controle dos mercados e de poderio financeiro, que redefiniram os termos da concorrência inter-capitalista. Nessa época é que nasceram alguns gigantes, muitos deles ainda hoje ativos e operantes.

Como seria de esperar, o processo de monopolização da economia norte-americana suscitou fortes reações, como a dos “populistas” em sua cruzada destinada a limitar o poder econômico e político do *big business*. A principal raiz do descontentamento que iria desaguar na criação do *People's Party* em 1891 estava no campo: os agricultores externavam sua contrariedade ora contra os banqueiros, ora contra os proprietários de silos e armazéns, ora contra os fabricantes de implementos agrícolas e bens de consumo, ora contra as ferrovias. Paralelamente, os industriais e comerciantes que iam sendo esmagados pela voragem da centralização uniam suas vozes à dos agricultores, e também cerravam fileiras no movimento populista:

A grande vitória alcançada pelos populistas foi a promulgação do *Sherman Antitrust Act* de 1890. Através de sua aplicação procurou-se disciplinar a concorrência, e até mesmo sanções foram impostas à ação dos monopólios. Entretanto, a marcha da centralização foi avassaladora, e nada conseguiu deter o *controle de poucos*, traço que se tornou característico do capitalismo norte-americano. Em verdade, o dinamismo da economia americana passou a se confundir com a própria vitalidade de suas grandes corporações.

Não houve força política ou econômica capaz de conter o avanço da centralização. O *modern capitalism* – e com ele a celebração do individualismo e da concorrência impiedosa, a imposição do primado da eficiência sobre as normas da equidade, e a entronização do consumo como critério de sociabilidade –, esse estilo tipicamente norte-americano de produzir em massa, consumir em massa e viver em massa, foi gestado e sedimentado nas décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial. A expansão frenética a que se assistirá nos anos 1920 far-se-á justamente sobre a base econômica e social construída nestas décadas.

### Os EUA e Primeira Guerra Mundial

Apesar dos vínculos econômicos e culturais historicamente estabelecidos com os aliados (notadamente com a Inglaterra), os EUA, de início, resistiram a um envolvimento direto na guerra que eclodiu





Panorama da Brooklyn Bridge, 1896

em agosto de 1914. Em 6 de abril de 1917, após dois anos e sete meses de neutralidade formal, eles finalmente declararam guerra à Alemanha.

Nos dezenove meses em que participaram diretamente do conflito, os EUA assistiram a uma mobilização impressionante de recursos humanos e materiais: o contingente das forças armadas, por exemplo, de 180 mil membros, em 1916, saltou para aproximadamente 3 milhões em 1918. Os imperativos da guerra determinaram que, pela primeira vez em sua história, os EUA organizassem uma “economia de comando”: inúmeras agências de controle foram criadas, de modo a assegurar a regulação de preços e salários, a incorporação de mão-de-obra às necessidades da produção, a disciplina no uso das matérias-primas, o provisionamento de alimentos, a operação da rede de transportes, o direcionamento do consumo e a alocação dos investimentos. Por um curto período, o planejamento governamental se sobrepôs ao livre funcionamento da economia de mercado. A centralização das decisões econômicas no Estado representou uma experiência inédita na história americana. Ainda que em caráter excepcional, a regulamentação governamental ordenou e orientou as atividades da economia norte-americana, firmando um nítido contraponto em relação à liberdade de ação dos capitais e aos princípios do *business as usual*.

Com o final do conflito as agências de controle foram imediatamente extintas e o país, após as atribulações de 1919-1921, ingressaria em uma fase de crescimento eufórico em que a ação do Estado não só foi limitada como, ademais, desestimulada. O transe comemorativo republicano dos anos 1920 simplesmente excluiu o planejamento central e a regulação pública da agenda econômica. Nada deveria se sobrepôr à lógica pura e simples dos negócios. A *age of*

*business* da década de 1920 representou a revanche das forças do mercado ao arsenal de regulamentações impostas durante os anos de guerra. Foi necessária a dramaticidade da depressão dos anos 1930 para que o princípio da intervenção governamental fosse ressuscitado.

A guerra trouxe benefícios econômicos inegáveis aos EUA. Enquanto na Europa as potências centrais e a França sofriam arduamente as consequências do conflito, e a Inglaterra se via submetida a uma permanente tensão, os EUA se converteram em exportadores privilegiados de material bélico e alimentos e em credores mundiais por conta dos empréstimos concedidos aos aliados. Ao findar o conflito, as dívidas de guerra junto a eles totalizavam US\$ 11,9 bilhões, sendo US\$ 4,7 bilhões de responsabilidade da Inglaterra e US\$ 4,0 bilhões devidos pela França. Os EUA tornaram-se, assim, credores internacionais líquidos e Nova Iorque emergiu como o principal centro financeiro mundial.

Do ponto de vista das atividades internas os efeitos da guerra foram igualmente significativos: entre 1914 e a média do período 1915-18, o PIB e a produção industrial cresceram 14,6% e 33%, respectivamente.

Não apenas as grandes corporações, os negócios de maneira geral e a agricultura foram beneficiados pela guerra: também os trabalhadores, em virtude das condições favoráveis do mercado de trabalho (redução do fluxo migratório, convocação de contingentes de trabalhadores às forças armadas e aumento da demanda de força de trabalho), auferiram ganhos reais de remuneração. As mulheres, mesmo provisoriamente, foram incorporadas ao mercado de trabalho (em 1920 conseguiriam o direito ao voto), e uma nova oportunidade se abriu para os afro-americanos. Durante a guerra as indústrias do nordeste americano passaram a recrutar trabalhadores no *Deep South*.

Assim como nos demais países envolvidos no conflito, também nos EUA assistiu-se à elevação dos preços durante a guerra. Entre 1914 e 1918 os preços ao consumidor cresceram cerca de 60%, enquanto no atacado o crescimento foi superior a 90%. Destaque-se, contudo, que a inflação nos EUA foi inferior à dos demais países envolvidos no conflito, e inferior, da mesma forma, aos ganhos nominais de salários obtidos pelos trabalhadores. Considerada a excepcionalidade do período de guerra, os EUA conseguiram conviver com uma inflação que, apesar de elevada, em momento algum revestiu características perturbadoras ou disruptivas.

Uma vez terminado o conflito, o aparato de agências, controles e regulamentações estabelecido durante a guerra foi subitamente desmontado. As empresas se lançaram, então, à readequação de suas estratégias, ao mesmo tempo em que o estabelecimento da paz propiciou o surgimento de novos negócios e oportunidades. Entretanto, longe de configurar um *boom* sustentado, o pós-guerra se caracterizou, acima de tudo, pela escalada dos preços.

A partir do final de 1919, as preocupações em relação à marcha da inflação promoveram a reversão das políticas monetária e fiscal. O corte nas despesas públicas em 1920 (fundamentalmente em virtude da redução nos gastos militares)

foi draconiano. A contração prosseguiu em 1921-22, de maneira que as contas públicas passaram a apresentar superávits e a dívida pública ingressou em uma trajetória nitidamente declinante.

Se o aperto monetário e o arrocho fiscal estouraram a bolha especulativa, de outra parte conduziram a economia norte-americana à deflação e à recessão. O impacto da recessão de 1921 foi fortíssimo: o desemprego, de 1,4%, em 1919, saltou para 11,7%, em 1921. A recessão de 1921, contudo, chama a atenção não apenas por sua intensidade, mas também por sua brevidade: assim como as atividades subitamente despencaram, prontamente elas também se recuperaram. A diferença em relação ao desastre a que iria se assistir em 1929 é que a recessão de 1921, por conta do reduzido grau de endividamento então existente, não fulminou o sistema bancário. Em 1922 a produção industrial voltou a crescer 27% e o desemprego caiu para 7,2% (3,0% em 1923). A partir de então a economia americana ingressaria em um eu-

fórico ciclo expansivo, que se acreditava inesgotável.

A guerra trouxe uma importante mudança no ambiente político dos EUA. Os mais de 100 mil norte-americanos que perderam suas vidas na Europa (a metade vitimada por doenças), o envolvimento em um conflito distante, travado em outro continente e completamente alheio ao curso dos acontecimentos na América, a imposição forçada de uma “economia de comando” nos anos de guerra, o aumento da carga tributária, o fortalecimento da posição dos trabalhadores, a eclosão de uma onda de greves em 1919-20, as migrações internas, as transformações culturais, a retomada da imigração em larga escala em 1920, a emergência do comunismo no plano mundial (*Red Scare*) e o prolongamento da inflação nos anos que se seguiram à guerra – todos estes fatores se combinaram de maneira a estimular, em grande parte da população, o desejo de que a América retornasse

a “suas tradições”, revivesse “seus valores” e não mais se imiscuisse nos assuntos europeus.

Os republicanos souberam capitalizar este sentimento: nas eleições de 1920, o candidato republicano, Warren Harding, foi eleito com mais de 60% dos votos populares. Os republicanos, em sua cruzada liberal e isolacionista, na verdade, estavam em sintonia com o espírito da época: sua vitória teve um

significado profundo. Ela não foi apenas a derrota dos democratas. Ela representou, também, o esvaziamento dos grandes ideais reformistas, que só iriam renascer no *New Deal* de Roosevelt. O tempo que se abria no início dos anos 1920 não era o das reformas, e sim o da exaltação dos negócios e do individualismo desabrido.

A reafirmação dos “valores nacionais”, como sempre ocorre, trouxe consigo a perseguição aos “inimigos internos”: o álcool, os negros, os imigrantes e os comunistas converteram-se nos alvos preferenciais, vitimados pelo *Volstead Act* de 1919 (Lei Seca, que viria a ser revogada apenas em 1933 por Roosevelt), pelas ações da *Ku Klux Klan*, pelo *Emergency Immigration Act* de 1921 e pelas investidas “anticomunistas” do Procurador-Geral, Mitchell Palmer. A *beleza americana* já mostrava, aí, algumas de suas tantas feições ocultas...

Produzir em massa,  
distribuir em massa, auferir  
ganhos progressivos de  
escala e aumentar o *market  
share* eram imperativos  
maiores que se impunham  
a todos os ramos de  
atividade

Frederico Mazzucchelli é professor do Instituto de Economia da Unicamp



*Fernando Ramirez, Arlindo Chinaglia e Renato Rabelo no ato de solidariedade aos povos da América Latina*

# Socialismo é a alternativa

em se dar conta São Paulo amanheceu mais vermelha dia 21 de novembro. Pela primeira vez na história, a América Latina sediava, em sua maior cidade, o 10º Encontro de Partidos Comunistas e Operários. O evento se estendeu até o dia 23 e recebeu representantes de 65 partidos de 55 países de todos os continentes. E entre as organizações presentes, todas as que exercem o governo central de seu país: os partidos comunistas da China, de Cuba, do Laos, da República Popular Democrática da Coreia e do Vietnã.

Internacionalmente conhecido como o maior e mais importante fórum dos partidos comunistas e operários do mundo, o encontro teve em sua décima edição um significado especial. Quase duas décadas

POR PRISCILA LOGREGATTE

*Realizado em um contexto marcado pela crise econômica e pelo fortalecimento da esquerda na América Latina, o 10º Encontro Internacional dos Partidos Comunistas e Operários reafirma a perspectiva socialista*

após a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética – fatos que abriram as portas para o hegemonismo estadunidense, a ascensão do neoliberalismo e a decretação do “fim da história” – uma grave crise atinge o centro do capitalismo, mostrando mais uma vez seus impasses estruturais. Logo depois, no final dos anos 1990, uma série de movimentos populares, democráticos e de esquerda na América Latina abriu a perspectiva de uma alternativa ao neoliberalismo.

Prova de reconhecimento do importante papel desempenhado pelos partidos comunistas também na atualidade foi a mensagem enviada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao encontro. Minha saudação, disse o presidente, “é um ato de



O 10º Encontro Internacional dos Partidos Comunistas e Operários recebeu representantes de 65 partidos de 55 países



PCdoB foi o anfitrião do 10o Encontro Internacional dos Partidos Comunistas (da esquerda para direita, Altamiro Borges, José Reinaldo de Carvalho e Walter Sorrentino)

reconhecimento à luta de todos vocês em defesa dos trabalhadores e do povo pobre. Ao sentimento de humanidade que norteia sua militância pela erradicação da miséria, da fome e das desigualdades entre os povos. E também ao seu empenho pela construção de uma nova ordem econômica mundial.

Um dos pontos altos do encontro foi a realização de ato em solidariedade aos povos da América Latina. Aberto ao público, o evento ocorrido dia 22 na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo recebeu mais de mil e quinhentas pessoas, entre delegados internacionais, dirigentes brasileiros e militantes.

Segundo ressaltou Renato Rabelo, presidente do PCdoB, o ato comemora “uma década de importantes mudanças políticas democráticas, progressistas e populares no continente se considerarmos seu início em 1998, ano da vitória de Hugo Chávez para a presidência da Venezuela. Neste vasto continente, com um longo histórico de onipresença hegemônica do imperialismo norte-americano, esses acontecimentos são inéditos e demonstram uma nova fase política e de importantes conquistas democráticas avançadas, de sentido antiimperialista e anticapitalista, enfatizou.

### Rumo ao futuro socialista

Depois de três dias de intervenções, debates e conversas bilaterais, o saldo foi positivo. O evento, realizado pela primeira vez em 1998, na cidade de Atenas, por iniciativa do PC da Grécia, teve em sua décima edição mais um momento de fortalecimento

do movimento comunista e dos laços entre os partidos, fatos que abrem novas perspectivas para a superação do capitalismo, e resultou na divulgação de dois documentos: a Proclamação de São Paulo e a Declaração em solidariedade aos povos da América Latina e Caribe.

Ao término, Renato Rabelo declarou: a realização do encontro demonstrou a capacidade do PCdoB de aglutinar e organizar a vinda de mais de 60 partidos dos quatro cantos do mundo. Isso, por si só, já é um grande fato. Além disso, conseguimos, por aclamação, aprovar os dois documentos que apresentam unidade entre as organizações, uma grande vitória porque se trata de uma reunião com partidos comunistas diferentes entre si. José Reinaldo Carvalho, secretário de Relações Internacionais, concorda. Segundo ele, o conjunto de documentos saído do encontro mostra o amadurecimento dos partidos e sua compreensão sobre os problemas fundamentais que assolam a humanidade.

Por fim, enfatizou Renato Rabelo: “o socialismo é a alternativa” para pôr fim às mazelas do capitalismo e “pode ser alcançado em novas condições”. O sistema socialista, reafirmou, “é o único viável para a humanidade, não há outro”.)

A revista *Princípios* reproduz a seguir a íntegra dos dois documentos aprovados durante o 10º Encontro dos Partidos Comunistas e Operários, o comunicado conjunto das organizações participantes e, também, a mensagem do presidente Lula ao encontro.

*Priscila Lobregatte é jornalista e repórter*

## *Proclamação de São Paulo – O socialismo é a alternativa!*

“O mundo está confrontado com uma grave crise econômica e financeira de grandes proporções. Uma crise do capitalismo, indissociável da sua natureza própria e das suas insanáveis contradições, porventura a mais grave desde a Grande Depressão iniciada com o crash de 1929. Como sempre são os trabalhadores e os povos as suas principais vítimas.

A presente crise é expressão de uma crise mais profunda, intrínseca ao sistema capitalista, que evidencia seus limites históricos e a exigência da sua superação revolucionária. Ela representa grandes perigos de regressão social e democrática e constitui, como a história demonstra, base para movimentos autoritários e militaristas em relação aos quais se impõe a maior vigilância dos Partidos comunistas e de todas as forças democráticas e antiimperialistas.

Ao mesmo tempo em que se mobilizam milionários recursos públicos para salvar os responsáveis por esta crise – o grande capital, a alta finança, os especuladores – o que se anuncia para os operários, camponeses, camadas médias, e todos quantos vivem do seu trabalho e sufocam sob o peso dos monopólios, é mais exploração, mais desemprego, mais baixos salários e pensões, mais insegurança, mais fome e mais miséria.

Poderosas campanhas de diversionismo ideológico procuram iludir as reais causas da crise e fechar as portas a saídas no interesse das massas populares e a favor de um novo balanço de forças, uma nova ordem internacional para os trabalhadores, as forças populares, da solidariedade internacional e da amizade entre os povos. As grandes potências capitalistas, a começar por EUA, União Européia e Japão, com as instituições internacionais que dominam – FMI, Banco Mundial, Banco Central Europeu, Otan e outras – e instrumentalizando a própria ONU, trabalham freneticamente em “soluções” que, sendo elas próprias sementes de novas crises, procuram no imediato salvar o sistema e reforçar os mecanismos de exploração e opressão imperialista.

Com o recurso a bodes-expiatórios, e insistindo em falsas e já falhadas opções de “regulação”, “humanização” e “reforma” do capitalismo, procura-se mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma. Os partidos do capital demarcam-se apressadamente dos dogmas do “Consenso de Washington” que ali-

mentaram a brutal financeirização da economia. A social-democracia, disfarçando sua rendição ao neoliberalismo e sua transformação em pilar do imperialismo, tenta um extemporâneo regresso a medidas de “regulação” de tipo keynesiano que deixam intactas a natureza de classe do poder e as relações de propriedade e que visam objetivamente a retirar espaço à afirmação de alternativas revolucionárias dos trabalhadores e dos povos.

### **Mas uma tal perspectiva não é uma fatalidade.**

Como outros momentos da História já o demonstraram, os trabalhadores e os povos podem, se unidos, determinar o curso dos acontecimentos econômicos, sociais e políticos, arrancar ao grande capital importantes concessões no interesse das massas, impedir desenvolvimentos em direção ao fascismo e à guerra e abrir caminho a profundas transformações de caráter progressista e mesmo revolucionário.

O quadro internacional é de uma profunda agudização da luta de classes. A humanidade atravessa um dos momentos mais difíceis e complexos de sua história; uma crise econômica global, que coincide simultaneamente com uma crise energética, outra alimentar e com uma grave crise do meio-ambiente; um mundo com profundas injustiças e desigualdades, com guerras e conflitos. Um cenário de encruzilhada histórica, em que duas tendências antípodas se manifestam. Por um lado, grandes perigos para a paz, a soberania, a democracia, os direitos dos povos e dos trabalhadores. Por outro, imensas potencialidades de luta e de avanço da causa libertadora dos trabalhadores e dos povos, a causa do progresso social e da paz, a causa do socialismo e do comunismo.

Os Partidos Comunistas e Operários reunidos em seu 10º Encontro, realizado em São Paulo, saúdam as lutas populares que se desenvolvem por todo o mundo, contra a exploração e a opressão imperialistas, contra os crescentes ataques às conquistas históricas do movimento operário, contra a ofensiva militarista e antidemocrática do Imperialismo.

Sublinhando que a bancarrota do neoliberalismo não representa apenas o fracasso de uma política de administração do capitalismo, mas também o fracasso do próprio capitalismo e seguros da superioridade

dos ideais e do projeto dos comunistas, afirmamos que a resposta às aspirações libertadoras dos trabalhadores e dos povos só pode ser encontrada em ruptura com o poder do grande capital, com os blocos e alianças imperialistas, com profundas transformações de caráter antimonopolista e libertador.

Com a convicção profunda de que o socialismo é a alternativa, o caminho para a verdadeira e total independência dos povos, para a afirmação dos direitos dos trabalhadores e o único meio de pôr termo às destruidoras crises do capitalismo, apelamos à classe operária, aos trabalhadores e aos povos de todo o mundo que se juntem à luta dos comunistas e revolucionários e que, unidos em torno dos seus interesses de classe e justas aspirações, tomem em suas mãos a construção de um futuro de prosperidade, justiça e paz para a Humanidade. Nesse sentido, estão surgindo condições para reunir a resistência e as lutas populares num amplo movimento contra as políticas capitalistas aplicadas na crise e as agressões imperialistas que ameaçam a paz.

Certos de que é possível um outro mundo, livre da exploração e da opressão de classe do capital, proclamamos nosso empenho em prosseguir a caminhada histórica pela construção de uma sociedade nova liberta da exploração e da opressão de classe, o Socialismo.

São Paulo, 23 de novembro de 2008.

O 10º Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários."

## Declaração em solidariedade aos povos da América Latina e Caribe

O 10º Encontro de Partidos Comunistas e Operários, ao realizar-se pela primeira vez na América Latina, saúda e congratula-se com os Partidos Comunistas e Operários e com o conjunto das forças democráticas, progressistas, populares e antiimperialistas da região pelas importantes lutas populares e os avanços obtidos ao longo da última década, que fazem desta parte do mundo, um dos mais destacados pólos de resistência antiimperialista e cenário de busca de alternativas à hegemonia imperialista, de luta pela soberania nacional e o progresso social.

Num quadro em que persiste uma ampla ofensiva imperialista e neoliberal do capital financeiro sobre o mundo, em que se manifesta com intensidade a crise econômica e financeira do sistema capitalista e em que é crescente a contestação de amplos setores à hegemonia norte-americana, a América Latina e o Caribe vivem uma conjuntura política de nova etapa da luta popular.



A militância do PCdoB participou de forma entusiasmada do ato

Na região destacam-se as vitórias políticas alcançadas, fruto da resistência popular e social através de diferentes formas e meios de luta a essa ofensiva neoliberal e à dominação imperialista. Várias dessas experiências resultaram na ascensão a governos nacionais, de forças democráticas, progressistas, populares e antiimperialistas, e dentre elas, de Partidos Comunistas e Operários e de forças que proclamam objetivos de transição ao socialismo.

Os povos da América Latina e do Caribe insurgiram-se contra um sistema iníquo e excludente. A região é uma das mais desiguais do planeta. Mais de 200 milhões de pobres não têm os recursos mais elementares para sobreviver, ao passo que se desenvolvem novos centros de consumo com um luxo contrastante, absurdo e suicida. Na região, como em todo o mundo, impôs-se um rumo depredador que devora os recursos energéticos não renováveis e contamina o planeta.

As duras conseqüências das políticas antipopulares seguidas pelos governos sujeitos aos interesses do imperialismo e do capital monopolista e a profunda crise na qual essas nações submergiram são os maiores fatores que motivaram a contundente resposta dos povos.

A existência de Cuba socialista e sua bem sucedida resistência às tramas e agressões imperialistas têm sido de primordial importância para o desenvolvimento da luta dos povos. Seu exemplo manteve viva a esperança e destacou o valor de uma alternativa real à barbárie capitalista, que é o socialismo.

As forças que fazem parte destes processos, muito diversas quanto aos objetivos estratégicos, às singularidades de formações sociais e históricas nacionais e aos níveis de acumulação no plano de cada país, buscam objetivos gerais comuns, que se desenvolvem com maior ou menor profundidade, mas cujo sentido convergente é a valorização da soberania nacional e do desenvolvimento econômico e social, a democratização do Estado, a elaboração de novas Constituições democráticas, o incentivo à participação popular e a adoção de políticas voltadas para o bem-estar da



*A delegação internacional apreciou um pouco da rica música brasileira. O grupo "As choronas" apresentou um repertório clássico do chorinho*

maioria do povo, sobretudo dos trabalhadores.

Os movimentos sociais, principalmente os movimentos dos trabalhadores da cidade e do campo, também estão desempenhando um importante papel no avanço da luta por transformações progressistas. Ampliam-se e fortalecem-se a organização e a mobilização de diversos setores de trabalhadores, juvenis, estudantis, camponeses e indígenas, femininos, entre outros, protagonizando a oposição e a resistência ante o saque das riquezas, a privatização, a corrupção, a depredação ambiental, entre outros graves problemas da atualidade.

Neste quadro, alcança novo patamar a busca de uma integração regional autóctone e independente, a partir de instrumentos diversos e complementares, que vão do Mercosul e da Unasul (União das Nações Sul-americanas) – alianças que buscam a afirmação de um pólo geopolítico e econômico independente na América do Sul – à Alba (Alternativa Bolivariana para os Povos da América) – aliança de conteúdo abertamente antiimperialista. Também se destacam outras iniciativas que buscam conformar instrumentos que contribuam com o avanço da integração latino-americana e caribenha, tais como o Parlamento do Mercosul, o Banco do Sul, o Conselho Sul-americano de Defesa – em oposição direta à reativação da 4ª Frota Naval estadunidense –, o Conselho energético sul-americano e a PetroCaribe, a rede Telesul, dentre outros instrumentos. De conjunto, são movimentos e estruturas que, em maior ou menor grau, impõem, objetivamente, resistência ao modelo e à hegemonia neoliberal, contribuindo com a resistência aos planos imperialistas, uma vez que são constituídos à reve-

lia do imperialismo norte-americano e de seus planos, como o de ressuscitar a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) – cuja derrota foi uma grande conquista da atual fase de ascenso progressista e antiimperialista na América Latina.

Estes processos estão sujeitos a impasses e mesmo a retrocessos temporários – mesmo por-

que, a ascensão a governos nacionais no quadro da democracia liberal não significa a conquista do poder político, tarefa de envergadura revolucionária. Atualmente, americano, em aliança com a direita local, com a finalidade de estimular, dentre outras coisas, a manutenção de políticas neoliberais herdadas, o golpismo, o secessionismo, os assimétricos Tratados de Livre Comércio e a militarização da região.

No contexto da afirmação de caminhos nacionais e regionais próprios, destacamos que quanto maior sua profundidade, com sentido democrático e popular, maior será sua aproximação ao objetivo de transitar à nova sociedade.

Os Partidos Comunistas e Operários estudam as importantes experiências da luta antiimperialista dos povos da América Latina, tomando em conta as concretas condições políticas e históricas atuais. Aos comunistas não cabem cópias de experiências, mas sim tirar ensinamentos das experiências positivas e negativas das lutas revolucionárias e na aplicação criativa de suas conclusões nas condições de cada país.

Os Partidos Comunistas e Operários são fundamentais na luta pelo socialismo. Apoiamos plenamente nossos Partidos fraternos na América Latina comprometidos com a Revolução democrática, popular e antiimperialista e seus esforços para unir as forças revolucionárias, respeitando a soberania e a independência de cada processo.

O socialismo que se afirmará no novo século reunirá as mais positivas lições da experiência histórica, que sejam passíveis de generalizações, com a crítica dos limites e insuficiências observados. Apoiar-se-á no pensamento avançado construído na trajetória de cada povo e na luta de classes e se materializará na unidade de uma maioria política e social, que tenha convicção na superioridade do socialismo em relação



*O ato em solidariedade aos povos da América Latina, na quadra do Sindicato dos Bancários (SP), recebeu mais de mil e quinhentas pessoas*

ao capitalismo, e no qual o proletariado e seus aliados desempenhem papel protagonista.

O 10º Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários expressa seu mais firme respaldo e solidariedade com as justas e nobres causas pelas quais lutam os povos da região, e estende sua solidariedade internacionalista com todas as forças antiimperialistas, em especial com os Partidos Comunistas e as demais forças revolucionárias por uma América Latina e o Caribe livres de qualquer forma de dominação externa, politicamente unida, econômica e socialmente integrada para o benefício pleno dos povos, pela verdadeira emancipação nacional e social. Com esta perspectiva os Partidos aqui reunidos condenam energicamente as ações destabilizadoras orquestradas e executadas pelo imperialismo estadunidense e seus aliados, em conluio com as oligarquias nacionais desses países, para frear o avanço dos movimentos progressistas e revolucionários na região e impedir que se cumpra a vontade dos povos.

Neste momento em que a humanidade vive um dos períodos mais difíceis de sua história – marcado por profundas desigualdades e injustiças, guerras e conflitos, situação que se agrava com a atual crise financeira e econômica global e sistêmica do capitalismo, com as crises energética, ambiental e alimentar – declaramos nosso otimismo revolucionário e nossa esperança de que o novo quadro latino-americano e caribenho em formação e desenvolvimento afirme o socialismo como a saída mais avançada para os povos da América Latina e do Caribe e para toda a humanidade.

*São Paulo, 23 de novembro de 2008.*

*10º Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários.”*



# Mensagem do presidente Lula ao 10º Encontro dos Partidos Comunistas e Operários

Mensagem do Presidente da República para o 10º Encontro dos Partidos Comunistas e Operários  
Brasília, 21 de novembro de 2008-12-21

Caro companheiro Renato Rabelo,

Companheiros e companheiras,

Minha saudação a este 10º Encontro dos Partidos Comunistas e Operários não é um gesto protocolar. É um ato de reconhecimento da luta de vocês em defesa dos trabalhadores e do povo pobre. Ao sentimento de humanidade que norteia sua militância, pela erradicação da miséria, da fome e da desigualdade entre os povos. E também ao seu empenho pela construção de uma nova ordem econômica mundial.

Estamos presenciando a crise de um modelo neoliberal que influenciou as estruturas de poder e de produção da sociedade nas últimas três décadas. Sem regulamentação, a economia assumiu a lógica irresponsável dos cassinos. As políticas públicas, em especial as políticas sociais, perderam espaço na agenda dos povos. E a máquina do subdesenvolvimento agigantou-se.

É fundamental, portanto, que este momento seja debatido. E embora eu não pretenda, nem possa, antecipar o passo seguinte da história, desejo ressaltar alguns aspectos de inestimável importância para o debate deste ciclo que se abre.

Em primeiro lugar, creio, esta é a hora de redimir os trabalhadores – desde aqueles da terra e do chão da fábrica até os dos mais sofisticados laboratórios digitais. É a hora de redimir o trabalho como a grande fonte de criação de riqueza e prosperidade na luta pelo desenvolvimento. É preciso incentivar a produção. E dar mais prioridade à infra-estrutura pública e à educação para o bem comum.

Além disso, não podemos esquecer que só haverá solidariedade verdadeira se ela for também internacionalista e voltada para toda a humanidade. A sociedade civil organizada e as instituições e organismos internacionais devem refletir essa nova condição, irreversível, da cidadania planetária. Ela nos une em direitos e deveres como um só povo, responsável pela sorte interligada em todo o planeta.

A humanidade já produz o suficiente para satisfazer, folgadoamente, as suas necessidades. Mas só haverá futura sustentável quando as vidas de 855 bilhões de habitantes do planeta não estiverem mais ameaçadas pela fome.

Como todos sabemos, os momentos de crise também trazem consigo uma série de oportunidades. Devemos saber aproveitá-las para, com isso, resgatar os valores de solidariedade, da igualdade e da justiça.

Muito obrigado.

Luiz Inácio Lula da Silva  
Presidente da República Federativa do Brasil



# EUA: *terra em transe*

*A sociedade estadunidense viveu mudanças sísmicas durante o século 20, alterando sua classe trabalhadora e a composição racial de sua população*

# É

JOSÉ CARLOS RUY

paradoxal, mas foi somente nas intensas lutas sociais da década de 1960 que os Estados Unidos – a maior potência econômica e militar do planeta no século XX, e também a maior potência imperialista – fizeram seu acerto de contas final com o passado colonial.

Este artigo vai abordar algumas questões referentes à trajetória dos trabalhadores estadunidenses e da composição racial da população dos EUA ao longo do século XX, pois o espaço não permitiu considerações, embora pertinentes, sobre a classe dominante do país.

São mudanças que refletiram as exigências de uma economia industrial que se consolidava como a principal do planeta, dotada de uma numerosa classe trabalhadora. E, também, as imposições administrativas decorrentes da escala global da influência geopolítica e econômica que o país vinha assumindo.

Foram alterações intensas; já no final do século XIX, o emprego agrícola foi superado pelas ocupações urbanas. Em 1880, pela primeira vez, os trabalhadores da cidade eram da metade da população, e a tendência de queda do emprego agrícola continuaria nas décadas seguintes, até chegar, em 1970, a



*A população de Nova Iorque é o maior exemplo da mudança do perfil racial dos EUA*

menos de 4% do total dos empregos no país. Entre 1910 e 1969, mostrou o analista soviético A. N. Melkonov, o número de assalariados agrícolas declinou de 3,4 milhões para 1,2 milhões.

Outra mudança significativa ocorreu no próprio emprego urbano. Ao longo do século, as contradições da reprodução capitalista fizeram crescer o número dos assalariados ocupados na administração pública e privada, nas vendas, finanças, serviços, publicidade e especialistas de todo tipo, funções requeridas por uma nação cuja classe dominante que se expandia sobre o mundo e, na esteira desse crescimento, precisava enquadrar, primeiro, seu próprio proletariado para, em seguida, atender às exigências próprias da administração de um império mundial.

O crescimento do número dos trabalhadores de escritório após 1870 foi intenso. Seu número era então de apenas 82 mil no país (0,6% do total); passou para 3% do total em 1900, cinco vezes mais; em 1970, um século depois, eram 14 milhões, ou 18% do total.

Em 1900 existiam 10,2 milhões de trabalhadores manuais (operários e artesãos) e 4,5 milhões de administrativos (empregados em serviços, vendas e em escritórios). Em 1970, existiam 27,6 milhões de



trabalhadores manuais (operários e artesãos) e 27,7 milhões de administrativos (empregados em serviços, vendas e em escritórios). Isto é, em 1900 os administrativos eram 30% do total; em 1970, passavam da metade: eram 50,1%.

Outro setor que teve evolução notável foi o de serviços. Em 1929, abrangia 40% dos trabalhadores; em 1967, tinha mais da metade do total: 55%. Somente entre 1947 e 1965 foram criados 13 milhões de empregos neste setor, mais de três vezes o número criado na indústria, que foi de quatro milhões de novos empregos.

### A lenda da classe operária aburguesada

Há uma lenda ideológica segundo a qual a classe

operária dos EUA seria uma espécie de “aristocracia operária” aburguesada, cuja forte integração ao sistema dominante teria comprometido seu espírito de luta. Esta é uma tese que interessa aos setores conservadores que jogaram no limbo a heróica história de lutas dos trabalhadores dos EUA, lutas que fixaram no calendário operário algumas datas históricas, como o Dia Internacional dos Trabalhadores (1º de Maio) e o Dia Internacional da Mulher (8 de março), rememorando enfrentamentos ocorridos no território dos EUA.

O século XX foi marcado, desde o início, pelo mesmo roteiro de lutas. Entre elas a greve dos mineiros no Colorado, em 1903, e a greve pela jornada diária de oito horas de 1906, em *Bay Area*, na Califórnia. Em 1914, a polícia massacrou os grevistas das minas de carvão em Ludlow, Colorado; 40 trabalhadores morreram, entre mulheres e crianças.

São apenas alguns exemplos de uma luta acentuada pela crise da década de 1930. Em 1934 houve greves de trabalhadores da indústria automobilística, de caminhoneiros e estivadores, entre outros. Em 1936 os trabalhadores da *General Motors* ocuparam a fábrica de Cleveland, iniciando a série conhecida como “*sit-down strikes*” (greves sentadas, numa tradução livre), com ocupações de fábricas. Em 1937 ocorreram 477 “*sit-down strikes*”, com mais de meio milhão de trabalhadores.

Após a Segunda Grande Guerra a luta de classes se intensificou e ganhou os novos contornos do anti-racismo e do anti-machismo, que cresciam desde então: em 1943 houve cerca de 242 motins raciais, em 47 cidades, entre elas Detroit, “onde 34 pessoas (25 negros e nove brancos) morreram e 700 ficaram feridas”, diz o historiador Sean Purdy.

O auge da luta operária e popular ocorreu na década de 1960: em 1963 ocorreram mais de 1.400 manifestações; só em uma semana houve protestos em 186 cidades, diz Purdy. Entre 1963 e 1968 houve 341 motins raciais, em 265 cidades.

A classe operária voltava com força ao cenário político e social, e agora era multicolorida, lutando lado a lado com negros; 1967 teve 4.595 greves; 1968, 5.045; 1969, 5.700; 1970, 5.600 (envolvendo 3,3 milhões de trabalhadores); 1971, 4.900 (com 3,2 milhões de trabalhadores).

Algumas ficaram famosas, como a da *General Electric*, que durou de outubro de 1969 a fevereiro de 1970, envolvendo 150 mil trabalhadores. Nesse ano houve protestos de trabalhadores negros em mais de 120 cidades. Em setembro, a greve na *General Motors* parou 350 mil trabalhadores. Em 1972, outra greve na *General Motors* em Norwood, Ohio, durou 174 dias; em Gordstown, durou três semanas.

## Mudanças capitalistas

A chamada época dourada do capitalismo começava a trincar e o crescimento econômico do pós guerra dava sinais de esgotamento. A revista *Business Week*, um oráculo da alta burguesia, registrava os problemas reconhecendo que “cinco anos de inflação, recessão e recuperação incerta obrigaram os homens que dirigem os negócios nos Estados Unidos e os homens que fazem a política econômica nos Estados Unidos a uma dolorosa conclusão: de algum modo a nação tem que dar um salto qualitativo em eficiência. Tem que obter mais produção de seus homens e máquinas” (edição de 9/9/1972, citada por Harry Braverman).

Isto é, a burguesia queria resolver a crise aumentando da exploração dos trabalhadores acelerando o ritmo do trabalho e intensificando a vigilância. Situação que os trabalhadores não aceitaram passivamente, como reconheceu um vice-presidente da *General Motors* citado por Braverman, segundo o qual ocorreram greves em oito das dez fábricas onde houve esse tipo de reorganização.

O capitalismo dos EUA começava a viver as mudanças que iriam caracterizá-lo no meio século seguinte. A busca de maior produtividade, diz Braverman, levou à diminuição do contingente dos trabalhadores produtivos e ao aumento do número daqueles “utilizados nas lutas entre empresas pela distribuição do excedente”; com o aumento do trabalho improdutivo e do desemprego, toda sociedade tomou a forma, diz, “de uma pirâmide invertida que repousa em uma base cada vez menor de trabalho útil”.

As conseqüências para os trabalhadores dos EUA foram drásticas. Eles viveriam sua maior mudança desde a passagem entre os séculos XIX e XX. Para a escritora Barbara Eherenreich, desde então a estrutura social estadunidense viveu uma “mudança sísmica”.

Em busca de força de trabalho mais barata, muitas fábricas (e os empregos correspondentes) foram transferidas, primeiro dentro dos próprios EUA e, depois e crescentemente, para países principalmente da América Latina e Ásia. As perdas foram enormes em termos de postos de trabalho, queda nos salários e desemprego, diz o analista Michael D. Yates.

O fechamento ou a transferência das fábricas tirou o emprego de 11,5 milhões de trabalhadores entre 1979 e 1984, diz Barbara Eherenreich. Somente 60% deles conseguiam novas colocações, e quase a metade com salários menores do que ganhavam antes. Entre os siderúrgicos demitidos em Chicago, por exemplo, a renda caiu de 22 mil para 12,5 dólares

por ano, um valor pouco acima do nível oficial de pobreza.

Com base no estudo *Situação do Trabalho América*, do *Economic Policy Institute*, de Washington, Yates fez um retrato desolador da situação atual da classe operária nos EUA.

No período anterior, entre 1947 e 1973, os salários haviam aumentado, tendência que se inverteu nos vinte e dois anos seguintes, diz Yates. Houve uma pequena e temporária recuperação entre 1995 e 2000, mas eles voltaram a cair com a recessão de 2001, que também aumentou o desemprego.

Entre 1975 e 2005, diz Yates, os trabalhadores “tomaram uma surra”. Entre 2001 e 2005, a indústria eliminou 1,1 milhões de postos de trabalho, tendência que continuou após o fim daquela crise. O desemprego subiu estacionando acima dos 5% e os ganhos obtidos pelos trabalhadores, principalmente por negros, hispânicos e mulheres, foram corroidos. Em 2003, o salário médio por hora de um trabalhador negro representava cerca de 73% do salário de um trabalhador branco. Os hispânicos estavam em situação pior, com apenas 64% daquele valor.

Os benefícios da recuperação econômica dos anos 2000 tiveram um endereço certo: as contas bancárias dos donos do capital. A explicação para a desigualdade salarial crescente desde o final dos anos 70 é dupla, diz Yates: a queda do valor real do salário mínimo e o aumento galopante dos rendimentos dos executivos.

Em 38 anos, entre 1967 e 2005, o salário mínimo (que era de 5,15 dólares por hora em 2005) perdeu 25% do poder de compra. Enquanto isso, os ganhos dos executivos dispararam: em 1967, sua média salarial era 24 vezes maior do que a dos trabalhadores; em 2000, a média era 300 vezes maior!

Este é um dos aspectos da “mudança sísmica” descrita por Barbara Eherenreich, que desde a década de 1980 altera os “contornos de classe da sociedade americana” separando os extremos de riqueza e pobreza e afetando todos os grupos profissionais, que “começaram a desabar em direção à base da pirâmide”.

Nestas três últimas décadas o aumento da desigualdade social nos EUA foi estarrecedor. Em 1947, diz Walter Benn Michaels, os 20% mais ricos da população dos EUA tinham 43% da renda total. Quarenta anos depois, em 1985, eles continuavam no mesmo patamar, como mostrou Barbara Eherenreich; os 20% mais pobres (com renda inferior a 13,2 mil dólares ao ano) tinham então apenas 4,7%, a menor participação desde 1960.

Desde então o fosso cresceu. Segundo Edward Wolff, professor de Economia na Universidade de

Nova York, em 1998 a renda média anual das famílias nos EUA era de 62 000 dólares. Já a média familiar dos 1% mais ricos era muito maior: 12,5 milhões de dólares, ou 200 vezes mais do que a média nacional!

Wolff analisou também a concentração da riqueza. Em 1998, o 1% de famílias mais ricas detinha 38% das riquezas; os 5% mais ricos tinham 59% do total. Isto é, tinham mais riqueza do que todos os outros 95% da população somados. Eram campeões também nas aplicações financeiras: os 10% das famílias mais ricas tinham 85% do total delas. Em 2001 a situação era parecida: o 1% de famílias mais ricas detinha 45% das ações ordinárias. Assim, o “boom” acionário da década de 1990 beneficiou desproporcionalmente estas famílias mais ricas.

Em 2008, diz Walter Benn Michaels, apenas 7% das famílias estadunidenses tiveram renda anual superior a 150.000 dólares; 18% recebem mais de 100.000 ao ano. O grosso das famílias (mais de 50% do total) ganhava menos de 50.000 dólares por ano - cerca de 4.160 por mês (em torno de 8.300 reais), um salário apertado para as condições estadunidenses. Nesse ano, o governo calculava que existiam mais de 36 milhões de pobres nos EUA - cerca de 12,7% da população, quase a população da Argentina, que é de 40 milhões de habitantes.

### Uma nação de cores múltiplas

Outra dimensão da mudança profunda na sociedade estadunidense ocorre nos padrões raciais de sua população. A separação rígida que opõe a população originária do norte da Europa (os anglo-saxões) aos demais segmentos (negros, índios, asiáticos e hispânicos ou latino-americanos) esteve na base do padrão de relações que emergiu ao final da Guerra Civil. “A nítida linha de demarcação entre brancos, de um lado, e negros e peles-vermelhas, de outro, favorece o desenvolvimento de relações de igualdade no interior da comunidade branca”, escreveu Domênico Losurdo. “Os membros de uma aristocracia de classe ou de cor tendem a autocelebrar-se como ‘iguais’; a nítida desigualdade imposta aos excluídos é a outra face da relação de igualdade que se instala entre aqueles que tem poder para excluir os ‘inferiores’.”

Autores estadunidenses contemporâneos (cita-

dos por Barbara Weinstein), como David Roediger (*Wages of Whiteness, ou Salários da brancura*), Matthew Jacobson (*Special Sorrows, ou Tristezas especiais*), Gail Bederman (*Manliness and Civilization, ou Virilidade e civilização*) ou Eric Lott (*Love and Theft: Blackface Minstrelsy and the American Working Class, ou Amor e roubo: cantores de face negra e a classe trabalhadora americana*) tendem a concordar com esta avaliação - a valorização do homem branco e, principalmente, da identidade branca, sinalizando um segmento superior, teve um papel determinante na estruturação daquela sociedade ainda durante pelo menos um século depois do final da Guerra Civil.

A luta contra o racismo sempre existiu, mas só passou para o primeiro plano na década de 1960, nas jornadas organizadas por trabalhadores negros e brancos, “num espírito de solidariedade de classe jamais visto desde os anos 30”, diz Barbara Eherenreich.

O efeito das mudanças sobre a composição da população dos EUA teve também a dimensão do movimento “sísmico” referido por Eherenreich. Por exemplo, o número de casamentos interracialis aumentou mais de dez vezes em trinta anos, passando de aproximadamente 300 mil em 1970 para mais de três milhões em 2000 diz um estudo do *Population Reference Bureau* (PRB, Escritório de Referência sobre População).

A publicidade, sensível às novas tendências sinalizou a mudança. Na década de 1990, a empresa de alimentos *General Mills* mudou o rosto de sua mascote Betty Crocker. Criada em 1936, ela tinha pele, cabelos e olhos claros; em 1996, ficou morena, resultado da mescla, num computador, de fotos de 75 mulheres.

O país vai, aos poucos, adquirindo a cor da pele de seus vizinhos no continente americano, e a tendência mais visível hoje é a de uma *latinização* ou *hispânicização* de sua população. Os hispânicos constituem o segmento que cresce mais rapidamente, seja pela imigração, seja pelo número de filhos. Entre abril de 2000 e 2002, a população dos EUA cresceu 3,4%, enquanto a população hispânica aumentou 4,7%, e a negra, 2%. Nos últimos anos, mais da metade do crescimento populacional dos EUA decorre do aumento na população de hispânicos. O demógrafo William Frey estimou que, dos 100 milhões de pessoas acrescidas à população dos EUA entre 1967 e

Em 2003, o salário médio por hora de um trabalhador negro representava cerca de 73% do salário de um trabalhador branco. Os hispânicos estavam em situação pior, com apenas 64% daquele valor

2006, 53% eram imigrantes ou seus filhos, e a maioria deles é latino-americana.

Um dos resultados dessa dinâmica populacional é o fato da população hispânica ser mais jovem do que o conjunto da população dos EUA. Em meados dos anos 2000, ela tinha idade média de 27,4 anos, enquanto a média nacional era dez anos mais velha: 37,9 anos.

Em agosto de 2008, o governo dos EUA divulgou uma estimativa dizendo que os brancos serão minoria em 2042. Em 2010, os brancos continuarão sendo dois terços do total (65%), mas em 2042 perderão a dianteira; em 2050, serão 46%, menos da metade portanto. Prevê-se que somente os hispânicos serão, naquele ano, 133 milhões, sendo responsáveis por um terço do crescimento populacional projetado para 2010-2050. Quando o censo começou a contabilizar os hispânicos, em 1970, eles eram nove milhões.

Onde está esta nova, e crescente, população? Em 1999 o demógrafo William Frey sugeriu que em 25 das grandes regiões metropolitanas do país o predomínio de pessoas de pele morena ou escura já se avi-

zinhava. Elas tinham pelo menos um quarto da população de origem hispânica ou asiática, e menos de 60% de origem inglesa. Entre elas estão Los Angeles, San Diego, São Francisco, Miami e Houston, e outras menores na Califórnia, Novo México e Texas. Em 2008, dados do *U. S. Census Bureau* confirmaram esta análise mostrando que, pela primeira vez hispânicos, negros, asiáticos e outros segmentos não-brancos somam 50% da população nas cidades centrais de todas as áreas metropolitanas do país. Constatou também uma rápida mudança, no mesmo sentido, em pequenas cidades americanas.

Estas mudanças entre os trabalhadores e no perfil social e populacional vão alterar muito a face do país. Elas criam as condições para a superação da velha divisão entre brancos e não brancos, apontando para o encontro da nação consigo mesma, concluindo o acerto de contas com o passado colonial, iniciado com as lutas da década de 1960.

*José Carlos Ruy é editor do jornal A classe operária e membro da Comissão Editorial de Princípios*

### Referências

- Blanch, Hedelberto López. *La enferma economía estadounidense*. *Rebelión*, 27/9/2008. In [www.rebelion.org/noticia.php?id=73347](http://www.rebelion.org/noticia.php?id=73347)
- Braverman, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1984
- Eherenreich, Barbara. *O medo da queda – ascensão e crise da classe média*. São Paulo, Scritta, 1994
- Folha de S. Paulo, 8/10/2008. Americano nº 300 milhões será latino
- Frey, William. As cidades americanas: onde estão os novos imigrantes. In *Sociedade e Valores dos EUA*. Revista Eletrônica da USIA, Vol. 4, Nº 2, Jun 1999. <http://lib.nxmu.edu.cn/E7%BD%91%E9%A1%B5%E8%B5%84%E6%BA%90/html/mgzx/usiaweb/journals/itsv/0699/ijsp/ij069908.htm>
- Lannon, Albert. Building our Unions: The "American Plan" Hits Oakland. In *Labor History*, 22 February 1999. In <http://www.hartford-hwp.com/archives/45b/072.html>
- Lobe, John. População: Aumentam os casamentos inter-raciais nos EUA. IPS – Inter Press Service, 10/7/2005. In <http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/print.php?idnews=773>
- Losurdo, Domênico. *Liberalismo. Entre civilização e barbárie*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2006
- Marshall, Scott. *Estrategia de la Clase Trabajadora en la Época de la Globalización Capitalista*. Documento publicado em 10 de abril de 2006 pelo Partido Comunista dos Estados Unidos da América. In: <http://www.cpusa.org/article/view/785>
- Melkinov, A. N. *A estrutura de classes dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978
- Michaels, Walter Benn. En Estados Unidos se ensancha el abismo entre ricos y pobres: Diversidad frente a igualdad. *Rebelion*, 7/10/2008. In <http://www.rebelion.org/noticias/2008/10/73886.pdf>
- Purdy, Sean. O século americano. In Leandro Karnal e outros. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2008
- Reed, John. *Eu vi um novo mundo nascer*. São Paulo, Boitempo, 2001
- The 1930s revival of US working class struggle. In Socialist Worker On line, órgão do Socialist Workers Party (SWP), 16 de agosto de 2008. In <http://www.socialistworker.co.uk/art.php?id=15727>
- The Multinational Monitor. The wealth divide – the growing gap in the United States between the rich and the rest. An interview with Edward Wolff. Maio de 2003. Volume 24, nº 5. In <http://multinationalmonitor.org/mmm2003/03may/may03interviewswolff.html>
- U.S. Census Bureau, in [www.census.gov](http://www.census.gov)
- Weinstein, Barbara. A Pesquisa sobre Identidade e Cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural. In *Revista Brasileira de História*, vol. 18 nº 35, São Paulo, 1998
- Yates, Michael D. A Statistical Portrait of the U.S. Working Class. In *Monthly Review*, Volume 56, Number 11, April 2005. [www.monthlyreview.org/0405yates.htm](http://www.monthlyreview.org/0405yates.htm)

# O triângulo imperial norte-americano e os gastos militares

JOHN BELLAMY FOSTER, HANNAH HOLLEMAN E ROBERT W. MCCHESENEY

*O militarismo é parte do complexo industrial estadunidense e está arraigado na sociedade. É o que demonstra John Bellamy Foster, editor do periódico Monthly Review. Segundo ele as guerras assumiram papel central na constituição do império norte-americano. E servem para alavancar sua economia e padrão de vida*

O s Estados Unidos atualmente são o único – entre os grandes Estados – a utilizar o aumento dos gastos militares para manter seu domínio econômico sobre o mundo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial nenhum outro país tem sido tão destrutivo e capaz de infringir uma série de atos de guerra. É sabido que desde 2001 os gastos militares norte-americanos cresceram 60%.

Estes gastos são necessários ao imperialismo. Isso representa – como o economista polonês Michael Kalecky sugeriu – um triângulo imperial. Este triângulo envolve o Estado financiador da produção militar, a mídia/propaganda e os chamados efeitos reais ou imaginários sobre o emprego que, por sua vez,

*teste nuclear BUA  
– guerra Fria, 1951*

torna-se um grande fator de estabilidade social dos Estados Unidos.

Segundo alguns analistas, o crescente militarismo imperialista está divorciado da história recente norte-americana. Tal militarismo era comumente visto como resposta à ameaça da União Soviética. Entre ameaças e guerras, em resposta aos paladinos da guerra permanente, surgiram comentaristas de distinta visão, e que – diferente da história da “ameaça do terrorismo” – preferiram situar esse estado de coisas como produto da irracionalidade de parte da superestrutura norte-americana. Exemplo dessa visão pode ser encontrado em *Sobre o Império* (2008), do historiador Eric Hobsbawn. Nele, Hobsbawn coloca:

*“Francamente, não consigo entender o que está acontecendo nos Estados Unidos desde 11-09, data que viabilizou a colocação em marcha de planos de longo prazo visando à supremacia mundial a partir da mente de determinados ‘políticos loucos’. Hoje um regime de extrema-direita objetiva mobilizar os ‘verdadeiros americanos’ contra algum demônio externo e contra um mundo que não reconhece seus valores, sua superioridade e o destino manifesto da América. É óbvio que o crescente perigo de guerra cresce por conta da incontrolável irracionalidade do governo de Washington. Dar a chance de aprendizado ao Estados Unidos no sentido de retornar a uma política externa racional é a mais imediata e urgente questão da política internacional”.*

Como vimos, ao observar a influência de um novo irracionalismo introduzido por George W. Bush e uma camarilha neoconservadora sobre os Estados Unidos, Hobsbawn conclama um retorno da “megalomania” para a política externa racional. Por outro lado, acreditamos que uma expectativa mais realista pode ser obtida ao retomarmos as origens da “ascendência militar” dos EUA (conforme indicou C. Wright Mills) na Guerra Fria, que assumiu papel central na constituição do império norte-americano e em sua economia.

### **A permanente economia de guerra e o keynesianismo militar**

Em 1944, Charles Wilson, presidente da *General Electric* e vice-presidente-executivo da *War Production Board*, proferiu uma conferência na Associação de Ordenança Militar advogando uma permanente economia de guerra. De acordo com seu plano, toda grande corporação deveria ter um laço representati-

vo com os militares. Este iria formar a base de um programa a ser iniciado pelo presidente como “comandante-em-chefe” em cooperação com os departamentos da Guerra e da Marinha. Argumentou ele: “O que pode ser mais natural e lógico do que somarmos esforços iniciados nos objetivos estratégicos de nosso Estado, construindo uma eficaz indústria de guerra com prontas reservas a uma possível guerra a ser iniciada?”. O interessante foi o intento de Wilson – ao indicar este plano – de colocar ao Congresso o simples papel de aprovar ou não os necessários fundos de guerra.

Neste chamamento feito antes do final da Segunda Guerra Mundial, por um “continuado programa de preparação industrial” para a guerra, Charles E. Wilson articulou uma visão que caracterizava a oligarquia norte-americana nos anos subsequentes ao final da citada guerra. Nos estertores de nossa era militarista tal visão foi sendo adotada como base do programa de estímulos à economia. Nos seis primeiros anos influenciados pela Segunda Guerra Mundial a economia norte-americana expandiu-se em 70%, recuperando-se da Grande Depressão da década de 1930. O início da Guerra Fria assistiu ao que se convencionou chamar de “keynesianismo militar”, cuja promoção efetiva da demanda teria o efeito de multiplicar os lucros dos monopólios a partir do aumento dos gastos militares. Eis uma fórmula capaz de sustentar o capitalismo norte-americano.

John Maynard Keynes em sua principal publicação, *A teoria do Emprego, do Juro e da Moeda*, de 1936, sinalizou que a resposta à estagnação econômica reside na efetiva promoção da demanda através de gastos governamentais. “Filho bastardo” do keynesianismo, o “keynesianismo militar” foi visto de forma benigna, mas com fortes consequências negativas ao grande negócio cuja essência é os gastos militares.

O primeiro a teorizar esta tendência do “keynesianismo militar” sob o capitalismo monopolista foi Kalecki. Em 1943, em *Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego* e em outros ensaios subsequentes, ele expôs que o capitalismo monopolista tem uma profunda aversão à intervenção governamental ao mercado de commodities. Porém, esta aversão não se aplica aos gastos militares devido aos interesses intrínsecos ao mesmo. Se a absorção de grande massa de mais-valia foi a chave do processo de acumulação pós-Segunda Guerra Mundial no campo do capitalismo norte-americano, este movimento dependeu sobremaneira do alavancamento dos gastos militares, dando margem ao que Kalecki nomeou de “complexo imperialista armamentista”.



Para Kalecki, este novo regime de acumulação, baseado nos gastos militares – que caracterizou o capitalismo monopolista norte-americano pelos idos dos anos 1950 – estabeleceu uma poderosa fundação política e econômica cuja direção é expressa por um “triângulo imperial”, conforme segue:



Modelo de navio usado na Primeira e na Segunda Guerra

- O imperialismo joga papel na manutenção de um alto nível de empregos através de investimentos em armas e indústrias auxiliares e através da manutenção de um largo corpo de forças armadas e em pregos públicos;

- O aparelho de comunicação de massas, trabalhando sob os auspícios da classe dominante, emite propaganda para ganhar a opinião pública aos objetivos imperialistas;

- O crescimento do nível de emprego e dos padrões de vida, em comparação ao período anterior à guerra (como resultado do aumento da produtividade do trabalho), facilitou a absorção popular das mensagens governamentais;

- O resultado pode ser medido pela presença, na década de 1950, de uma extensa economia militarizada em todos os poros do império, e com o suporte de todos os fatores da comunicação servindo aos desígnios da nova ordem imperialista-militar.

Segundo observou Kalecki, os sindicatos norte-americanos tomaram-se parte deste conjunto. A situação política dos Estados Unidos, de acordo com o materialismo histórico, é consequência do estágio monopolista de desenvolvimento capitalista. Isso se reflete em sua superestrutura. Como apontou Harry Magdoff, a principal característica da política econômica norte-americana é a preocupação com a segurança nacional e seus respectivos interesses comerciais (expressa no montante dos gastos militares).

Muitas das idéias de Kalecki foram posteriormente desenvolvidas por Paul Baran e Paul Sweezy no livro *Capitalismo Monopolista* (1966). Baran e Sweezy desenvolveram cinco pontos que sintetizam o corolário da política econômica imperialista e sustentam a consolidação de uma oligarquia no poder norte-americano através de uma massiva superestrutura de caráter militar. São eles: a defesa da hegemonia política global exercida pelos EUA e seu im-

pério contra tratados externos, expressos em ondas revolucionárias arquitetadas pela União Soviética; a criação de uma plataforma de segurança internacional como base objetiva à expansão e monopolização das oportunidades econômicas no exterior; o fomento de núcleos de Pesquisa e Desenvolvimento a serviço das grandes corporações; a geração de uma população complacente, menos recalcitrante à influência nacionalista e manipulada pela ideologia da “guerra infinita”; e o espraiamento, pelo território nacional, de uma vasta capacidade produtiva como forma de prevenção a estagnação econômica através da promoção de investimentos de baixo risco com retornos financeiros de alta monta (indústria armamentista).

Tal como Kalecki, Baran e Sweezy argumentaram, a oligarquia norte-americana manteve “sob rédea curta os gastos civis”. Segundo eles sugeriram, esta oligarquia, por um lado, “chegou ao seu limite extremo” no que tange à proporção sobre a renda nacional de 1939, mas, por outro, ela foi “generosa com os militares”. Manobras orçamentárias foram executadas, em grande parte, através de pretextos relacionados ao financiamento de guerras a serviço do império. O Pentágono, naturalmente, trabalhou para assegurar a capilarização de bases militares e indústrias de material bélico por todo o território norte-americano. Desta forma, se garantiria o acesso de numerosas corporações aos lucros inerentes ao ramo industrial militar, maximizando o apoio no Congresso como expressão dos efeitos no âmbito dos estados e municípios.

Na visão dos membros da oligarquia norte-americana, o círculo virtuoso entre despesas militares e crescimento econômico, representado pelo keynesianismo militar, era motivo de comemoração e não um alvo de críticas. Conforme explanou o economista de Harvard, Sumner Slichter, em um congresso de banqueiros, realizado em outubro de 1949, enquanto

os gastos com a Guerra Fria fossem mantidos a depressão econômica seria algo de “difícil concepção”. A Guerra Fria serviu para desde “elevar a demanda por mercadorias de base” até “manter um elevado nível de emprego”. Para Slichter, os estadunidenses poderiam “agradecer aos russos pelo auxílio em tornar o capitalismo nos Estados Unidos mais forte do que nunca”.

O keynesianismo militar serviu como base objetiva para o principal documento/plano elaborado pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria: o famoso NSC-68. Ele foi lançado pelo Conselho de Segurança Nacional em abril de 1950, pouco antes da Guerra da Coreia, com data de proscrição marcada para o ano de 1975.

O objetivo central do NSC-68 foi delinear um caminho, cujas ações serviriam para ganhar a dianteira contra a União Soviética em todos os campos de atividades possíveis. O documento aponta para a necessidade de elevação abrupta dos gastos militares para algo em torno de 50% de seu orçamento, alcançando, assim, índices de investimentos somente comparáveis aos assumidos durante a Segunda Guerra Mundial. Sob o ponto de vista da economia, o NSC-68 declarou:

*O programa (de expansão militar) não resultará em um real decréscimo dos padrões de vida. Ao contrário, os efeitos econômicos do programa resultarão num incremento do PIB nacional. Uma das grandes lições da Segunda Guerra Mundial consistiu no fato que relaciona a utilização total de capacidade produtiva instalada com a transferência de recursos ao setor civil da economia e assim fechando um ciclo econômico marcado pelo aumento do consumo e, conseqüentemente, elevação dos padrões de vida. Por exemplo, após autorizarmos mudanças de preços, a parte da renda familiar destinada ao consumo aumentou em 20% entre 1939 e 1944.*

A consolidação de uma economia de guerra permanente, nos moldes apontados por Charles E. Wilson, deu-se justamente na época em que o presidente Eisenhower levantou os interesses inerentes ao “complexo industrial-militar” em sua famosa carta de despedida, de janeiro de 1961. Expressão desta consolidação é encerrada na observação do mesmo Charles E. Wilson, para quem: “muitos cidadãos norte-americanos têm demonstrando grande interesse neste negócio. (...) São propriedades, negócios, empregos, grandes salários para cientistas e votos e oportunidades de carreira jamais imaginados. Uma inversão nesta tendência poderá causar muitos problemas, a começar pela Califórnia, nossa principal base industrial aeronáutica”.

Daí a preocupação expressada por Eisenhower,

em sua carta de despedida, acerca de um “complexo industrial-militar de grandes proporções” e pelo fato de “anualmente os investimentos em segurança militar terem sido maiores do que o rendimento líquido de todas as corporações norte-americanas juntas”. Foi o reconhecimento tardio de uma realidade evidente. O desenvolvimento desse complexo descrito por Eisenhower não se restringia às necessidades de caráter puramente econômicas. Utilizando as sínteses expostas por Baran e Sweezy, a própria ordem mundial, hegemônica pelo grande capital norte-americano, só poderia ser mantida por um “longo tempo” a partir da ampliação da intervenção militar norte-americana pelo mundo, rechaçando possíveis focos de subversão que pudessem surgir. Todo esse complexo sistema militar não poderia ser abandonado sem renunciar ao próprio projeto imperial. Renunciar a esta capacidade seria como renunciar ao próprio império.

### O labirinto dos gastos militares norte-americanos

Mesmo um caminho menos tortuoso para medir o compromisso entre o governo norte-americano e o complexo industrial-militar no período iniciado ao fim da Segunda Guerra Mundial deve passar pelo exame detalhista da evolução dos gastos militares empenhados pelos EUA. Tal estudo não é dos mais fáceis. O orçamento militar norte-americano assemelha-se a um labirinto e a infinidade de números e cifras pode, facilmente, conduzir o analista a um verdadeiro “beco sem saída”.

Grande parte dos analistas aponta o Instituto de Gestão e Orçamento (OMB), e seus chamados “Quadros Históricos” (gerados em conjunto com o orçamento federal), como uma fonte confiável de dados. Existem também outras fontes. Segundo o Instituto Nacional de Averiguação da Renda e Produto (NIPA), por exemplo, os gastos militares alcançaram, em 2007, US\$ 662 bilhões, significando US\$ 100 bilhões adicionais em relação aos dados coletados na OMB. Os dados da NIPA sugerem um maior rigor em relação aos números da OMB. Neles estão incluídos, como gastos militares, os investimentos do governo em capital fixo (novas cadeias produtivas de armas), o financiamento de crédito em bancos para empresas produtoras de material bélico, além da folha de pagamento de inativos, civis e militares, que prestaram serviços neste setor industrial (na contabilidade orçamentária da OMB este tipo de pagamento consta como “gastos intergovernamentais”).

Mas adotar os métodos de estudo e do orçamento do NIPA, apesar de auxiliar, não resolve o pro-

blema do labirinto em torno dos gastos militares. Para isso é necessário relacionar minuciosamente os gastos diretos na indústria armamentista anexos a outros departamentos e ministérios. Entre eles os ditos “auxílios” governamentais a governos estrangeiros, financiamento de exportações de armas, entre outros.

Os itens levantados são devidamente reconhecidos, no âmbito da OTAN, por exemplo, como gastos militares. Utilizando uma base de cálculo que contempla tais variáveis, conclui-se que os gastos militares norte-americanos em 2007 alcançaram – sim – a cifra de US\$ 1 trilhão.

Esta estimativa vai ao encontro da análise de muitos críticos sobre os gastos militares norte-americanos. Em um artigo publicado em junho de 2007, na *Monthly Review*, o economista James Cypher, partindo de pressupostos metodológicos semelhantes aos sugeridos por nós, demonstrou uma estimativa de gastos em atividades militares da ordem de US\$ 929,8 bilhões em 2006. Mais recentemente Chalmers Johnson, apontou que, se levados em consideração todos os elementos constitutivos da parcela do orçamento dedicada aos gastos em defesa, em 2008, o total empregado é de, pelo menos, US\$ 1,1 trilhão.

Método semelhante foi utilizado para estimar a parcela do PIB correspondente às despesas militares, entre o fim da Segunda Guerra Mundial até o presente. De acordo com o levantamento, em 2007 o total das despesas militares sob o total do PIB foi de 7,3%, ou seja, o maior índice dos últimos 10 anos.

Para auferir a dimensão real dos gastos militares é de crucial importância sempre relacionar o total de gastos como proporção dentro do orçamento. Ao analisar o conjunto das despesas lançadas na planilha orçamentária do governo faz-se necessária a exclusão da previdência social, saúde e outras formas de transferência de renda e recursos, pois este tipo de despesa é considerado como algo que, na ponta do processo, acaba se tornando um meio de autofi-

nanciamento governamental sob a forma de impostos derivados tanto da renda individual, quanto do consumo. Analisando o orçamento governamental da forma proposta, percebemos um declínio iniciado no último ano do governo Reagan (1988), quando as despesas militares corresponderam a 68% do orçamento, e em 2003 quando as despesas militares representaram 49%. Desde então, observa-se uma mudança nessa tendência de queda de forma que, em 2007, os gastos em defesa chegaram a 52% do dispêndio orçamentário.

### O triângulo imperial norte-americano hoje

O que concluir diante do que foi dito até agora?

Trata-se da conclusão de Hobsbawm e outros, segundo a qual, a expansão do militarismo norte-americano atual resultou da ação de “um grupo de políticos sem consciência” que construíram em Washington um *bunker* de extrema-direita? Acreditamos que esta opinião é um tanto quanto inadequada.

Para sermos claros, caso uma administração democrata (Al Gore)

tivesse chegado ao poder em 2000, não teríamos certeza sobre as intervenções no Afeganistão e no Iraque. Embora, como ocorre com os republicanos, os interesses imperiais continuariam a ser perseguidos.

A administração Bush, desde o primeiro momento, distinguiu-se por contar com os “neoconservadores” em seu núcleo de governo. Porém, não faltou apoio para a viabilização dos fins beligerantes: ambos os partidos do Congresso granjearam-lhe forte apoio, além de mídia, judiciário e grandes corporações. Desacordos restringiram-se a questões mais periféricas como, por exemplo, a quantidade de militares a ser enviados ao “teatro de operações”. Questões como a utilização de tortura foram devidamente evitadas. As grandes contestações partiram somente no âmbito da base da sociedade.

Tudo isso sugere que o militarismo e o imperia-



A guerra do Iraque, iniciada a partir da invasão do Kuwait, estende-se desde 2003

lismo estão profundamente arraigados na sociedade estadunidense, pelo menos em seus altos escalões. A expansão da hegemonia norte-americana é parte de uma estratégia imperial, sustentada pela ideologia militarista. A Guerra do Iraque pode ser melhor vista como parte do intento norte-americano de controlar o Golfo Pérsico e seu petróleo – objetivo comum aos dois lados que disputam o controle da superestrutura do imperialismo. Os vastos gastos militares norte-americanos – cerca de 50% do orçamento federal e cerca de 7% do PIB – são expressão concreta da, cada vez mais ilimitada, estratégia imperial.

O imperialismo norte-americano vive com um paradoxo de poder imediato (expressado em seu poderio militar) ao mesmo tempo em que demonstra sinais de decadência econômica. Esta é a dupla realidade de poder temporário. Realidade que se alia a indicadores de um declínio em longo prazo. Tal contexto levou a elite a clamar por “Um Novo Século Americano”, através do soerguimento de seu poderio militar e da força econômica e geopolítica, por exemplo, na região petrolífera do Golfo Pérsico.

Nos últimos anos, os Estados Unidos ampliaram sobremaneira suas bases (contam com bases instaladas por volta de 70 países) e operações militares (incluindo as realizadas em conjunto com outros países) pelo mundo. Washington, atualmente, não apenas investe em produção de armas, como também construiu uma vasta presença física no planeta, viabilizando o controle rápido sobre qualquer evento contrário aos seus interesses fora de seu território.

Rejeitando o argumento de que o militarismo, intrínseco ao imperialismo norte-americano, é meramente produto de “megalomania”, usamos, como base, as elaborações de Kalecki sobre os pontos norteadores do triângulo imperial. Nos termos keynesianos, ainda carece de compreensão a forma como o enorme aparato militar, a serviço do imperialismo norte-americano, serviu para viabilizar uma política de pleno-emprego e de combate à estagnação econômica.

Em um período de estagnação econômica, crises financeiras, declínio de hegemonia, colapso ambiental e novas insurgências populares, Washington, representando a oligarquia norte-americana, mais uma vez lança-mão do monopólio da mídia para persuadir a opinião pública a apoiar seu projeto imperial, através da histeria de guerra.

Isso se torna possível graças à existência de uma mídia domesticada sob os auspícios de um sistema privado de propaganda que, por sua vez, designa os limites tolerados ao debate.

Todavia, o triângulo imperial tem sido crescentemente

confrontado por suas próprias contradições. Como Baran e Sweezy expuseram há mais de quatro décadas, o sistema militar norte-americano é afrontado por dois obstáculos internos. Os gastos militares tendem a incorporar novas tecnologias, fazendo com que os índices de absorção de mão-de-obra entrem em curva descendente. “Ironicamente”, eles observam, “os enormes dispêndios militares podem contribuir de forma substancial ao fomento do desemprego: muitas das novas tecnologias produzidas a partir de pesquisas voltadas ao setor militar estão sendo posteriormente utilizadas no setor civil, redundando em um aumento da produtividade do trabalho e reduzindo a demanda por trabalho”. Segundo, a expansão de “armas de destruição em massa”, e seus efeitos devastadores, poderão ter como epifenômeno uma crescente revolta contra o permanente estado de guerra em todos os níveis da sociedade.

Hoje a enorme força bélica de Washington não é capaz de transpor seus próprios limites, conforme tem provado os atoleiros do Iraque e do Afeganistão. Apesar de sua grande capacidade de destruição, os Estados Unidos são altamente limitados no exercício de impor suas vontades e desejos. O sonho da Pax Americana, apresentado em meio à Guerra Fria, transformou-se atualmente em um pesadelo. E o que é interessante é que o papel jogado pela mídia nos últimos anos contribuiu – de forma contraditória – ao rápido crescimento da mídia independente, que tem desafiado a concentração no setor de comunicações nos Estados Unidos.

Não resta dúvidas de que uma sociedade levada a apoiar uma posição global e uma ordem social através de gastos anuais em armas de US\$ 1 trilhão – financiando assim a destruição do mundo, enquanto é afrontada por problemas inegáveis de desigualdade, crise financeira, pobreza extrema, desperdício e declínio de desenvolvimento na sua própria casa – é uma sociedade prenhe de mudanças. Eis o nosso objetivo: angariar esta mudança.

*John Bellamy Foster é editor de Monthly Review e professor de sociologia da Universidade de Oregon. Hannah Holleman é doutoranda pela Universidade de Oregon. Robert W. McChesney é professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Illinois.  
Traduzido por Elias Jabbour*

Artigo – em sua versão completa – originalmente publicado na *Monthly Review* nº 59 (outubro de 2008) sob o título “The U.S. Imperial Triangle and Military Spending”.

# Pragmatismo e visões de mundo

nos Estados Unidos da América

*Mais que um termo da linguagem ordinária, a palavra “pragmatismo” remete a um conjunto de noções elaboradas filosoficamente nos centros acadêmicos estadunidenses. Em que medida essas idéias refletem a visão de mundo norte-americana é o tema deste artigo.*

FÁBIO PALÁCIO DE AZEVEDO

*“Aja duas vezes antes de pensar”*  
Chico Buarque

*“O sono da razão produz monstros”*  
Goya

**R**ecentemente pude participar, na qualidade de expectador, do interessante *Seminário sobre os Estados Unidos*, promovido pela diplomacia brasileira em 29 de setembro, no Rio de Janeiro. Entre os expositores, um dos assuntos mais comentados dizia respeito ao “complexo industrial-militar” – também chamado por alguns autores de “complexo industrial-militar-acadêmico” –, termo que designa o conjunto das infra-estruturas (produtivas, políticas, culturais e acadêmicas) que sustentam a máquina de guerra americana, e que funcionam para a economia daquele país como uma espécie de locomotiva.

Depois da avalanche de críticas feitas ao complexo industrial-militar e à forma como se encontra estruturada a economia dos EUA, acompanhamos a



reveladora apresentação da Sra. Jan Knippers Black, do *Monterey Institute of International Studies*. Concordeando com as ponderações anteriormente apresentadas, a prestigiada intelectual norte-americana encerrou seu raciocínio com este sintomático veredito: “Precisamos [nós, americanos] encontrar outra coisa útil na qual possamos basear nossa economia”.

Ao ouvir essa afirmação de súbito parei, sobressaltado. A atenção dissipou-se do colóquio e me

levou aos anos finais da década de 1990, quando, aluno da Pós-Graduação em Semiótica da PUC-SP – um dos principais centros irradiadores da filosofia americana fora dos EUA –, tive oportunidade de empreender alguns estudos sobre a corrente filosófica denominada *pragmatismo*.

Também conhecida pelos nomes de *experimentalismo* ou *instrumentalismo*, a filosofia pragmática é chamada ainda de *utilitarismo* pelos menos interessados em dignificá-la. Trata-se de uma espécie de filosofia da ação prática, que despreza as abstrações escolásticas e aquilo que vê como “diletantismo metafísico europeu”. O pragmatismo valoriza, ao contrário disso, o agir mais que o contemplar, os resultados verificáveis experimentalmente, a idéia da verdade como “construção” e não como “descoberta”. Em que medida essas idéias refletem o jeito de ser e a cosmovisão do povo norte-americano é o tema deste artigo.

### A filosofia pragmática

As últimas décadas do século XIX foram para os EUA um período decisivo, no qual o gigante do Norte – recém-saído da guerra civil – unificou-se em definitivo e realizou a transição de uma sociedade relativamente atrasada para uma altamente complexa civilização industrial e urbana.

É nesse momento – quando na Europa se dava o florescimento pleno do marxismo, com a publicação, em 1867, de *O capital* – que, nos EUA, toma forma a filosofia pragmática. Esse movimento intelectual, que teve como pioneiros Charles Peirce, William James e John Dewey, se estenderia pelo século XX afora, abarcando vários outros nomes como G. H. Mead, C. I. Lewis, W. Quine, H. Putnam, D. Davidson, F. C. S. Schiller e R. Rorty.

Etimologicamente falando, “pragmatismo” remete ao termo grego *pragma*, que significa “ação”. Estamos diante de uma filosofia que milita em torno do primado da razão prática sobre a razão teórica. Em outras palavras, a razão de ser do pragmatismo reside na negação de todas as formas de intelectualismo.

Sempre foi possível identificar, na história da filosofia, posturas mais voltadas para a ação em contraponto com outras, mais idealistas e intelectualistas. Para os pragmáticos, que se encontram no primeiro grupo, o conhecer é um gênero do fazer, que se expressa antes pelo “praticar” que pelo “descobrir”. “O pragmatismo oferece uma concepção de razão que é prática em vez de intelectual (...) É a razão de Ulisses, não a de Platão” (1).

O pragmatismo valoriza um conceito de verdade ativista e utilitário. Para os pragmáticos, a verdade é

o que é eficiente e proveitoso, o que resiste ao tempo e produz frutos. As possibilidades de verdade de uma teoria vinculam-se às suas possibilidades de sucesso. “A tese dos pragmatistas é a de que devemos estar aptos a fazer a fim de que se nos reconheçam como detentores de crenças conceitualmente substanciais” (2).

A filosofia pragmática remonta suas origens à obra de Charles Peirce (1839-1914). Em *Como tornar claras as nossas idéias* (1978), trabalho considerado o “manifesto” do pragmatismo, Peirce defende que “As crenças são realmente regras de ação” (3). Para ele, o conceito é a forma de um “propósito geral”. Toda idéia que formamos de um objeto nada mais é que uma idéia dos possíveis efeitos de sentido prático que podem estar associados àquele objeto, de forma que esses efeitos equivalem, em última instância, ao conjunto de nossa concepção sobre o objeto. Antes de chegar a essas conclusões, quando Peirce ainda lutava para definir a nova filosofia, ele afirmou que o pragmatismo seria, no mínimo, “uma atração instintiva por fatos vivos” – frase que revela o pendor materialista dessa corrente filosófica.

Contemporâneo de Peirce, William James (1842-1910) teoriza que “A busca por fins futuros e a escolha de meios para alcançá-los são (...) a marca e o critério da presença de mentalidade em um fenômeno” (4). Para James, as idéias só se fixam na mente de forma relativamente autônoma pelo caráter excepcional de sua eficácia quando aplicadas à experiência. “Número, espaço, tempo, semelhança e outras ‘categorias’ importantes poderiam ter sido trazidas à existência, diz ele, como conseqüência de alguma instabilidade cerebral particular, mas (...) [essas] categorias fundamentais têm sido cumulativamente estendidas e reforçadas por causa de seu valor quando aplicadas a instâncias concretas e coisas da experiência” (5).

Seguindo os passos de Peirce – que foi seu orientador de pesquisa – e, mais diretamente, de James, John Dewey (1859-1952) foi figura intelectual dominante na América de fins do século XIX e início do século XX. Aclamado como filósofo do *New Deal*, líder dos intelectuais americanos do campo democrático, Dewey tornou-se mais conhecido como um dos grandes nomes da educação moderna.

Para ele, a verdade não é uma idéia pairando sobre todos, à espera de ser descoberta. Trata-se, ao contrário disso, de algo que só na prática poderia ser concretizado. De um ponto de vista geral, a atitude pragmática consiste, segundo Dewey, em “olhar para além das primeiras coisas, dos princípios, das categorias, das necessidades supostas; consiste em olhar para as últimas coisas, para os frutos, conseqüências e fatos” (6).

Ao lado de Peirce e James, Dewey compõe o chamado “pragmatismo clássico” – o pragmatismo em seu esboço original. As elaborações desses pensadores seriam retomadas na segunda metade século XX pelo chamado *neopragmatismo*, corrente que tem na obra de Richard Rorty (1931-2007) sua versão mais completa e elaborada.

Rorty é um dos mais influentes intelectuais americanos da contemporaneidade. Sua obra – uma espécie de “pragmatismo pós-moderno” – substitui a noção de *experiência* do pragmatismo clássico pela de *linguagem*. Para Rorty, o objetivo do debate filosófico deve ser encontrado na “conversação” e na solução criativa de novos problemas, e não na busca da “verdade”.

A elaboração rortyana pode ser sintetizada na afirmação de que a filosofia empregará melhor seus recursos se deixar de se preocupar com a questão da verdade (que “jamais” saberemos como definir) para cuidar da questão da liberdade (que sabemos bem o que é quando a perdemos). A ciência e a filosofia devem estar voltadas para a “vida” e para a solução de problemas concretos, e não para a busca da “verdade” vista como representação de uma suposta “essência” da natureza. Nessa perspectiva, a linguagem e o conhecimento representam mais instrumentos para fazer frente aos desafios do mundo do que representações da natureza intrínseca desse mesmo mundo.

### Críticas ao pragmatismo

São muitas as críticas ao projeto filosófico pragmatista, dirigidas principalmente ao utilitarismo e ao relativismo dessa abordagem.

Para muitos autores, o utilitarismo e o relativismo pragmáticos são impulsionados por um simples “truque” ideológico: a confusão deliberada entre *verdade* e *interesse*. Robert Brandom percebe isso quando afirma que o pragmatismo “é vulnerável à acusação de que, numa tal assimilação do teórico ao prático,

suprime-se a distinção entre intenções e crenças” (7). Também o filósofo alemão Jürgen Habermas, criticando pensadores como James e Rorty, afirma que o pragmatismo erra ao não fazer as devidas distinções entre “justificação” e “verdade”.

A indistinção entre “saber” e “alcançar” conduz de fato, de modo quase imediato, a uma concepção instrumentalista. Por isso o pragmatismo é acusado de elaborar o utilitarismo em forma de filosofia, contribuindo assim para enaltecer como virtude aquilo

que seria, na verdade, um dos piores vícios da mentalidade capitalista-consumista.

Um dos maiores críticos do pragmatismo é o filósofo marxista Antonio Gramsci. Apesar de não negar sua simpatia pelo materialismo subjacente à visão pragmática, o pensador italiano o vê impregnado de “imediatismo”. De modo jocoso, afirma ele que, enquanto “Hegel pode ser considerado como o precursor teórico das revoluções liberais do séc. XIX, os pragmatistas, no máximo, têm ajudado a criar o movimento do *Rotary Club* ou a justificar todos os movimentos conservadores e reativos” (8).

A concepção de uma “razão instrumental” também recebeu dura crítica dos teóricos da Escola de

Frankfurt, cuja visão abominava não apenas a instrumentalização da razão e da técnica, mas, para além disso, a da própria existência humana. Isso teria acontecido a partir da ação de uma elite política, industrial e financeira que passou a organizar as relações sociais com base em motivos instrumentais.

Atento a essas críticas, Dewey dissertou longamente em defesa de seu ponto de vista. Para ele, “Usualmente se diz (...) que o pragmatismo subordina o pensamento e a atividade racional a fins de interesse e ganho particulares. É verdade que a teoria (...) implica essencialmente em certa relação com a ação, com a conduta humana. Mas o papel da ação é aquele de um intermediário (...) O pragmatismo está, por conseguinte, muito distante daquela glorificação da ação pela ação, que é considerada como a



característica peculiar da vida americana” (9).

Além de seu utilitarismo estreito, também um forte relativismo exala da visão de mundo pragmática, a qual abre mão, na prática, de refletir sobre a noção de verdade, impossibilitando assim um pensamento realmente crítico. Para Rorty, por exemplo, com o rompimento das visões “metafísicas” de “busca da verdade” restaria-nos a tarefa de nos “recriarmos” pela linguagem, aprendendo a nos “reinventar” e nos “redescrever” constantemente por meio da busca de novos “vocabulários”.

A respeito dessas concepções, G. Semeraro pensa que, “ao afastar seus olhos das contradições sociopolítico-econômicas (...), o neo-pragmatismo de Rorty quer nos fazer crer que hoje não há mais problemas filosóficos ‘fundamentais’ a serem resolvidos e que a filosofia não passa de uma ‘crítica literária’, de uma ‘prática discursiva’ (...) A filosofia deve abandonar sua pretensão de elaborar visões globais de mundo, de fundamentar o conhecimento e de dar sustentação a práticas éticas e políticas” (10). Um pensamento que nada tem de despropositado, correspondendo à verdadeira “ideologia americana” dos dias atuais.

### A ideologia americana

A busca de um conhecimento voltado para a ação sempre foi atribuída, na história da filosofia, aos interesses de nações que pretendem se construir materialmente e se afirmar politicamente. Não à toa, já o insuspeito Dewey apontava que a “Filosofia americana (...) reflete, em certo sentido, a vida americana” (11). Essa opinião é seguida de perto por M. Bourdeau, citado por James (12) ao afirmar que o “pragmatismo é uma reação anglo-saxônica ao intelectualismo e racionalismo da mentalidade latina ... É uma filosofia sem palavras, uma filosofia de gestos e fatos, que abandona o que é geral e abraça apenas o que é particular”.

Tomando por base o próprio pensamento pragmático, podemos conceituar a ideologia como a cultura concebida na dimensão do interesse. Dificilmente um filósofo pragmático discordaria dessa conceituação. William James, por exemplo, levava muito em consideração aqueles motivos de simpatia instintiva que em última instância definem nossa predileção

por esse ou aquele sistema filosófico, mais do que os motivos de natureza racional. “James pensava que poderíamos prestar serviço à causa da sinceridade filosófica se reconhecêssemos abertamente os motivos que nos inspiram” (13). Não apenas concordamos com essa afirmação, como pensamos que ela deva servir a uma dissecação do próprio pensamento pragmático. Se James reivindica “sinceridade filosófica”, comecemos, pois, por seu próprio pensamento.

Com sua visão instrumental do problema da verdade, James promove uma inversão do empirismo; se este é um experimentalismo da ação passada, aquele é um experimentalismo da ação futura. Como afirma Dewey, “o pragmatismo se apresenta como uma extensão do empirismo histórico, mas com uma diferença fundamental: não insiste sobre os fenômenos antecedentes, mas sobre os fenômenos conseqüentes; não sobre os precedentes, mas sobre as possibilidades de

ação. E essa mudança de ponto de vista é quase revolucionária em suas conseqüências. Um empirismo satisfeito com a repetição de fatos passados não tem lugar para a possibilidade e para a liberdade” (14).

Reside aqui um ponto fundamental: a necessidade que tem o pragmatismo de, invertendo a formulação empírica tradicional, abrir espaço para o futurístico e o indeterminado. Esse elemento de “liberdade” e de indeterminação é caro ao *american way of life* – o modo de vida americano. Ele vincula-se ao estilo de vida do pioneiro, o “herói” conquistador para quem tudo está em aberto, o aventureiro para quem todas as possibilidades estão por ser desbravadas. Não por acaso Dewey argumenta: “Não há dúvida de que o caráter progressivo e instável da vida americana e da civilização facilitou o nascimento de uma filosofia que considera o mundo como algo em formação contínua, onde ainda há espaço para o indeterminismo, para o novo e para um futuro real”<sup>(15)</sup>.

As idéias dos pragmáticos mal escondem seu sentido de justificação racional do estilo de vida pioneiro. A visão instrumental possui forte correlação com as atitudes do herói desbravador, para quem as idéias nada mais eram que instrumentos, “armas” com que buscava dominar as adversidades do meio.

Na visão de Sandra Rosenthal “o pragmatismo é, com certeza, o movimento filosófico mais distintivamente americano. Entretanto, o sabor (...) america-

O pragmatismo é acusado de elaborar o utilitarismo em forma de filosofia, contribuindo assim para enaltecer como virtude aquilo que seria, na verdade, um dos piores vícios da mentalidade capitalista-consumista



no do pragmatismo tem sido exatamente o fator que tem maculado sua respeitabilidade em vários círculos filosóficos” (16).

Essa baixa “respeitabilidade” pode ser aferida pela apreciação de Bertrand Russell, intelectual britânico que via no pragmatismo a manifestação, no terreno da filosofia, do espírito comercial americano. Semelhante coisa é exposta por Robert Brandom, para quem o que ecoa do pragmatismo “... é a sensibilidade grosseira, própria de feirantes, que enxerga tudo através das lentes redutoras da comparação custo-benefício (...) A razão de uma ação assume forma correspondente à resposta da seguinte pergunta: ‘Que proveito tiro daí?’. A racionalidade (...) mostra-se como (...) inteligência instrumental: uma capacidade genérica de alcançar o que se quer. Desse ponto de vista, a verdade é o que funciona; o conhecimento é uma espécie da utilidade; a mente e a linguagem são ferramentas. O materialismo instintivo e o anti-intelectualismo brutos do senso comum recebem uma expressão refinada na forma de uma teoria filosófica” (17).

Ciente de opiniões como essas – muito populares na *intelligentzia* europeia –, Dewey argumentava: “O pragmatismo é americano na medida em que insiste sobre a (...) satisfação de algum objetivo (...) Mas (...) o pragmatismo desaprova aqueles aspectos da vida americana que fazem da ação um fim em si mesmo e que concebem os fins de maneira estreita e muito ‘praticamente’” (18).

Apesar das escusas de Dewey, é no individualismo egoísta da sociedade americana e nos propósitos de poder de seu Estado imperialista – disfarçados sob o discurso da “liberdade” e do “pioneirismo” – que podemos encontrar as motivações últimas do pensamento pragmático.

### Implicações do pragmatismo na consciência americana

Uma filosofia da ação prática individual: isso

é o pragmatismo americano. Nos primórdios esse pensamento ajudou os EUA a transpor obstáculos até se tornarem a maior nação do Planeta. O pragmatismo forneceu sustentação ideológica à idéia do indivíduo pioneiro e empreendedor – o *self-made man* norte-americano. Com isso, fez dos EUA uma nação empreendedora, voltada não para a reflexão, mas para a ação; não para o ascetismo, mas para a conquista.



Como ressalta Mangabeira Unger, o “impulso experimentalista” tem sido uma “poderosa força” na cultura americana (19). Não por acaso, a cultura prática dos americanos sempre exerceu fascínio sobre a escola marxista. D. Losurdo atenta para isso: “(...) é notório o fascínio que o taylorismo e o fordismo exerceram sobre Lênin e Gramsci. Bukárin vai ainda mais longe, em 1923: ‘precisamos

agregar o americanismo ao marxismo’. Um ano mais tarde, Stálin parece encarar o país (...) com tamanha simpatia, que fez um significativo apelo aos quadros bolcheviques: se desejam estar realmente à altura dos ‘princípios do leninismo’, devem saber assimilar ‘o senso prático americano’” (20).

Por outro lado, essa mesma mentalidade prática, a par dos avanços que foi capaz de proporcionar, revela hoje seus limites. Se o pragmatismo forneceu ao povo norte-americano essa “alta dose de energia realizadora”, é possível que o tenha feito ao preço de roubar-lhe boa parte da imaginação. Como afirma Mangabeira Unger, “Os EUA não são somente o poder predominante no mundo, mas, também, um poder que não está em contato imaginativo com o resto da humanidade (...) Esta falta de imaginação é fonte de um imenso perigo” (21).

A perda de poder imaginativo pode não ter sido o único “efeito colateral” causado pelo uso abusivo do “emplastro pragmático”. Com o passar do tempo, a inflação do culto à ação tornou os EUA uma nação – embora vivaz, pujante – sem alma, parca de um sentido maior de humanidade, incapaz de perceber que o objetivo último do ser humano não se encontra em quaisquer particularismos, mas no floresci-

mento multilateral da humanidade.

Amarrar a verdade à utilidade é uma boa estratégia quando se trata de fomentar o espírito prático. Mas é também algo que, com o tempo, provoca um encurtamento de horizontes da existência humana, horizontes estes que se encontram sempre além de nosso alcance imediato. Subsumir a verdade ao instrumental faz com que o ser humano viva à sombra de objetivos restritos, desprovido de um sentido de totalidade. E, sem esse sentido maior, a raça humana se desumaniza, dado que só ela é capaz de fixar motivos que vão além de sua própria existência. Peirce, talvez o menos pragmático dos pensadores pragmáticos, foi também o primeiro a perceber esse problema quando afirmou: “o pragmatismo não confere um único sorriso à beleza, à virtude moral ou à verdade abstrata; as três coisas que, sozinhas, elevam a Humanidade acima da Animalidade” (22).

Aferrado ao particularismo pragmático, o ser humano se perde, a aventura da humanidade se esvaia, a existência do Homem sobre a Terra fica carente de sentido. A “ação pela ação” traz a inquietude ao espírito humano, quebra o encantamento com o mundo ao reduzir o próprio sentido da existência a uma dimensão instrumental, levando a dilemas e impasses. Estes se manifestam no psiquismo dos indivíduos através de um sentimento de “vazio” e de uma intranquilidade latente, espécie de “câncer da alma” que – como todo câncer – não mata de imediato, produzindo ao contrário uma longa e lenta agonia do espírito pontuada por convulsões.

Desalentados por esse aterrador sentimento de “vazio” – “forma contemporânea do sofrimento”, como alerta o psicólogo Joel Birman – muitos indivíduos “tomam o caminho sem fim das compulsões, seja o consumo de drogas ilegais, ou dos psicotrópicos legais (os remédios de faixa preta), seja a obsessão por comida, pelo sexo ou pelo consumo” (23). No extremo, quando nem a cocaína ou o *prozac*, nem o açúcar ou os *shopping centers* funcionam, há ainda os que pegam uma arma de fogo e, sem que ninguém saiba explicar o porquê, matam várias pessoas em uma escola ou um cinema, suicidando-se logo após.

Fenômenos como esses, embora não sejam exclusividade da sociedade americana, encontram nela um ambiente “fértil” e privilegiado. Eles revelam de forma dramática os riscos que sobrevêm de uma sociedade governada, como diria Freud, pelo “Id” (desejo) – isto é, pelo pragmatismo radical e pelo empirismo em uma de suas formas extremas: a de uma filosofia da prática degenerada em apologia do ativismo cego.

É esse o processo cultural que temos assistido na

sociedade americana. Nela – acompanhando a conversão progressiva de um materialismo antes sadio, mas que desde sempre trouxe consigo os germes de um realismo torto e moribundo –, o espírito ativista de pioneirismo e inovação, que no passado já foi o “sonho americano”, tornou-se nos dias atuais uma longa e tormentosa sucessão de pesadelos.

*Fábio Palácio é jornalista, mestre em Comunicação e Semiótica. Este artigo contém trechos do ensaio “A ideologia americana”. Agradecimentos a Mariana De Gobbi Porto pela colaboração*

### Notas:

- (1) BRANDOM, ROBERT. *Iluminismo pragmático*. Disponível em: [http://portal.filosofia.pro.br/fotos/File/brandom\\_iluminismo.pdf](http://portal.filosofia.pro.br/fotos/File/brandom_iluminismo.pdf). p. 5.
- (2) Id. *Ibid.* p. 8.
- (3) APUD DEWEY, John. “O desenvolvimento do pragmatismo americano”. *Scientiae studia*. São Paulo, v. 5, nº 2, p. 230.
- (4) APUD DEWEY, John. *Op. Cit.* p. 238.
- (5) APUD DEWEY, John. *Op. Cit.* p. s 238-239.
- (6) DEWEY, John. *Op. Cit.* p. 234.
- (7) BRANDOM, ROBERT. *Op. Cit.* p. 8.
- (8) APUD SEMERARO, Giovanni. “Filosofia da práxis e (neo)pragmatismo”. *Revista brasileira de educação*. Rio de Janeiro, nº 29, mai/jun/jul/ago 2005. p. 29.
- (9) DEWEY, John. *Op. Cit.* p. 229.
- (10) SEMERARO, Giovanni. *Op. Cit.* p. 34.
- (11) DEWEY, John. *Op. Cit.* p. 240.
- (12) APUD DEWEY, John. *Op. Cit.* p. 231.
- (13) DEWEY, John. *Op. Cit.* p. 233.
- (14) Id. *Ibid.* p. 235.
- (15) Id. *Ibid.* p. 241.
- (16) ROSENTHAL, Sandra. “Pragmatismo americano clássico: uma visão geral sistemática”. *Cognitio: Revista de Filosofia*. São Paulo, nº 3, nov. 2002. p. 3.
- (17) BRANDOM, ROBERT. *Op. Cit.* p. 1.
- (18) DEWEY, John. *Op. Cit.* p. 230.
- (19) UNGER, Roberto Mangabeira. *O que a esquerda deve propor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 114.
- (20) LOSURDO, Domenico. *Liberalismo. Entre civilização e barbárie*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. p. 137.
- (21) UNGER, Roberto Mangabeira. *Op. Cit.* p. 107.
- (22) APUD HOUSER, Nathan. “Pragmatismo e a perda da inocência”. *Cognitio: Revista de Filosofia*. São Paulo, v. 4, nº 2, jul-dez 2003. p. 12.
- (23) CASTELLO, José. “O ser e o nada” – entrevista com Joel Birman. *Jornal Valor Econômico*. São Paulo, 24-11-2006.

# Renascimento

*civilizacional só é possível com o*

# *socialismo*

*A crise atual do capitalismo, cuja fase aguda iniciou-se em setembro de 2008, é consequência da aplicação, dos paradigmas liberais nas condições contemporâneas. A grande crise de 1929, com seus desdobramentos, decorreu da execução do modelo liberal exacerbado no final do século XIX. A essência da ideologia capitalista é o liberalismo em todos os sentidos*



RENATO RABELO

**O** capitalismo atual é mais liberal e mais monopolista

capitalismo pleno é assentado no padrão de acumulação liberal e num raio de ação cada vez mais planetária. Para o capital não deve haver fronteiras, regulamentação ou planos pré-definidos. Porque em

sua lógica intrínseca, objetiva, vence o competidor que somar maior lucro em maior escala, alcançar o lucro máximo. Por isso, não importa que se obtenha lucro maior fora do plano da produção, somente na esfera financeira. Aliás, isto é o ideal. No plano da produção o lucro médio tende a cair, como indicava o curso econômico nas décadas de 1960 a 1980. Assim, as crises atuais culminam com o empoçamento volumoso de papéis acima do valor real, uma sobreacumulação de capitais num gigantesco movimento de capital fictício.

O período pós-Segunda Guerra Mundial, no qual o capitalismo passou a ser regulamentado e compartimentado, é uma exceção na sua trajetória histórica. Essa foi uma resposta a um período de reconstrução, derivada da destruição econômica iniciada em 1929, e exacerbada pela guerra. E, também, diante da força do crescimento das idéias e da prática socialistas nas décadas de 1930 e 1940.

Pelos longos séculos de existência do capitalismo ele não pode retroceder da sua fase plena, que é liberal e monopolista. Quer domar o capitalismo com regulamentos e normas, em âmbito mundial e nacional, encontra ainda guarida apenas entre os denominados *keynesianos e neo-keynesianos*, que pensam repetir nas condições atuais o sucedido no pós-guerra, quando então as condições eram distintas. Ou os que pensam ser possível diante do enorme estrago, apaziguar as consciências, reformando o liberalismo, como se fosse possível estabelecer um “grau de regulação” para o sistema financeiro globalizado.

### A Crise – criatividade para salvar o grande capital

É cada vez mais irreversível – diante da natureza plena alcançada pelo sistema capitalista – retirar o mercado do centro, como distribuidor de renda e riqueza e ordenador da sociedade, “domesticar” a globalização financeira, ou poder superar a força da moeda mundial conversível predominante, ancorada no poder da potência hegemônica, por uma moeda internacional prevalecente.

Hoje os ideólogos do capitalismo sabem que, em sua “terceira idade”, ele não é capaz de repetir o que fazia na juventude ou na maturidade. Querem que a humanidade viva eternamente sob a ordem instável e predadora desse sistema, encobrendo sua

senilidade. Numa “tacada de mestre”, encontram a “teoria” para justificar vida eterna do capitalismo: dizem, “está no DNA do capitalismo a **destruição criativa**” (Editorial do jornal *O Globo* – 30-11-2008) e explicam seu achado cabal – isto é “a capacidade de gerar desequilíbrios em busca de novos pontos de equilíbrio”. Bravo! São desequilíbrios destrutivos virtuosos. O capitalismo está a salvo, viverá para sempre! E mais, é evidente que o Estado, bem dito o Estado do capitalismo monopolista, tem seu papel decisivo, como em toda “a história das crises financeiras”. Agora, novamente, o Estado é o “**empresador de última instância**, de recursos, é claro, do contribuinte” para redimir o capitalismo. O Tesouro dos EUA já tem em sua conta total de gastos a soma de 8 trilhões de dólares para salvar o grande capital. Portanto, quem disse que o Estado na visão liberal não tem papel decisivo na economia? Só pode ser gente que pensa ser estúpido, ou simplesmente pragmático, o velho e curtido liberalismo.

Essas “teorias” demonstram que o capitalismo não sai da cena da história espontaneamente. As classes dominantes capitalistas não vão arrear pé de seus arraigados privilégios de dominação e exploração da maioria do povo. Na realidade, a ordem imposta por uma potência hegemônica capitalista (a Holanda superada pela Inglaterra e, esta, pelos EUA), com sua moeda mundial predominante,

vem prevalecendo na história desse sistema, e não serão apelos contritos por uma moeda internacional que mudarão tal situação; o Estado capitalista continuará a ser, em verdade, o **salvador de última instância** dos senhores dominantes capitalistas; a destruição continuará a ser **criativa** para reviver os grandes detentores do capital.

### A Crise – destrutiva para os trabalhadores e povos

Da crise o que fica para os trabalhadores e as massas populares, a maioria do povo, como em toda crise de grande porte do capitalismo? Destruição de imensas forças produtivas, desemprego aberto, perda de direitos, diminuição da renda do trabalho, mais camadas da população deserdadas, perdas e restrições às aposentadorias. A resultante de toda crise capitalista é mais concentração e centralização do capital, aprofundamento das desigualdades em todos os pla-

Somente 4 horas de trabalho diário, durante 3 a 4 dias na semana, permitiria o acesso ao emprego de toda população ativa e maior tempo para o lazer e a dedicação ao saber e à cultura

nos nacional e entre os países no mundo.

A verdade da nossa época é que o capitalismo já não comporta mais as imensas forças produtivas geradas em seu bojo. Por exemplo, cálculos demonstram que o nível do domínio científico alcançado e da aplicação tecnológica atual, e das modernas ferramentas de trabalho construídas e em constante desenvolvimento, já permite objetivamente uma crescente produtividade do trabalho. Somente 4 horas de trabalho diário, durante 3 a 4 dias na semana, permitiria o acesso ao emprego de toda população ativa e maior tempo para o lazer e a dedicação ao saber e à cultura.

### A Alternativa necessária e viável é o socialismo

Esse avanço civilizacional não é possível nos marcos das relações de produção, de propriedade, de consumo, gerados pelo capitalismo e da sua ordem mundial imperante; da sua relação devastadora com o meio ambiente. Somente um novo sistema de relações de produção e de poder democrático e popular – no âmbito de ampla frente mundial que congregue trabalhadores, povos e países que lutam por sua soberania – será capaz de encontrar as soluções de fundo, superando as crises capitalistas e sua constante destruição e o retrocesso social.

Esse novo sistema é o socialismo, que se iniciou com as primeiras experiências no século passado, que se encontra no seu nascedouro histórico e, por isso, carente de incorporar ensinamentos e lições dos seus primeiros passos e acumular forças para florescer amplamente, como toda formação econômica e social que prevaleceu na história.

A consciência política e social mais avançada que

progredir com a luta de classes – da maioria dominada e explorada contra as classes dominantes –, que se reflete na luta política, acumula forças para a transformação revolucionária. Essa consciência avançada não aceita e luta contra o sistema que sobrevive numa lógica cruel permanente de destruição e reconstrução com retrocesso social, deixando um cortejo de mais desigualdades e exclusão social; que é incapaz de utilizar o trabalho vivo existente exacerbando o desemprego estrutural; que é incapaz de distribuir renda e garantir de forma universal e com qualidade saúde, educação e moradia; que é incapaz de reduzir o fosso que separa o nível de desenvolvimento entre os países capitalistas ricos e os demais.

A luta ideológica e política avança com a história e o novo tempo é que revela os limites e o esgotamento das formações econômicas, sociais e políticas do capitalismo. O triunfo do liberalismo era bradado e ecoava por toda a década de 1990. Peremptoriamente se vaticinava: o socialismo “morreu”!

O desastre do liberalismo não tardou e teceu outra grande crise do capitalismo, acumulando profundos impasses para o avanço civilizacional da humanidade. Nele não há saída de fundo, a não ser soluções parciais que agravam mais ainda a esgarçada ordem social.

O socialismo ressurge como a alternativa necessária e viável. Este é o novo sistema econômico e social histórico que pode comportar o estágio contem-

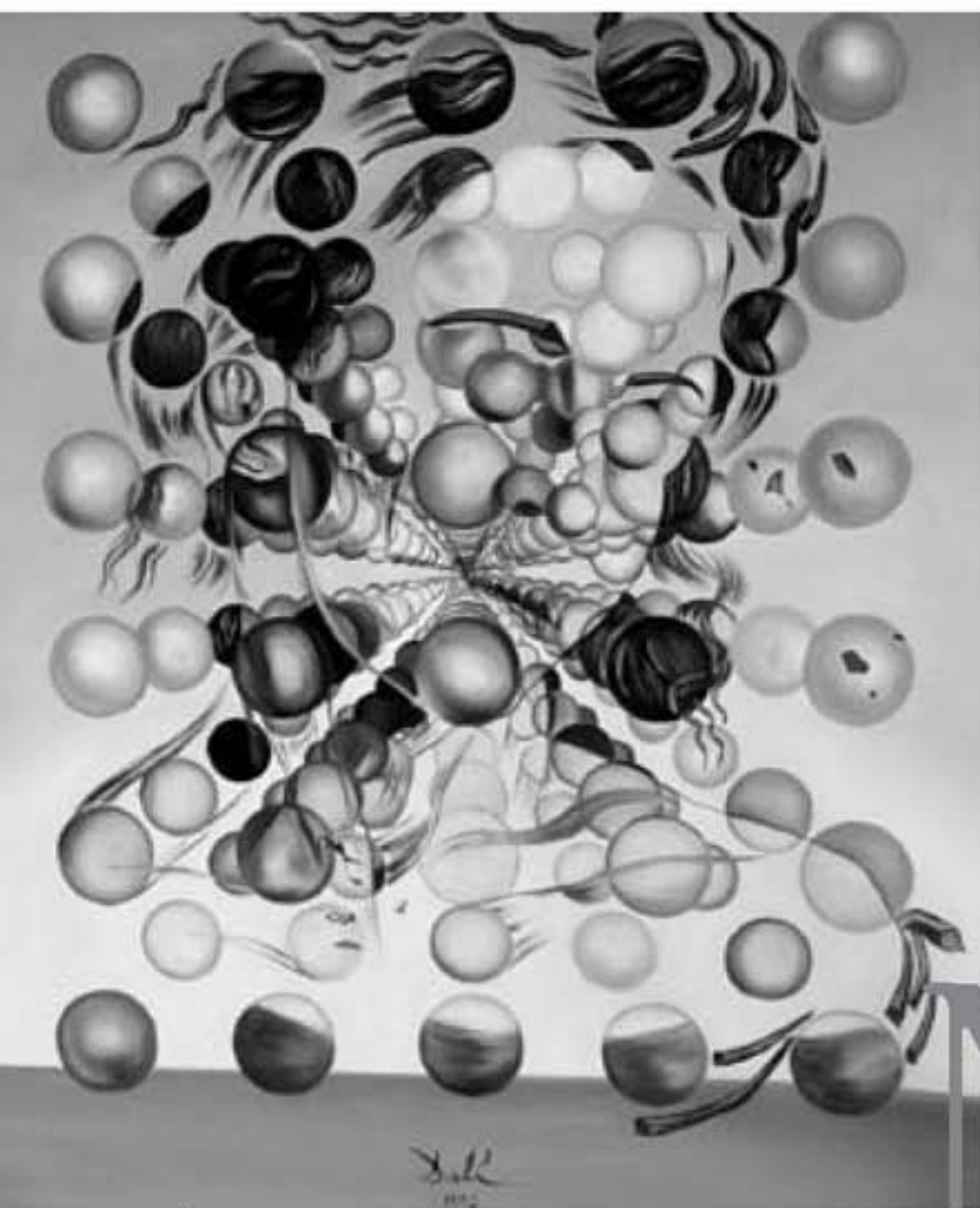
porâneo de desenvolvimento das forças produtivas modernas, superando os impasses históricos do capitalismo e abrindo caminho para uma nova era de renascimento civilizacional e bem-estar para os povos e nações.

*Renato Rabelo é presidente do Partido Comunista do Brasil*



# Tempos de *crise*, necessidade de *transformações*

DILERMANDO TONI



*“Toda crise descarta o convencional,  
arranca as envolturas exteriores, varre o caduco,  
trás à tona os impulsos e forças mais profundos”.*

*Lênin, 1916.*

**N**ão é empreitada muito simples analisar o curso da crise do sistema capitalista. Exige certo domínio da base teórica marxista, abertura de espírito para captar as características mais importantes do capitalismo atual, critério para separar entre as montanhas de dados disponíveis aqueles que podem indicar as principais tendências, sempre contraditórias, de desdobramento da situação política, econômica e social. Tudo isto em escala mundial e brasileira, visando o que é mais importante – muito mais que as proclamas de princípio –, tirar as consequências para a ação política concreta, transformadora, que aponte para o socialismo. Contam neste labor as infindáveis horas de leitura, as visitas a cen-

tenas de sites, as polêmicas ásperas com aqueles que ou exageram ou minimizam a crise e seus efeitos.

Muito mais difícil, porém, é a situação daqueles setores sociais de trabalhadores, proletários e semi-proletários, que sentem dia a dia a piora de sua situação com o agravamento da crise. Algo tenebroso, que a frieza dos números não consegue contemplar. Numa noite deste começo de dezembro, me deparei com um catador carroceiro conduzindo seu material para reciclagem. Mais um entre os muitos milhares que vivem desta importante atividade informal na cidade de São Paulo, não teria me chamado a atenção não fosse a altura da carga que, com muita dificuldade, levava. Abordei-o com as mais variadas perguntas. Disse ele, em suma, que após setembro, os preços dos materiais recolhidos para reciclagem caíram vertiginosamente, todos, papel branco, ferro, aço inox, cobre, latão, alumínio. Com aquela carga de cerca de 700 kg, conseguiria agora não mais que R\$ 50,00 quando, antes de setembro alcançaria facilmente R\$ 120,00. Então, para compensar, teria que buscar cargas maiores e mais selecionadas. A penúria daquele homem é uma descrição viva e precisa da crise capitalista.

### Previsões do FMI

Esta manifestação concreta na “ponta da rama” mostra que a partir de setembro houve uma mudança de qualidade na extensão e na profundidade da crise econômica e financeira do capitalismo. De lá para cá os indicadores não pararam de piorar. O FMI já em novembro reviu as projeções divulgadas em outubro no seu Panorama da Economia Mundial. Pela primeira vez, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, está prevista para 2009 uma taxa negativa para o PIB do conjunto das economias desenvolvidas (- 0,3%). Tabela (1)

No centro da crise, os EUA encontram-se em plena recessão. Em novembro, 533 mil postos de trabalho foram eliminados, perfazendo desde janeiro um total de 1,9 milhão de trabalhadores despedidos. As chamadas três grandes da indústria automobilística, GM, Ford e Chrysler, estão à cata de US\$ 34 bilhões de dinheiro dos consumidores, para serem salvas da extinção. O Citi Group, outro em-

blema do capitalismo norte-americano, conseguiu arrancar do governo dos EUA US\$ 20 bilhões em dinheiro vivo e mais US\$ 300 bilhões em garantias, evitando assim a falência. O mercado imobiliário continua se afundando. Há uma série de furos de tradicionais órgãos de imprensa; bem entendido, não furos jornalísticos e sim nos seus balanços. As ações da Bolsa de Nova Iorque continuam se desvalorizando. Algo semelhante acontece nos países da chamada Euro-área e no Japão. A paralisação do crédito atinge em cheio a economia real. A particularidade da crise atual está no fato de que não há, no sistema produtivo capitalista, condições para extrair a massa de mais-valia suficiente para satisfazer as expectativas estratosféricas de lucros embutidas nos papéis do mercado futuro, desmascarando assim toda a ficticidade deles. Dizia Marx que, quando estes papéis se tornam invendáveis, fica claro seu caráter de “representantes nominais de capitais inexistentes”.

Até o final de novembro o governo dos EUA já havia realizado gastos de US\$ 3,180 trilhões e assu-

<b>As previsões do FMI – novembro de 2008</b>				
	Ano a ano (%)			
	2006	2007	Projeções	
	2006	2007	2008	2009
<b>Produção mundial</b>	5.1	5.0	3.7	2.2
<b>Economias desenvolvidas</b>	3.0	2.6	1.4	-0.3
EUA	2.8	2.0	1.4	-0.7
Zona do Euro	2.8	2.6	1.2	-0.5
Alemanha	3.0	2.5	1.7	-0.8
França	2.2	2.2	0.8	-0.5
Itália	1.8	1.5	-0.2	-0.6
Espanha	3.9	3.7	1.4	-0.7
Japão	2.4	2.1	0.5	-0.2
Reino Unido	2.8	3.0	0.8	-1.3
Canadá	3.1	2.7	0.6	0.3
<b>Outras Economias desenvolvidas</b>	4.5	4.7	2.9	1.5
<b>Economias asiáticas recém-industrializadas</b>	5.6	5.6	3.9	2.1
<b>Economias emergentes e em desenvolvimento</b>	7.9	8.0	6.6	5.1
Rússia	7.4	8.1	6.8	3.5
China	11.6	11.9	9.7	8.5
Índia	9.8	9.3	7.8	6.3
Oriente Médio	5.7	6.0	6.1	5.3
Brasil	3.8	5.4	5.2	3.0
México	4.9	3.2	1.9	0.9
<b>Volume do comércio mundial (bens e serviços)</b>	9.4	7.2	4.6	2.1
<b>Importações</b>				
<b>Economias desenvolvidas</b>	7.5	4.5	1.8	-0.1
<b>Economias emergentes e em desenvolvimento</b>	14.9	14.4	10.9	5.2
<b>Exportações</b>				
<b>Economias desenvolvidas</b>	8.4	5.9	4.1	1.2
<b>Economias emergentes e em desenvolvimento</b>	11.2	9.6	5.6	5.3

mido compromissos da ordem de US\$ 5,380 trilhões em operações de salvação de bancos e empresas, num total de US\$ 8,5 trilhões, colocando à mostra a função real do Estado capitalista. Para se ter uma idéia do volume desta operação de socorro até o momento, é bom compará-lo aos US\$ 115 bilhões (em dólares de 2008) gastos no Plano Marshall com o qual os EUA financiaram durante quatro anos a recuperação da Europa no pós-guerra. Esta crise tem levado a uma crescente concentração e centralização do capital privado de um lado e, de outro, a uma fusão (o termo é bem este) de capital público com o privado em benefício deste último. Parece que foram enviadas para muito além do inferno as prédicas neoliberais do Estado-mínimo e do mercado auto-regulado.

### O contexto mundial da crise

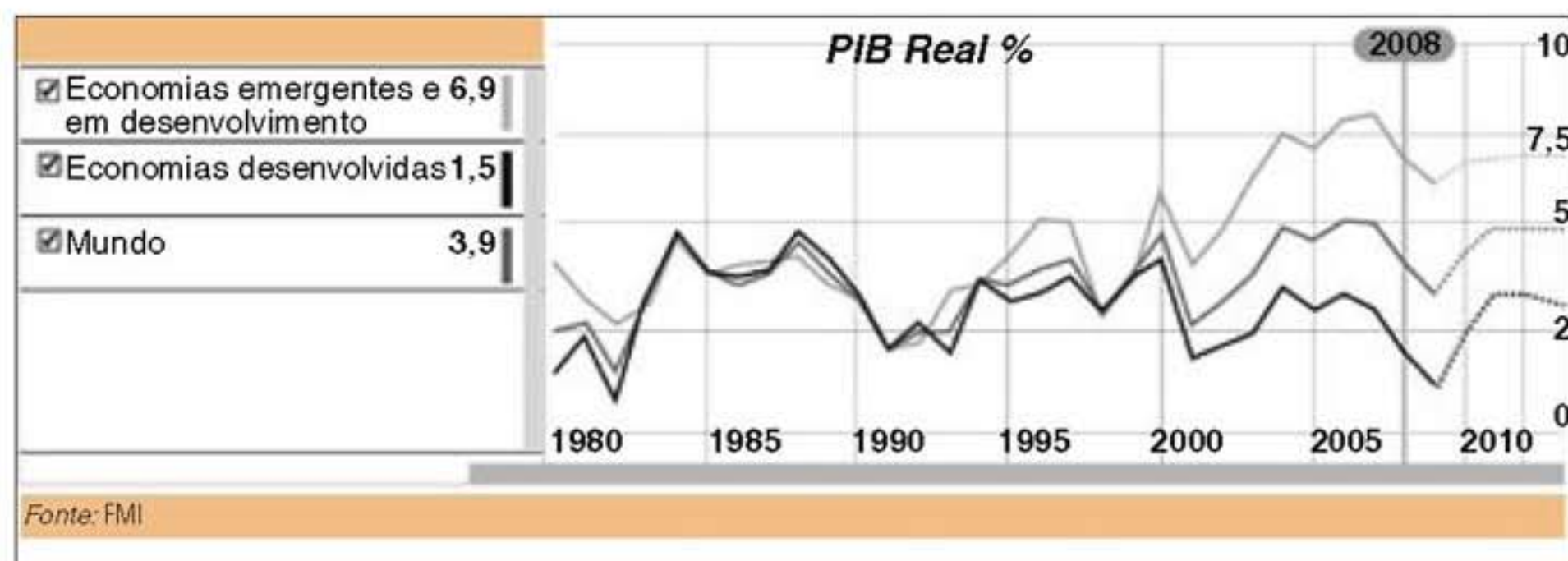
Os dados do FMI mostram ainda que para 2009, não está prevista uma recessão para os países em desenvolvimento ou emergentes (2), mas, por enquanto, uma desaceleração de certa gravidade. A média de crescimento dos países seria de 5,1% contra 6,6% de crescimento em 2008. A tendência ao distanciamento das taxas de crescimento entre economias desenvolvidas de um lado, e economias em desenvolvimento de outro lado, acentuou-se a partir do início do século atual conforme mostra o gráfico do FMI. Em um mundo sob crise profunda, a China socialista, em 2009, deverá crescer a uma taxa de 8,5% em relação ao ano que está findando. A Índia, pouco mais de 6% e o Brasil e a Rússia, algo em torno de 3%. A comparação do PIB pela paridade do poder de compra (PPP, sigla em inglês) – mais aproximado da realidade que o PIB nominal – mostra o avanço do chamado mundo em desenvolvimento, conforme a tabela, a seguir.

Isto acontece porque a dinâmica contraditória

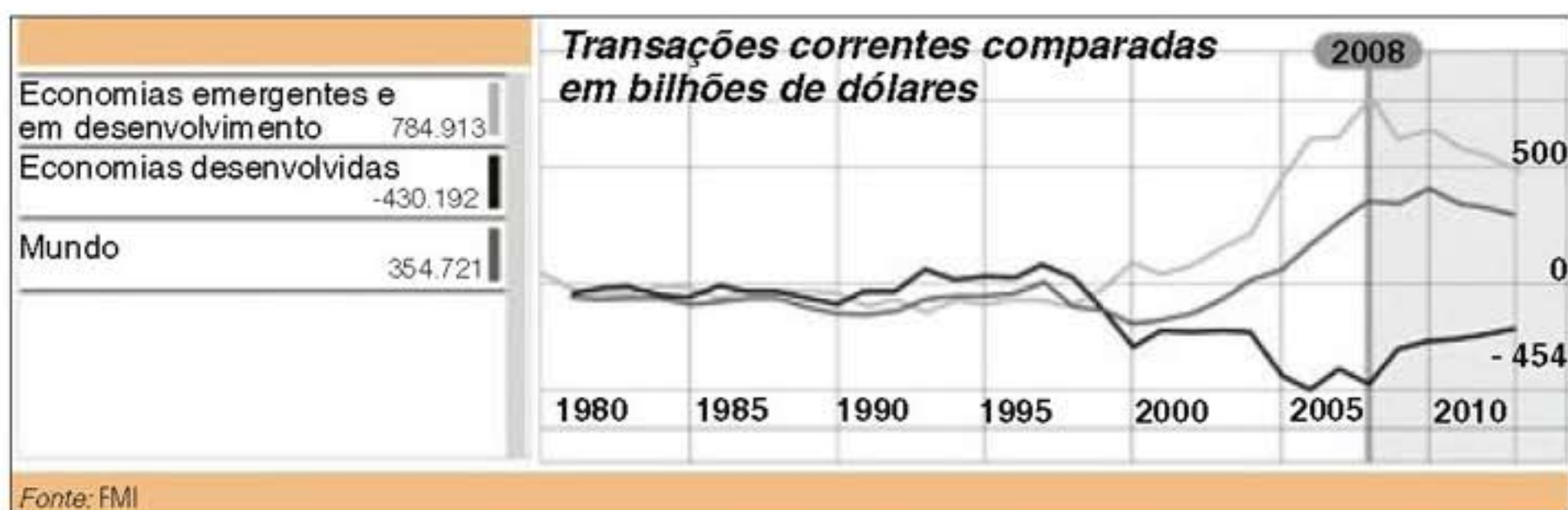
de funcionamento do capitalismo financeirizado e neoliberal acabou por criar uma situação nova na economia mundial na qual vários importantes pa-

<b>Os 10 maiores PIBs baseados no PPP* - 2008 -</b>	
Países selecionados	PIB/PPP US\$trilhões
EUA	14,334
China	7,890
Japão	4,405
Índia	3,305
Alemanha	2,919
Federação Russa	2,285
Reino Unido	2,231
França	2,125
Brasil	1,975
Itália	1,821
* Paridade do Poder de Compra	
Fonte: FMI	

íses da chamada periferia do sistema têm alcançado taxas médias de crescimento muito superiores às dos países de capitalismo desenvolvido. Alguns destes países, com base em superávits comerciais crescentes, ficaram bem menos vulneráveis nas suas contas externas passando de devedores a credores, o que lhes permitiu inclusive criar Fundos Soberanos estatais com os quais agem na economia internacional comprando ativos financeiros e ativos reais. Considere-se ainda o fato de que fontes das principais matérias-primas e de energia estão ali concentradas, assim como a capacidade nuclear de alguns deles, para explicar o surgimento de novos







pólos econômicos e políticos no mundo, a partir da periferia. Potências regionais, no caso do Brasil, da Índia, da Rússia e mesmo do Irã e da África do Sul. E uma grande potência, de âmbito mundial, no caso da China socialista.

Este fato inédito é que permite que potencialmente os países em desenvolvimento atuem como contra-tendência ao efeito devastador da crise emanada dos países ricos, sobretudo dos EUA. Para que isto se tome realidade é necessário que se forme uma ampla frente, de âmbito mundial, envolvendo os trabalhadores, povos e aqueles países que buscam um desenvolvimento soberano. Uma frente de caráter contra-hegemônico, de combate à crise e em busca de construir uma alternativa à solução tradicional do imperialismo em crise, que é aumentar a exploração dos trabalhadores, o saque das riquezas e a pilhagem especulativa (moderna) dos países mais fracos. O desenvolvimento destas contradições poderá acentuar o declínio do império norte-americano o que, junto à ascensão de outras potências indica o desenvolvimento da tendência objetiva a um quadro internacional multipolar. Mais tenso, disputado e conflituoso; porém mais equilibrado, o que é benéfico à luta pelo socialismo.

Estas crises são inerentes ao capitalismo. Elas têm o poder de desnudar os limites e insustentabilidades do sistema e, no caso concreto, de recolocar em cena a discussão da alternativa socialista, que parecia démodé após a queda da URSS e do Leste Europeu. Mais que isto, do ponto de vista prático, coloca-se em xeque a ideologia dominante que não permite explicar porque a China se encontra hoje em situação mais favorável para enfrentar esta crise (ou a crise asiática de 97/98). Fica mais difícil omitir o fato de que o país optou por um outro sistema político e econômico o qual, apesar de ainda embrionário, torna visíveis as diferenças entre o capitalismo e o socialismo.

### Que formato terá esta crise?

O agravamento continuado da crise tem provocado acaloradas discussões sobre qual seria sua magnitude e duração e, portanto, qual o seu formato gráfico. Teria a forma de V, ou seja, após o ponto mais baixo uma recuperação teria início de imediato, no início de 2010; ou a de um U onde a recuperação sobreviria depois de dois ou três anos? É da tradição da economia política marxista considerar que a reprodução capitalista tem caráter cíclico e que o ciclo é o período que vai do começo de uma crise a começo da crise seguinte. Este ciclo tem quatro fases. Crise, caracterizada pela superprodução relativa, diminuição brusca dos preços, queda das bolsas, falências, redução acentuada na produção, desemprego e arrocho salarial. Depressão, aqui entendida como um período de estancamento ou estado de languidez da atividade econômica. Reanimação e depois auge, quando a produção está em crescimento, novas empresas são criadas, preços em alta e bancos dispostos a emprestar. No auge, a especulação faz subir os preços e fomenta desmesuradamente a demanda de mercadorias, o crédito encobre ainda mais a superprodução.

Críterios adotados pelo National Bureau of Economic Research (NBER) dos EUA podem ajudar na determinação dos momentos-chave da atividade econômica – auge (peak), recessão, depressão (trough) e expansão, segundo o Bureau – utilizando-se de parâmetros mais amplos tais como indicadores de produção, emprego, renda real e outros. Por estes critérios a economia dos EUA entrou em recessão a partir de dezembro de 2007 e a crise poderia ter, por enquanto, a forma de um L, cujo tamanho da base não se pode prever, já que não há sinais que possam indicar uma recuperação a curto ou médio prazo.

## Brasil, o momento é para mudança

Prestando atenção ao gráfico que compara o crescimento real do PIB dos países de economia desenvolvida com o crescimento dos países em desenvolvimento, vai se perceber que, se as distâncias entre as duas curvas aumentam, elas continuam tendo praticamente a mesma trajetória, ou seja, quando uma cai a outra também cai; quando uma sobe, acontece o mesmo com a outra. Isto quer dizer que o descolamento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, é relativo em geral, e muito mais relativo no caso brasileiro por causa do hibridismo da orientação econômica até aqui adotada pelo governo Lula. Desenvolvimento de setores do governo convivendo contraditoriamente com a ortodoxia neoliberal do Banco Central do Brasil.

No último trimestre de 2008 e durante 2009, os efeitos negativos de tal dualidade devem se fazer sentir de maneira mais acentuada. A taxa de crescimento prevista para 2009 é a metade da de 2008 o que trará perdas de direitos aos trabalhadores. Não se pode enfrentar efetivamente a crise se o Banco Central pratica a taxa de juros reais mais alta do mundo e insiste em tal orientação, quando por todo o mundo tais taxas vão sendo reduzidas pela autoridade monetária, visando a retomada do crescimento.

Nenhuma justificativa se apresenta concretamente à decisão do último dia 10 de dezembro quando o BC resolveu manter a Selic em 13,75% ao ano. Isto anula esforços meritórios que se tem feito para desobstruir o crédito e estimular a produção e o consumo. Por outro lado, se agora o câmbio tem se desvalorizado, como de há muito se reivindicava, isto fica praticamente neutralizado pelo efeito da queda da demanda mundial e da redução brutal no preço das commodities.

O fato é que, ao se somar o fraco desempenho da balança comercial com as vultosas remessas de lucros e dividendos, através dos quais as filiais das transnacionais procuram socorrer suas matrizes com a fuga de dólares fruto da especulação cambial, chega-se a um resultado muito preocupante. As transações correntes do balanço de pagamentos já se apresentam crescentemente deficitárias. O agravamento deste quadro poderá resultar em mais uma crise cambial, tormenta conhecida dos brasileiros há tempos. Os gráficos ajudam a compreender a gravidade da situação.

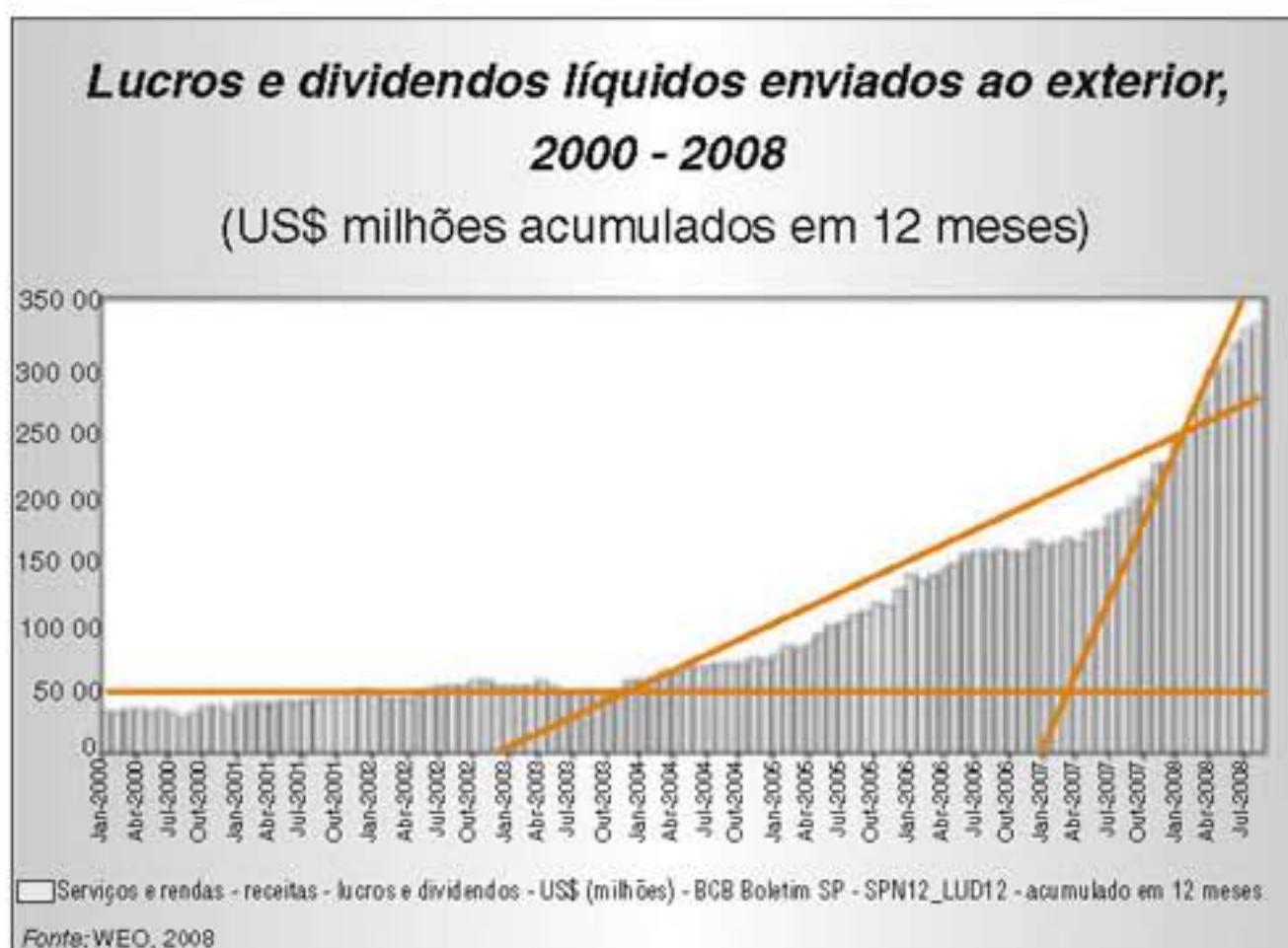
A crise é um momento de tensões, de sofrimentos, de perdas, mas que, no entanto, abre oportunidades de mudanças. Já está pautando boa parte da discussão política em curso no país e deverá marcar o debate sucessório. O oportunismo das forças



conservadoras de oposição, ao utilizar argumentos falaciosos sobre a crise, deveria servir de alerta para a necessidade de mudanças efetivas na política macroeconômica do país. Com isto seria possível impedir a utilização deste discurso como base da pretensão de voltar ao centro do Poder nas eleições gerais de 2010. Por que é mesmo que o presidente Lula não rompe com a orientação macroeconômica até aqui adotada? Ela ainda "está dando certo"? Falta-lhe apoio popular? Faltam-lhe nomes à altura para substituir Henrique Meirelles e sua equipe na direção do Banco Central? Ou falta-lhe ver que, num momento como

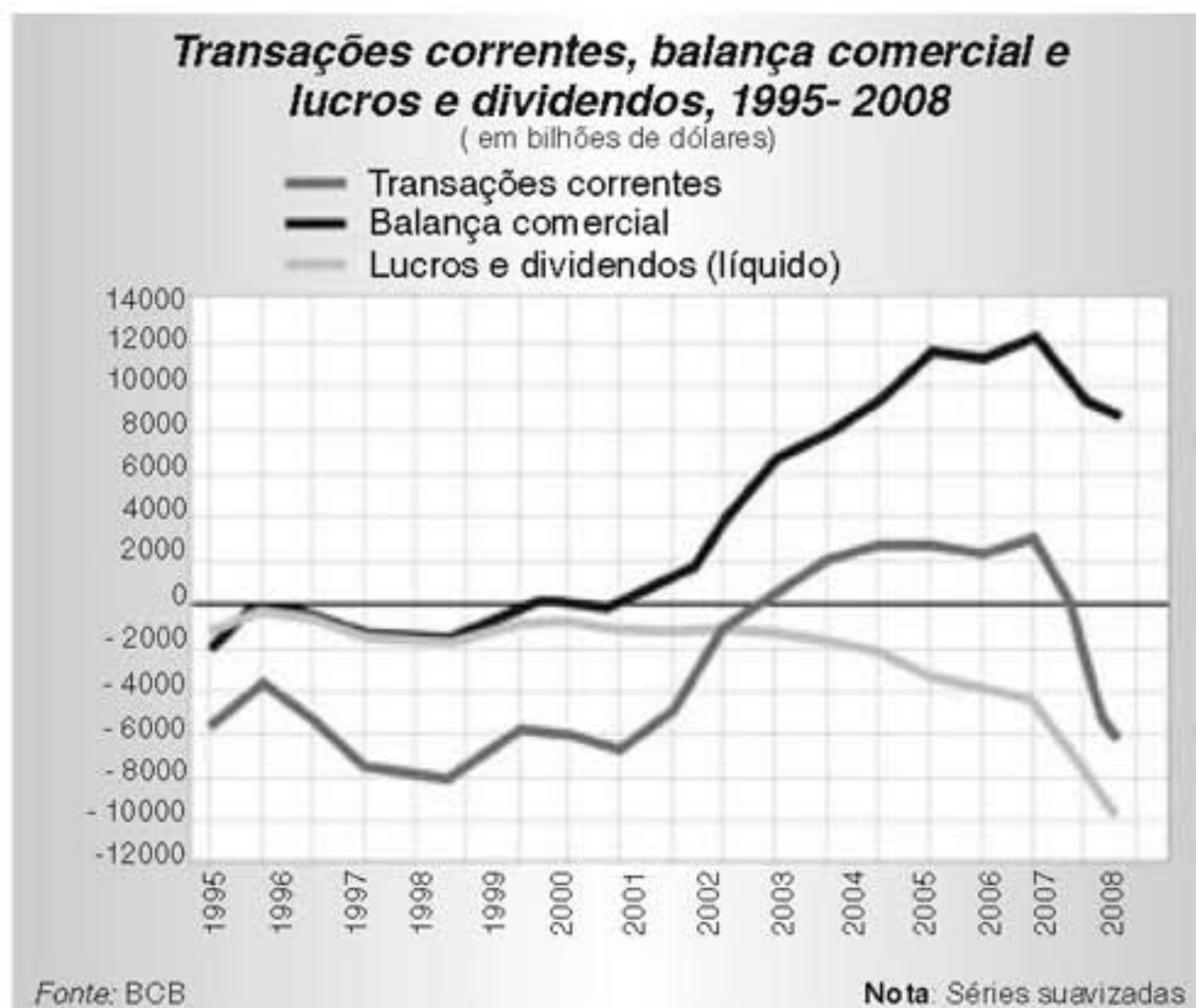
este, sem romper com os fabulosos privilégios dos especuladores e rentistas, não se pode fazer o omelete do desenvolvimento e impedir que o sofrimento dos milhões de nossos carroceiros se aprofunde?

As forças políticas transformadoras, em especial os comunistas, têm um papel central a cumprir neste momento decisivo da vida nacional. Junto com os movimentos sociais, defenderão de forma



consequente o desenvolvimento da economia nacional e não permitirão que os trabalhadores paguem o ônus da crise. A hora é de avançar, com amplitude, com medidas políticas e programas mais progressistas.

*\* Dilermando Tomi é jornalista e membro do Comitê Central do PCdoB.*



**Notas**

- (1) Trinta e um países são considerados pelo FMI como economias desenvolvidas. Entre estes estão, além dos países do G-7, alguns que, a rigor, são economias capitalistas medianamente desenvolvidas, tipo Coréia do Sul, Eslovênia, Taiwan, província da China, Portugal, Nova Zelândia etc.
- (2) Neste grupo estão incluídos 142 países de diferentes níveis de desenvolvimento. O total dos dados do FMI abarca, portanto 173 países

# No centro da engrenagem

MARIANA JOFFILY

*A distância de quase quarenta anos do início da Operação Bandeirante e do DOI-CODI, criados para repressão das organizações de esquerda do Brasil, torna ainda mais evidente a truculência e a arbitrariedade do emprego de práticas inquisitoriais e, sobretudo, da tortura pela polícia. A marca deixada pelo sistema DOI-CODI, entretanto, está longe de ser superada*

Oswaldo Guayasamín



**D**e 1964 a 1985 o Brasil viveu sob uma ditadura militar. Em dezembro de 1968 foi aprovado o Ato Institucional nº 5, trazendo uma série de medidas autoritárias que abriram espaço para o reforço do aparelho repressivo do país. Nesse contexto, em julho de 1969, foi criada, pelo Exército brasileiro, a Operação Bandeirante, conhecida como Oban, com a ajuda financeira de empresários paulistas e representantes de empresas multinacionais. Seu objetivo consistia em destruir, ou pelo menos neutralizar, as organizações de esquerda, especialmente aquelas que efetuavam uma oposição armada à ditadura militar. Esse novo órgão, com nome de operação, trazia duas grandes novidades. A primeira era conjugar atividades de segurança ou repressão com operações de informação. A segunda consistia em reunir agentes das diversas forças policiais (polícia militar, polícia civil, Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS) e das Forças Armadas.

O novo órgão recebeu em suas fileiras um contingente importante de policiais provenientes da Divisão Estadual de Investigações Criminais (DEIC), célebre pela crueldade de seus métodos de inter-

rogatório de presos comuns. A experiência investigativa da polícia, que contava com todo um saber acumulado em técnicas de tortura, foi absorvida e incorporada à lógica militar de repressão interna.

Após um ano de intensas atividades, a Operação Bandeirante foi considerada um grande sucesso por seus resultados na repressão às organizações da esquerda armada. No segundo semestre de 1970 a Oban foi institucionalizada e expandida para os principais capitais do país através da criação do sistema DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) (1). Ao CODI cabiam a coordenação e o planejamento da repressão política e ao DOI efetuar as operações propriamente ditas.

O DOI, cuja sigla evoca propositalmente dor, funcionava essencialmente sobre um tripé: a captura ou sequestro de suspeitos de atividades políticas de esquerda (efetuado pela Equipe de Busca), o interrogatório sob tortura (realizado pela Equipe de Interrogatório Preliminar) e a análise de informações contidas nos documentos apreendidos aos militantes ou nos interrogatórios (feita pela Equipe de Análise de Informações).



**M**inha pesquisa baseou-se no estudo desses interrogatórios preliminares. Por que preliminares? Porque eram os realizados numa fase anterior à instauração do Inquérito Policial Militar. (É preciso explicar que nesse período os chamados delitos políticos eram punidos não pela Justiça Civil, mas pela Justiça Militar, por serem enquadrados como crimes que atentavam contra a Segurança Nacional. Por isso, seu julgamento era realizado por uma instância particular, o Tribunal Militar, anteriormente constituído para lidar apenas com crimes cometidos por militares.)

Então o processo se dava da seguinte maneira: um suspeito de realizar atividades políticas de esquerda ou de oposição ao governo era preso – sem mandado judicial –, interrogado sob tortura por vários dias, semanas ou meses, até que seus depoimentos fossem considerados satisfatórios, e depois enviado ao DOPS, juntamente com a transcrição de seus depoimentos. Ao DOPS cabia realizar as tarefas cartoriais. Seus agentes faziam um novo interrogatório – oficial, mas baseado inteiramente nos interrogatórios realizados pelo DOI – e abriam o inquérito, posteriormente enviado à Justiça Militar. Caso as declarações prestadas no DOPS

não coincidissem com os interrogatórios do DOI, o preso político era reenviado para o DOI para ser novamente inquirido.

Não há, hoje em dia, nenhuma documentação da Oban ou do DOI disponível para pesquisa, a não ser aquela encontrada no arquivo do DOPS. A documentação com a qual trabalhei está contida no Dossiê 50-Z-9, parte da Série *Dossiês*, que integra o arquivo do DOPS de São Paulo, conservada pelo Arquivo do Estado. Para quem se interessa por esse tema, essa documentação está totalmente aberta à pesquisa.

**O**s interrogatórios preliminares obedecem a um modelo determinado. Iniciam-se por um cabeçalho onde constam o nome do interrogado, seguido de seus codinomes, o nome da equipe de interrogatório, a data e o horário de início e de fim da sessão. São escritos dentro de uma fórmula

específica, sempre na terceira pessoa *“disse que”*, *“acrescenta que”*, de modo que a fala do interrogado fica em permanente suspeição, como num boletim de ocorrência. As perguntas não são transcritas, portanto, o que se lê parece ser a transcrição fiel da fala do interrogado, num monólogo sem interrupções. Uma leitura mais atenta, entretanto, permite perceber uma série de operações realizadas no ato de transcrição do interrogatório que revelam como os agentes do órgão incitavam a fala do depoente numa ou noutra direção, e como inscreviam esse depoimento dentro de uma determinada moldura discursiva. Vejamos algumas delas.

Muitas vezes as declarações do depoente são formatadas em frases feitas. Encontramos uma mesma frase com versões muito próximas no depoimento de vários militantes de esquerda. Como, por exemplo: *“declara que nunca foi preso e nem processado e nunca se envolveu em política de qualquer espécie”* ou *“declara que nunca foi preso nem processado por crimes de quaisquer natureza”*. Em outros casos, a resposta é transcrita a partir da pergunta, como se esta fizesse parte da fala do depoente, exemplo: *“declara que nunca tomou parte, promoveu ou aliciou qualquer elemento a assistir reuniões de cunho subversivo”*.

Nota-se também que algumas passagens são resumidas. Ou, com maior frequência, dados complementares são adicionados às declarações. Assim, onde havia apenas um codinome, passava a haver o nome completo do militante citado, onde uma reunião era mencionada acrescentava-se a data precisa de sua realização.

Entre os mecanismos de apropriação da fala do interrogado, tem destaque a sobreposição de termos típicos do jargão da polícia sobre termos empregados preferencialmente pelos militantes de esquerda. Assim, o militante transforma-se em “subversivo”, o guerrilheiro em “terrorista”, o companheiro(a) em “amásio”, o órgão repressivo em “órgão de segurança”. As ações também se transfiguram: recrutar para a organização passa a ser “aliciar”, conscientizar vira “doutrinar”, expropriar torna-se “assaltar”. Muitas passagens mesclam expressões dos dois universos, causando estranheza ao leitor ao deparar-se com descrições, por parte de presos políticos, de processos de “aliciamentos” de “fami-gerados subversivos”.

Outro elemento significativo dessa apropriação pode ser encontrado nas situações em que o depoente parece aceitar a moldura discursiva dos interrogadores, respondendo às questões em conformidade com ela. Percebe-se em alguns depoimentos a intenção do depoente no sentido de se conformar a certo padrão de raciocínio dos interrogadores, aceitando seu enquadramento – seja como estratégia ou por estar realmente arrependido. Declarações como *“reconhece ter sido um imbecil por ter guardado o material sem saber do que se tratava”*, ou *“que foi totalmente iludido pelo amigo”*, ou ainda *“que foi bom o declarante ter sido preso agora, porque se não poderia ter se comprometido mais com o movimento”* ilustram, como na transcrição dos interrogatórios, as perspectivas do depoente e de seus interrogadores podem se confundir.

Algumas vezes observações ou deduções dos interrogadores aparecem nos depoimentos em meio à fala dos interrogados, sem que nenhuma marca gráfica ou gramatical diferencie as vozes ali presentes, como se entre a fala do depoente e a do interrogador as fronteiras fossem permeáveis. Ou como se ao interrogador que “fala” dentro do depoimento fosse permitida uma ampla liberdade de acesso e ingerência no discurso do interrogado.

**A** julgar pelas declarações de alguns dos militares que estiveram no comando do DOI, as primeiras horas de um interrogatório eram decisivas para o trabalho dos órgãos repressivos, ao passo que, findas as primeiras 24 ou 48 horas, o prisioneiro deixaria de ter uma importância estratégica, para ocupar um lugar marginal. A leitura dos depoimentos, no entanto, conduz a levantar certa suspeição sobre esse argumento. Primeiro porque havia uma série de razões para que nem sempre se conseguissem as tão desejadas informações logo após a captura; depois, pelo fato de os interrogatórios seguirem por dias, semanas,

às vezes meses, o que não teria sentido caso a urgência fosse o único elemento válido no processo de extração de informações.

Não se pode negar que muitas das informações que permitiram chegar a outros militantes de esquerda e a identificar seus locais de reunião e residência foram retiradas nas primeiras horas, quando o depoente estava ainda sob o impacto da captura violenta e da tortura brutal que caracterizavam o modo de agir do DOI. Entretanto, muitos militantes re-

sistiam nas primeiras horas, seguindo as orientações das organizações de esquerda no sentido de permitir um prazo mínimo para a transferência dos locais de reunião, para a mudança de residências e a desarticulação de ações planejadas.

Era mais difícil, porém, manter a postura no tempo. No médio e longo prazos, uma vez que os órgãos repressivos iam acumulando sólidos conhecimentos sobre as organizações de esquerda e seus membros, ficava mais difícil subtrair-se às questões mais precisas, às sessões mais bem preparadas. Na realidade, o preso político continuava a ser uma fonte importante de informações. Isso ocorria especialmente no que tange aos dados que dificilmente seriam alterados em um prazo tão curto, como a estrutura da organização ou a função de dado militante, assim como àqueles inalteráveis: a descrição de ações já efetuadas, a implicação política de um simpatizante ou o montante de dinheiro roubado de um banco.

**O**s interrogadores contavam, no exercício de sua profissão, com uma variada gama de métodos e de instrumentos de tortura. Para que a tortura pudesse ser utilizada como método re-

Muitos militantes resistiam nas primeiras horas, seguindo as orientações das organizações de esquerda no sentido de permitir um prazo mínimo para a transferência dos locais de reunião, para a mudança de residências e a desarticulação de ações planejadas

corrente, seria necessário que o seu alvo fosse investido de uma considerável dose de desumanização. No caso de indivíduos oriundos das classes sociais mais desfavorecidas, o processo de construção de um olhar que não reconhece no outro um igual remonta, no Brasil, a uma longa tradição de exclusão social, cujas raízes podem ser encontradas na instituição da escravidão, assim como no extermínio dos povos indígenas. Não por acaso grande parte das vítimas de torturas e execuções pela polícia, hoje, é de mulatos e negros. Quando se trata de indivíduos oriundos da classe média – estudantes, profissionais liberais, religiosos, militares –, a marginalização se dá pelo viés ideológico e pela construção social do sujeito “subversivo” e “terrorista”, tido como inimigo da nação, da família e dos valores cristãos.

A periculosidade atribuída a esse sujeito parece ser a chave para compreendermos o que derrubou a imunidade da classe média à tortura. A aliança de classes, nesse caso, estaria rompida pelo fato de indivíduos oriundos de condições sociais privilegiadas voltarem-se contra o que seriam seus próprios interesses de classe. Nessas condições, o acordo tácito que envolvia os setores médios e a elite da sociedade brasileira – no sentido de unir esforços para promover a contenção social – seria desfeito, uma vez que parcela dos setores médios dispunha-se a combater ao lado dos mais pobres.

Ao mesmo tempo em que o combate às organizações da esquerda era concebido em termos de guerra, os adversários eram excluídos das regras internacionalmente instituídas para regular esse tipo de conflito. Desse modo, a Convenção de Genebra, criada para salvaguardar os direitos dos soldados feridos e dos prisioneiros de guerra, não era considerada aplicável no tocante ao tratamento dos presos políticos,

nos quais a tortura era sistematicamente aplicada.

**C**hama a atenção o fato de que, teoricamente empregada como meio de obrigar o interrogado a fornecer informações, a tortura provocasse estados físicos e psicológicos que impediam a própria transmissão delas – desmaios, atordoamentos, línguas inchadas. [Citamos dois casos: 1. rapaz amordaçado porque seus gritos estavam “causando espécie na vizinhança”; 2. ameaça proferida contra uma militante: se ela não confirmasse no DOPS o que dissera no DOI, seria torturada de modo a não poder falar nada, para não contradizer seus depoimentos anteriores.]

A tortura também constituía a peça-chave da teatralização do poder dos interrogadores, tanto nos ritos que acompanhavam a chegada ao órgão – despir os presos políticos, encapuzá-los, mostrar o estado físico degradado de companheiros já interrogados – quanto naqueles que antecediam o interrogatório preliminar – o barulho das chaves abrindo as celas,

o nome do preso político a ser inquirido proferido em altos brados. Essa teatralização não era mero efeito de um cenário de extrema violência, mas o resultado de uma demonstração desejada da onipotência dos agentes repressivos sobre os militantes políticos.

Para além das vítimas diretas dos suplícios, os efeitos dessa violência dirigiam-se ao conjunto da sociedade, numa outra função da tortura, que se agrega à de extração de informações: a dissuasão. A tortura serviu, portanto, de instrumento para afastar potenciais opositores do governo da atividade política.

Por ser considerado um meio rápido e eficaz de investigação, o interrogatório sob tortura foi adotado como método privilegiado de apuração de delitos políticos. Essa escolha não representava uma inovação,



desenho Botero

inscrevendo-se na tradição inquisitorial das práticas policiais brasileiras e apoiando-se num paradigma investigativo baseado na confissão dos suspeitos e no tratamento de informações fornecidas sob coação física e moral. Tal técnica produz resultados rápidos, com baixo custo financeiro, ainda que, no longo prazo, apresente um elevadíssimo custo moral e político. O paradigma investigativo que adota a tortura como técnica de extorsão de informações cria, porém, um paradoxo que está na raiz mesmo de sua natureza: ao mesmo tempo em que apura fatos cria versões fantasiosas, pois a coleta de informações, nesse contexto, é indissociável da submissão do outro.

Eis outra das funções essenciais da tortura: a sujeição do suspeito. Antes de mais nada, pela suprema desonra que significa entregar companheiros e familiares, contribuindo – ainda que involuntariamente – a destruir o grupo ao qual pertence; pela derrota infligida pelo corpo à consciência, tornando aquele que fala, em certa medida, uma vítima de suas próprias “fraquezas”. O aspecto perverso da situação reside no fato de o ônus da suposta “delação” recair sobre o torturado – por não ter “aguentado” –, embora seja resultado dos meios brutais empregados pelo interrogador. A lógica estabelecida pelo torturador o exime de toda e qualquer responsabilidade: se o interrogado não fala, merece apanhar para que revele o que sabe; se fornece as informações, é um traidor de sua própria causa.

A sujeição se dá igualmente pela inserção da fala do militante dentro de uma ordem do discurso que deforma o sentido simbólico do que é dito – de resistência heróica à ditadura militar, o ato oposicionista transfigura-se em crime terrorista. É o que explica a insistência, por parte dos interrogadores, da confirmação de fatos já conhecidos por outros meios. Nesse caso, já não era a informação em si que importava, mas a admissão da culpa, fosse por um crime real ou injustamente imputado.

A questão que se coloca quando se emprega a tortura – para além de todas as objeções de ordem moral – é que não há linha demarcatória identificável entre a recusa a fornecer uma informação e a impossibilidade real de fazê-lo. Desse modo, adentramos no campo do castigo extralegal, que antecipa uma possível pena. A função de castigo elucida o fato de a transmissão de informações ser dificultada ou inviabilizada pelas próprias sevícias, bem como explica o

porquê de alguns presos políticos declararem ter sido torturados, em alguns momentos, sem que nada lhes fosse perguntado.

A possibilidade de absolvição, no âmbito judiciário, de indivíduos considerados culpados pelos órgãos repressivos – a partir do que ouviam dos interrogados – alimenta a hipótese de que havia certa urgência punitiva, que ajudaria a “justificar” o emprego da tortura.

Os depoimentos dos presos políticos eram analisados, interpretados, cotejados entre si com o propósito de formar um quadro geral da atuação dos diversos grupos de esquerda no país. Dentro da engrenagem repressiva, o DOI tinha por função não apenas colher dados sobre o funcionamento e o *modus operandi* dessas organizações, mas também decantar os depoimentos de todas as possíveis inverdades ou meias-verdades, detectar as omissões, esclarecer os pontos contraditórios, além de completar os dados com detalhes obtidos no interrogatório de outros presos políticos.

De fato, a leitura dos depoimentos revela que muitos militantes lançaram-mão de uma série de astúcias para ocultar, encobrir ou embaralhar informações. Evidentemente, as estratégias de cada indi-

víduo diante da violência dos interrogadores e das questões por eles formuladas variavam bastante, conforme a conjuntura e o grau de resistência física e psicológica do preso político. Para ver-se livre das sevícias, era preciso convencer o inquiridor de que não havia mais nada a extrair, missão de êxito pouco provável, diante de profissionais cujo ofício alimentava-se de uma suspeição genérica e tenaz.

Treinados para obter confissões, os interrogadores encolerizavam-se quando não alcançavam seu intento. Nesses casos, acrescentavam aos interrogatórios observações nas quais qualificavam os depoentes como “frios”, “cínicos” e “calculistas”. Os comentários dos interrogadores ante a recusa dos interrogados em colaborar expõem a única fragilidade do torturador diante de sua vítima, o fato de esta ter um trunfo – a informação. Caso esta não seja por ele apropriada, os esforços do interrogador são inutilizados, a violência da tortura transforma-se em pura crueldade e, numa conjuntura de forças que deveria ser-lhe extremamente favorável, sua derrota é suprema.

Tal técnica [a tortura] produz resultados rápidos, com baixo custo financeiro, ainda que, no longo prazo, apresente um elevadíssimo custo moral e político



Diversas estratégias eram empregadas pelos depoentes: ater-se a repetir o que já era sabido, alegar perda de memória, passar informações de cunho estritamente pessoal, fornecer dados vagos e imprecisos, conduzir a pistas falsas, mencionar apenas militantes que se encontravam fora do alcance dos órgãos de repressão, inventar histórias, personagens e encontros fictícios. O preço a pagar era alto: uma vez detectada a mentira, a violência contra o preso político era redobrada.

Algumas das informações cuja veracidade os interrogadores procuravam verificar são, aparentemente, pouco significativas para o conhecimento da organização ou seu combate. O cuidado com esse tipo de detalhe, mais do que a obedecer a um critério coerente de importância, parece dizer respeito a uma necessidade de não permitir que nada ficasse obscuro. A preocupação em esclarecer minúcias indica como é a coerência do discurso que está em jogo, e não o delito em si.

Nas investigações, nem sempre se tratava de buscar as reais circunstâncias de um delito. As inúmeras denúncias posteriores de presos políticos descrevendo o modo pelo qual foram obrigados a assinar depoimentos parcial ou totalmente inverídicos remetem para a construção, a partir dos depoimentos e deduções dos analistas de informação, de determinada versão dos fatos a ser confirmada pelo interrogado.

A acareação era solicitada com frequência pelos interrogadores para dirimir dúvidas. Tratava-se do recurso empregado quando, a despeito das torturas, as respostas dadas não satisfaziam os inquiridores. Além do confronto de informações distintas – com a possibilidade de observar a reação de um militante diante do outro –, a acareação tinha o propósito suplementar de desestruturação do interrogado diante da fraqueza do outro. Além disso, era mais difícil sustentar uma versão diante de um companheiro, porque se sabia que um dos dois seria torturado até que as histórias convergissem.

Ao mesmo tempo em que buscava obter uma confissão como prova do delito político, o interrogatório preliminar servia como *locus* por excelência da afirmação do poder da ditadura militar. O interrogatório preliminar servia, portanto, de maneira indissociável, como instrumento de obtenção de informações e como meio de submissão, enquadramento e punição extralegal dos militantes de esquerda.

O desmonte do DOI e do aparelho repressivo como um todo foi realizado de forma gradual e ambígua, de maneira a preservar a impunidade daqueles que cometeram crimes em nome da segurança nacional. Assim como sua instituição

dera-se através de uma diretriz interna do Exército, sua extinção foi realizada, sem grandes alardes, por meio de uma instrução administrativa.

Esse processo, embora tenha desarticulado o núcleo da repressão política, possibilitou a sobrevivência de muitas das práticas repressivas criadas ou consolidadas durante a ditadura militar, que passaram a ser disseminadas pela sociedade, tendo como alvo preferencial os membros dos setores desfavorecidos. A volta à democracia política se fez, portanto, sob o signo do enorme abismo social cavado durante os anos do “milagre econômico” e da contenção social das camadas populares através da repressão policial.

O sistema DOI-CODI deixaria uma profunda marca na sociedade brasileira, refletida na atuação da polícia e numa mentalidade que está longe de ser superada. Do ponto de vista operacional, ressaltaria uma tradição já antiga na polícia brasileira de sobrevalorizar o interrogatório como procedimento e a confissão – extorquida por meios coercitivos – como evidência, em detrimento de outras técnicas investigativas e categorias de prova.

Ao criar e reestruturar órgãos de informação e repressão o governo militar fez mais do que instrumentalizar um saber disperso nas delegacias de polícia espalhadas pelo país. Ele organizou, promoveu, chancelou e premiou o uso sistemático da tortura. O processo de transição para a democracia, ao manter a impunidade dos torturadores e de seus facilitadores – nos termos da socióloga norte-americana Martha Huggins – e ao não enfrentar o grande problema da concentração de renda no país, realizou-se de maneira superficial, assentando-se essencialmente na democracia formal. É preciso ir além, muito além!

*Mariana Joffly é doutora em história social (USP-SP)*

Este texto é uma versão reduzida da tese de doutorado intitulada *No centro da engrenagem: os interrogatórios da Operação Bandeirante e do DOI de São Paulo (1969-1975)* defendida no departamento de História Social da USP, em fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03062008-152541/>

### Notas

- (1) São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília (1970) Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém, Fortaleza (1971) e Porto Alegre (1974).



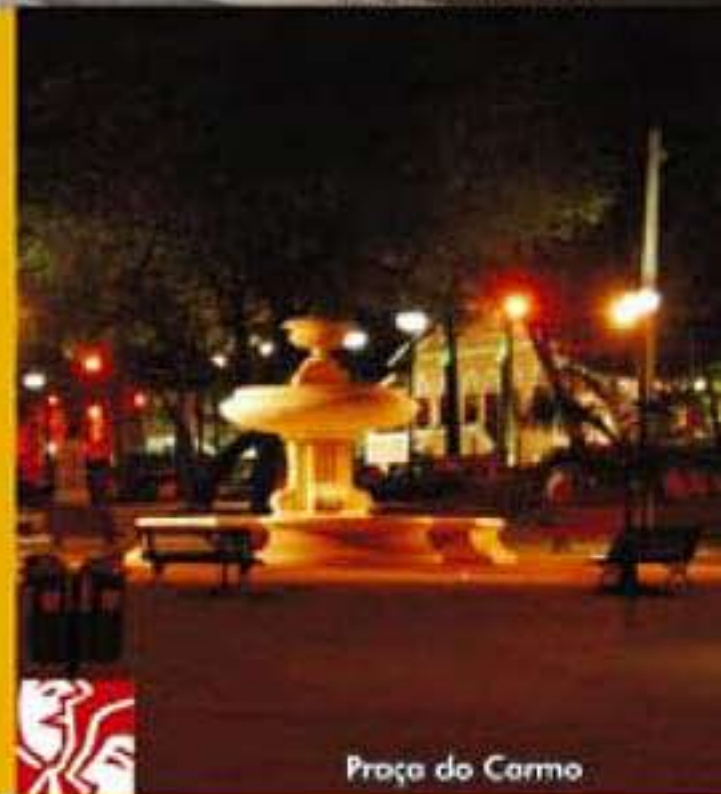


# Olinda. Há 8 anos, cada dia mais linda.

Olinda. Cada dia mais linda.  
Cada dia mais povo.  
Olinda ontem, um projeto.  
Olinda hoje, uma realidade. Uma nova cidade.  
Patrimônio da Humanidade mas antes de tudo  
um patrimônio do cidadão olindense.  
Cidadão que tem vez e voz.  
Cidadão que ama Olinda, vive Olinda, respeita Olinda.  
E vai amar e viver uma Olinda 2009,  
dois mil e nova, mais nova ainda.  
Viva Olinda.



Largo Varadouro



Proça do Carmo



Igreja do Largo do Rosário



Canal do Molário



Patrimônio do Povo

[www.olinda.pe.gov.br](http://www.olinda.pe.gov.br)



# REVOLUÇÃO CUBANA

50 ANOS



*A Qlha que persiste em cultivar o ideal de homens livres*

*A vitória da revolução cubana em 1º de janeiro de 1959 para muitos foi "um raio em céu sereno". Mas, ela foi cultivada anos a fio por revolucionários da estatura de um Carlos Manuel de Céspedes e José Martí. Processo que conheceu páginas de heroísmos, como o assalto ao Quartel de Moncada em 26 de julho de 1953. Reu nos tribunais da ditadura Batista, o jovem comandante Fidel Castro, vislumbrando o sentido maior daquele acontecimento, declarou: "A história me absolva!". Ele estava certo.*

*A Revolução, comandada por Fidel e Che, concluiu um ciclo da história de luta do povo cubano por sua emancipação. Ela acendeu a esperança nos corações de milhões de latino-americanos, cansados da opressão do imperialismo estadunidense e dos latifundiários. Ao longo desses 50 anos, a Qlha desfronta ao maior império do planeta, sob a bandeira do socialismo, simboliza a tenacidade e a bravura de um povo que resiste e persiste em cultivar o ideal dos homens livres.*

